

RELATÓRIO DE

Gestão

BIÊNIO 2017-2019



Planejamento

Diálogo

Ação

Avaliação

Resultados

**O Judiciário
conectado
com os avanços
tecnológicos**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE

Gestão

BIÊNIO 2017-2019

BELÉM

APRESENTAÇÃO



hego ao final da gestão 2017-2019, a mim confiada, em eleição marcada pela aclamação unânime dos meus eminentes pares, para presidir o nosso Tribunal de Justiça do Estado. Essa unanimidade e essa aclamação implicaram, naturalmente, responsabilidade ainda maior na condução do Poder Judiciário do Estado, já considerável, pelos desafios em promover avanços aos legados dos antecessores, nestes tempos de restrições orçamentárias e financeiras, racionalizando despesas, elegendo prioridades e potencializando os recursos, para assentar os novos tijolos necessários ao continuado fortalecimento das estruturas do majestoso edifício da Justiça paraense, em sua construção e atualização secular.

Quero expressar e agradecer, desde logo, o quanto, para isso, foram fundamentais, em todos os momentos e circunstâncias de minha gestão, a solidariedade e o apoio dos partícipes desta jornada em minha gestão no TJPA – Suas Excelências o Vice-Presidente Leonardo de Noronha Tavares, os corregedores José Maria Teixeira do Rosário e Vânia Fortes Cunha, os integrantes do Conselho da Magistratura e do Colegiado, compreensivos e solícitos em quantas situações se apresentaram e mereceram a colaboração e o prestígio de todos. Fundamental, também, foi a aplicação de Secretários, Diretores, Servidores, Terceirizados e Estagiários, igualmente credores

do melhor reconhecimento e gratidão que lhes possa dedicar, agora e sempre.

Este relatório condensa o esforço desse trabalho coletivo, fundamentado em diálogo, planejamento, ação e avaliação em busca de melhores resultados.

Este relatório que ora apresento, à consideração de meus Ilustres pares e da sociedade a qual servimos, contextualiza as diferentes ações desenvolvidas no biênio, relacionando a melhoria das estruturas físicas e operacionais das Comarcas, proporcionando a adequação necessária ao crescimento e à natureza das demandas nas condições de trabalho e para o atendimento aos jurisdicionados com a razoável agilidade nas tramitações processuais. Novos Juízes Substitutos e servidores concursados foram alocados em áreas do Judiciário mais demandadas, apoiados pela modernização e ampliação das facilidades virtuais de acesso e nos procedimentos judiciais eletrônicos, em suporte de atualidade tecnológica.

Há que se destacar, pela importância presente e visão do futuro, a instalação e operação do moderno “Datacenter” do Tribunal, coroando as atenções de sucessivas gestões, desde os primeiros passos, nos anos 90, e continuado pelos sucessores nos avanços tecnológicos, potencializando e ampliando os equipamentos



RICARDO LIMA

e as estruturas existentes. Paralelamente às ações em todas as áreas da atuação judicial, essa realização promoveu um salto qualitativo do Judiciário do Pará em segurança de informação e comunicação. O novo “Datacenter” equiparou o Tribunal de Justiça do Pará às Cortes de médio porte do país, estruturado física e tecnicamente de forma a garantir os serviços judiciais mais rápidos e confiáveis aos cidadãos paraenses.

São muitos os ganhos decorrentes desta evolução, inclusive pela independência e exclusividade operacional. Repercute, também, em significativa economia para os cofres públicos, quando o “Datacenter” utiliza, apenas, 30% de sua capacidade de força energética instalada, o suficiente para que esse centro nevrálgico opere pelos próximos dez anos, sem que haja necessidade de expansão de seus componentes. A propósito, vale registrar o merecido reconhecimento e exaltação ao trabalho dos eminentes antecessores nessa área, sensíveis ao significado desse investimento para o futuro, como resulta-

do do trabalho coletivo de várias gestões do Judiciário, dotando a Corte de meios mais rápidos e seguros para cumprir sua missão jurisdicional.

Outros avanços podem ser exemplificados pela evolução no número de Processos Judiciais Eletrônicos (PJe); redução na taxa de congestionamento em processos relacionados a grandes litigantes e aumento das execuções fiscais; o segundo melhor índice de conciliação entre os Tribunais de médio porte, como alternativa à judicialização; a entrega de obras marcantes, como a dos fóruns de Ananindeua e Mosqueiro, além do novo Arquivo Regional, também assinalam os investimentos na qualidade do atendimento aos que recorrem à Justiça. Fiz o melhor que pude e o que foi possível fazer, detalhados nas exposições ilustradas, a seguir, sobre as diferentes áreas e responsabilidades, objetivando a permanente melhoria jurisdicional.

Muito obrigado a todos, por tudo, em especial a Deus, rogando que continue abençoando o Poder Judiciário e seus condutores e integrantes.

Des. Ricardo Ferreira Nunes
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DESEMBARGADORES



Des. Ricardo Ferreira Nunes
PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Des. Leonardo de Noronha Tavares
VICE-PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



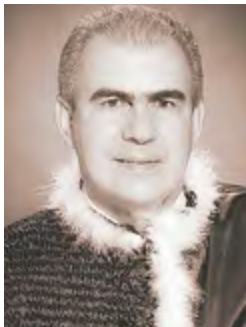
Des. José Maria Teixeira do Rosário
CORREGEDOR DA REGIÃO
METROPOLITANA



Desª. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
CORREGEDORA DO
INTERIOR



Des. Milton Augusto de Brito Nobre



Des. Ronaldo Marques Valle



Desª. Gleide Pereira de Moura



Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho



Desª. Maria Edwiges Miranda Lobato



Des. Roberto Gonçalves de Moura



Des. Rômulo José Ferreira Nunes



Desª. Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Des. Raimundo Holanda Reis



Desª. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira



Des. Constantino Augusto Guerreiro



Desª. Maria Filomena de Almeida Buarque



Desª. Edinéa Oliveira Tavares



Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto



Des. Mairton Marques Carneiro



Desª. Ezilda Pastana Mutran



Desª. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos



Desª. Célia Regina de Lima Pinheiro



Desª. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães



Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior



Desª. Diracy Nunes Alves



Desª. Maria Elvina Gemaque Taveira



Desª. Rosileide Maria da Costa Cunha



Desª. Nadja Nara Cobra Medra



Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior



Desª. Rosi Maria Gomes de Farias

ÍNDICE

Planejamento & Gestão

INFORMAÇÕES

Justiça em Números deu Ouro e Prata ao Pará durante o biênio **14**

CONTAS

Redução de gastos assegura equilíbrio fiscal ao Judiciário **35**

INFÂNCIA

GT interinstitucional criou programa de entrega voluntária para adoção **40**

INOVAÇÕES

Bloqueio e sequestro nos autos acelera pagamento de precatórios **44**

DEMANDAS REPETITIVAS

Núcleos aceleram exame da admissibilidade de recursos **50**

ORÇAMENTO

Comitê único atua na priorização das unidades de primeira instância **51**

RECURSOS HUMANOS

Comarcas do interior tiveram prioridade na alocação de servidores concursados **52**

ENSINO

Legislativo aprova projeto que transforma ESM em Escola Judiciária **58**

GOVERNANÇA

Controle interno capacita para agregar valor e reduzir riscos **60**

ADMINISTRAÇÃO

TJPA contrata sistema de custos e garante controle administrativo integrado **62**

Serviço Jurisdicional

CIDADANIA

Casa de Justiça atendeu 3,6 mil pessoas no biênio **66**

ORGANIZAÇÃO

Comissão dá apoio à atividade jurisdicional e à ampliação da estrutura judiciária **72**

DEBATE PÚBLICO

Comissão pauta direitos humanos no interior e na capital do Estado **74**

AJUDA REMOTA

Projetos organizam as secretarias e aceleram sentenças em juizados **78**

MIGRAÇÃO PROCESSUAL

Digitalização reduz custos operacionais e aumenta a produtividade do TJPA **92**

MEDIAÇÃO

Ouvidoria Agrária trabalha para manter a paz na área rural do Pará **94**

SUPORTE

Central garante apoio e subsídios à ação dos magistrados no Pará **97**

FISCALIZAÇÃO

Esforços concentrados ajudam a reduzir superlotação nos presídios **98**

GESTÃO

Vice-Presidência atua em áreas estratégicas no 1º e 2º Graus **102**

Boas Práticas

REFLORESTAMENTO

Combate ao desmatamento no Pará ganha o Prêmio Innovare **108**

PROJETOS

Ceij promove diálogo, convivência e proteção contra o trabalho infantil .. **118**

MULHERES

Escolas, comércio e construção civil
apoiam combate à violência doméstica **120**

CELERIDADE

Selos garantem prioridade a ações de direitos humanos **122**

CONGESTIONAMENTO

Padronização de procedimentos
ajuda Varas a superar morosidade **124**

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Projeto transforma escolas em refúgios contra violência **126**

CONFLITOS

TJPA institui Programa de Justiça Restaurativa **128**

ENSINO

Escola da Magistratura elabora seu projeto político pedagógico **130**

FISCALIZE LEGAL

Encontro marcado com a fiscalização
dos contratos administrativos no TJPA **132**

Infraestrutura

AQUISIÇÕES

Veículos reforçam o apoio à prestação do serviço judicial **136**

CONSTRUÇÕES

Judiciário entrega obras em cinco fóruns e um novo Datacenter **144**

Tecnologia

DATACENTER

Judiciário do Pará dá salto qualitativo em
segurança de informação e comunicação **156**

Institucional

CONEXÃO

Comunicação faz a ponte
entre Judiciário e sociedade **178**

INFÂNCIA

CEIJ investe em formação para garantir
direitos às crianças e aos adolescentes **184**

MULHERES

Capacitação qualifica o combate à violência doméstica e familiar **190**

EGRESSOS

Programa garante oportunidade para quem quer começar de novo **194**

PROTEÇÃO

Tomé-Açu recebe projeto
piloto de segurança institucional **198**

FALE CONOSCO

Ouvidoria dá voz ao cidadão
no âmbito do Poder Judiciário **202**

DESCARTE CONSCIENTE

Escola do Tenoné participa
de ação socioambiental do TJPA **204**

CURSOS

Escola da Magistratura capacitou
3,8 mil alunos no biênio 2017-2019 **210**

GESTÃO DOCUMENTAL

Judiciário dá solução a 70% dos processos arquivados no Pará **218**

PRESIDÊNCIA

Gabinete geriu 3,5 mil documentos no biênio..... **222**

Planejamento & Gestão

INFORMAÇÕES

Justiça em Números deu Ouro e Prata ao Pará durante o biênio **14**

CONTAS

Redução de gastos assegura equilíbrio fiscal ao Judiciário **35**

INFÂNCIA

GT interinstitucional criou programa de entrega voluntária para adoção **40**

INOVAÇÕES

Bloqueio e sequestro nos autos acelera pagamento de precatórios **44**

DEMANDAS REPETITIVAS

Núcleos aceleram exame da admissibilidade de recursos **50**

ORÇAMENTO

Comitê único atua na priorização das unidades de primeira instância **51**

RECURSOS HUMANOS

Comarcas do interior tiveram prioridade na alocação de servidores concursados **52**

ENSINO

Legislativo aprova projeto que transforma ESM em Escola Judiciária **58**

GOVERNANÇA

Controle interno capacita para agregar valor e reduzir riscos **60**

ADMINISTRAÇÃO

TJPA contrata sistema de custos e garante controle administrativo integrado **62**

RELATÓRIO DE

Gestão

BIÊNIO 2017-2019

Planejamento & Gestão

Serviço Jurisdicional

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Planejamento & Gestão

Serviço Jurisdicional

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Justiça em Números deu Ouro e Prata ao Pará durante o biênio

A distinção é outorgada a tribunais que observam rigor na produção de informações



Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) foi distinguido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Selo Justiça em Números, na Categoria Ouro, em 2017, e na Categoria Prata, em 2018.

O Selo Justiça em Números é um estímulo aos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

Nível de informatização, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ sobre gestão da informação são alguns dos requisitos observados.

A distinção reconhece o empenho do TJPA, por uma prestação jurisdicional de excelência, voltada aos interesses dos cidadãos, na perspectiva do que preconizam as recomendações do CNJ.

A premiação de 2018 foi concedida durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Foz do Iguaçu, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2018.



À esquerda, os desembargadores Ricardo Ferreira Nunes, José Maria Teixeira do Rosário e Leonardo Tavares, com a Des. Vania Fortes Bitar, mostram o Selo Ouro 2017.

À direita e ao centro, o Des. Ricardo Ferreira Nunes recebe o Selo Prata durante o XII Encontro Nacional em Foz do Iguaçu, no Paraná



GT cuida das informações para o “Justiça em Números”

Para aprimorar a consolidação de informações relacionadas ao Justiça em Números foi criado o Grupo de Trabalho Intersectorial, por meio da Portaria nº 4785/2018, que executou as seguintes ações:

Oficina de trabalho na Visita Institucional da Presidência, em Marabá, em setembro de 2018, para apresentação dos resultados dos indicadores do Justiça em Números de 2017 e sugestões de melhorias.

Reunião de trabalho com magistrados, diretores de secretaria e assessores, da Região Metropolitana de Belém, do Cível e Criminal, nos dias 30 e 31 de outubro de 2018, para apresentar resultados dos indicadores do Justiça em Números e buscar sugestões de melhoria.

Foram baixados 144 mil processos entre 21 de setembro e 11 de dezembro. Somados aos já baixados até setembro de 2018, quando o GT foi instituído, o Judiciário paraense contabiliza 334,4 mil processos baixados em 2018.

Revisão e melhor apuração da produtividade

das unidades, a implementação de rotinas automatizadas e a produção e o lançamento dos Guias Práticos de Baixa Processual para os 1º e 2º graus.

FORMAÇÃO

O GT é presidido pelo desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Vice-Presidente do TJPA. Conta também com o Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, Presidente da Comissão de Informática; juiz Lúcio Guerreiro, auxiliar da Presidência; juíza Patrícia Sá Moreira, auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém; juiz Leonardo Duarte, auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior; juíza Kátia Parente Sena, coordenadora das Metas Nacionais; e o juiz Geraldo Leite, coordenador do Macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, além de secretários e servidores do TJPA.

**DISTINÇÃO
RECONHECE O
EMPENHO POR
PRESTAÇÃO
JURISDICCIONAL
DE EXCELÊNCIA,
VOLTADA AOS
INTERESSES DO
CIDADÃO, NA
PERSPECTIVA DO QUE
PRECONIZAM AS
RECOMENDAÇÕES
DO CNJ**



Grupo de Trabalho Intersetorial do TJPA se reúne com equipe de gestão estratégica do TRT8 para compartilhar experiências relacionadas às informações do Justiça em Números

ERIKA NUNES

Sete metas do Plano Estratégico 2015-2020 foram alcançadas

O Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para o período 2015-2020 tem 11 macrodesafios e 33 iniciativas estratégicas voltadas a recursos, processos internos e sociedade. O Plano Estratégico do TJPA faz parte da estratégia nacional do Judiciário, definida pelo CNJ. Já houve duas revisões de meio termo ao Planejamento Estratégico, uma em 2016 e outra em 2018.

A revisão do Plano preserva a estrutura básica do Planejamento instituído, mas faz ajustes pontuais, com inclusões ou exclusões, em indicadores e metas

No exercício de 2017 foram traçadas 17 me-

tas, das quais sete foram alcançadas, o que representa 41% do definido para o período.

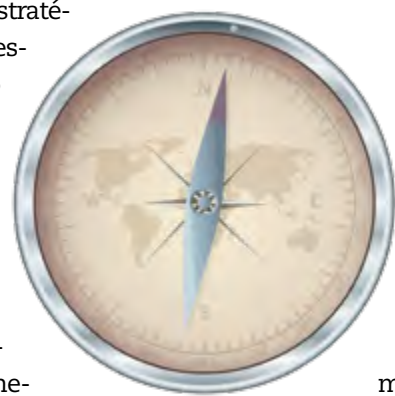
Metas alcançadas

O número de processos judiciais eletrônicos novos superou em 5p.p o esperado para 2017.

> Aumento de 90,62% no número de acordos pré-processuais homologados nos Cejuscs.

> Redução de 21 p.p na taxa de congestionamento para grandes litigantes.

> Aumento de 1 p.p no índice de execução fiscal,



que em 2016 foi de 42% e em 2017 43%, e de 14 p.p. no índice de julgamento de ações de execução judicial cível.

> Capacitação de 66% do total de magistrados e servidores do TJPA, num total de 3.549 pessoas.

> Melhoria de 85% nos temas do Plano de Logística Sustentável (PLS). A meta era de 75%.

DIVULGAÇÃO

A divulgação do Planejamento Estratégico entre magistrados e servidores incluiu o envio do banner do Mapa Estratégico a todas as Comarcas do Pará, além de palestras nas ambientações de novos servidores concursados e durante as visitas institucionais realizadas no biênio, com a distribuição de folders.

Plano de Gestão do Biênio 2017-2019 prevê 86 ações

O Plano de Gestão do biênio 2017-2019 obedece às diretrizes nacionais do CNJ e foi produzido de forma coletiva por equipes de trabalho das áreas judiciais e administrativas, para agregar a diversidade de opiniões.

São 86 ações e 475 etapas, cuja execução é acompanhada pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan). Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) periódicas analisam a execução do Plano no âmbito do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, responsável pelo enfrentamento aos macrodesafios e ações do Plano. É nessa instância que são feitas alterações e outras ações necessárias ao bom desempenho do Plano. Até outubro de 2018, houve três Reuniões de Avaliação da Estratégia.

Entre as ações concluídas destacam-se:

> Padronizar medidas para dar celeridade e efetividade aos procedimentos relacionados à infância e juventude;

> Executar projeto de itinerância do Centro Judiciário e Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscs);

> Capacitar magistrados e servidores das varas agrárias;

> Promover adaptação e melhorias nos sistemas de depósitos judiciais;

> Executar projeto de compartilhamento e gerenciamento de arquivos;

> Implantar projeto audioguia para visitantes do edifício-sede;

> Estruturar sistema de comunicação interna;

> Ampliar plataformas de comunicação externa;

> Promover campanhas de sensibilização do PLS;

> Implantar Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-JUS);

> Implantar Datacenter seguro e redundância dos serviços de TIC;

> Implantar escritório de projetos de TI;

> Expandir a metodologia de gestão de contratos;

> Aprimorar a gestão administrativa da tramitação e do cumprimento de Mandados Judiciais;

> Promover Estudo de Redefinição de Competências para reorganizar as Varas Judiciais de Comarcas de 2ª Entrância;

> Especializar Vara em saúde;

- > Capacitar força de trabalho no tratamento das demandas repetitivas;
- > Integrar os Sistemas do TJPA ao Webservice do CNJ;
- > Estimular o protesto de títulos para recuperação de créditos públicos;
- > Promover ações voltadas à solução consensual de demandas por meio da mediação e conciliação;
- > Promover campanhas de conscientização sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres;

- > Expandir a aplicação de penas e medidas alternativas;
- > Implementar Plano de Esforços Concentrados para o julgamento de processos de presos provisórios;
- > Implantar programa de desenvolvimento em técnicas de gerenciamento e liderança de magistrados e diretores de secretaria.
- > Implantar o projeto Central de Digitalização do 1º Grau;

Plano Plurianual do Judiciário dá atenção prioritária ao 1º Grau

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento estratégico governamental de médio prazo. A elaboração do PPA 2016-2019 obedece às Resoluções do CNJ, que instituíram a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau e à Distribuição do Orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de Primeiro Grau.

Em 2017, foi realizada a revisão do Plano Plurianual para o período 2018-2019, com a inclusão de ações novas, alteração de atributos de ações, mudança de indicadores e metas dos programas.

PESQUISAS

Entre 3 de agosto e 5 de outubro de 2018 houve a Pesquisa de Clima Organizacional para diagnosticar percepções de magistrados e servidores sobre ambiente de trabalho, o que inclui instituição e desempenho, planejamento estratégico e relações interpessoais, comunicação interna, gestão de pessoas, responsabilidade socioambiental, entre outras informações. Participaram da pesquisa 81 magistrados e 718 servidores.

Entre 16 de outubro e 16 de novembro de



2018 houve a Pesquisa de Satisfação do Usuário para avaliar os serviços do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio de questionário eletrônico disponível nos portais do TJPA.

Participaram da pesquisa, 964 pessoas, dentre advogados, defensores públicos, procuradores, partes, Ministério Público, estudantes e outros.



FOTOS: RICARDO LIMA

Presidente fez seis visitas no interior e na capital

O Des. Ricardo Ferreira Nunes com magistrados do Fórum Cível, no auditório Agnato Monteiro Lopes

As visitas institucionais da Presidência envolveram um total de 540 pessoas, 204 das quais magistrados e 336 servidores, entre di-

retores de secretaria e equipe técnica. Foram seis visitas no biênio 2017-2019, nas comarcas de Belém (Cível e Criminal), Paragominas,



No Fórum Criminal, encontro com Presidente discutiu temas relevantes para o Judiciário do Pará



MÁRIO GUIMARÃES

Presidente Ricardo Nunes conversa com magistrados em Paragominas

Castanhal, Santarém e Marabá.

As visitas estão previstas do Plano de Gestão para o biênio 2017-2019, no Macrodesafio Instituição da Governança Judiciária. O objetivo é implantar o Projeto de Gestão Participativa.

Durante as visitas institucionais foram discutidos os macrodesafios e os temas que mais influenciam o planejamento estratégico do TJPA.

RICARDO LIMA



O Des. Ricardo Ferreira Nunes, durante visita à Comarca de Castanhal, no nordeste do estado, conversa com magistrados e servidores



RICARDO LIMA

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, durante visita ao município de Santarém, na região oeste do estado



ÉRIKA NUNES

O Des. Leonardo Tavares, Vice-Presidente do TJPA, durante a visita institucional da presidência à Comarca de Marabá, no sudeste do estado

Metas nacionais expressam compromisso com o cidadão

Um compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento do serviço judicial prestado ao cidadão, mais célere e com maior eficiência e qualidade. Esse é o conceito que norteia as metas nacionais estabelecidas pelo CNJ para o Judiciário nacional. A construção das

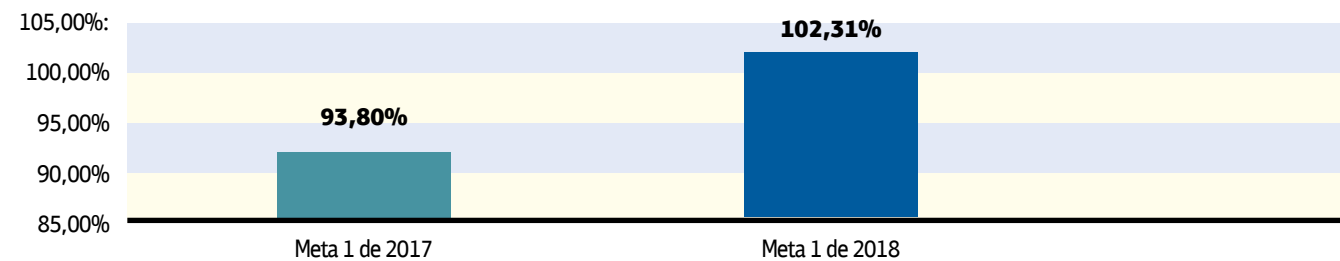
metas para os anos de 2018 e 2019 ocorreu por meio de processos participativos e que envolveram servidores, magistrados e sociedade em consulta pública. As propostas são aprovadas nos encontros nacionais do Judiciário, pelos presidentes dos tribunais.

META 1 - PRODUTIVIDADE

Julgar mais processos que os distribuídos

Até novembro, o TJPA julgou 102,31% dos processos distribuídos em 2018, considerando os resultados de todos os segmentos (1º grau, 2º

grau, juizados e turmas recursais), resultado que está 8,5 pontos percentuais acima do registrado no ano anterior.



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

As Unidades de Justiça do 1º grau, em suas 112 comarcas, receberam pouco mais de 271 mil processos nos últimos 23 meses, enquanto que os juizados especiais apresentaram demanda

processual superior a 83 mil novas ações no mesmo período. Na soma dos segmentos, o Tribunal de Justiça do Estado recebeu quase 409 mil casos novos.

REGIÃO/SEGMENTO	2017	2018 ATÉ NOVEMBRO	TOTAL EM 23 MESES
1º Grau	145.552	125.622	271.174
Juizados Especiais	43.338	40.013	83.351
2º Grau	19.879	18.629	38.508
Turma Recursal	7.189	8.648	15.837
Total de processos distribuídos	215.958	192.912	408.870

FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

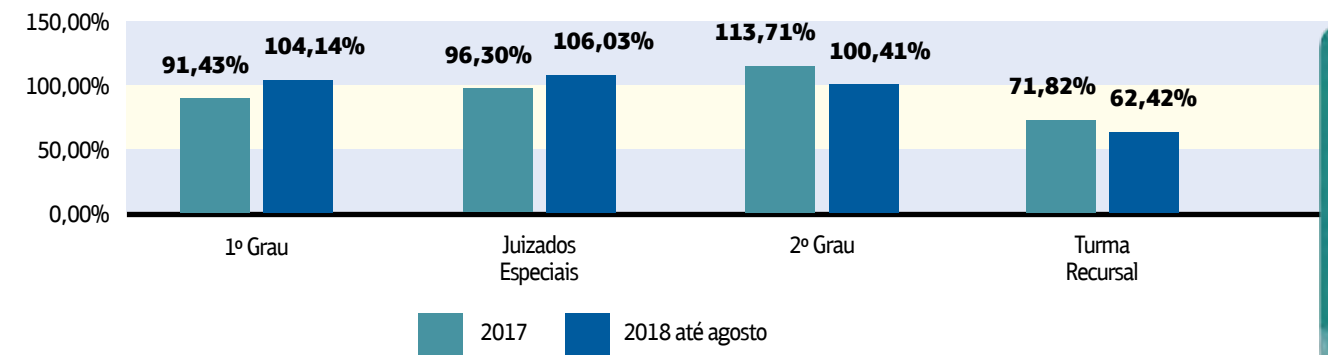
Até novembro de 2018, os segmentos de justiça do Estado julgaram 399.943 processos, considerando-se os anos de 2017 e 2018.

	2017	2018 ATÉ NOVEMBRO	TOTAL EM 23 MESES
1º Grau	133.075	130.830	263.905
Juizados Especiais	41.736	42.428	84.164
2º Grau	22.605	18.706	41.311
Turma Recursal	5.164	5.399	10.563
Total de sentenças/julgamentos	202.580	197.363	399.943

FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

Até o mês de novembro de 2018, as unidades do interior, da Região Metropolitana de Belém

e os juizados especiais já haviam superado os resultados de 2017.



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

Considerando apenas os resultados da Justiça Comum (1º Grau), em 2018, nove regiões judiciárias cumpriram a meta 1 até novembro,

enquanto quatro regiões estão acima de 90% do grau de cumprimento, com alta probabilidade de alcançarem o objetivo do CNJ até dezembro.

REGIÃO JUDICIÁRIA	DISTRIBUIÇÃO	SENTENÇAS	GRAU DE CUMPRIMENTO	SITUAÇÃO
11ª REGIÃO JUDICIÁRIA - MARABÁ	13.799	17.006	123,23%	Meta Cumprida
REGIÃO CENTRAL	26.991	31.763	117,68%	Meta Cumprida
10ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TUCURUÍ	6.106	7.099	116,24%	Meta Cumprida
3ª REGIÃO JUDICIÁRIA - ABAETETUBA	4.688	5.295	112,92%	Meta Cumprida
15ª REGIÃO JUDICIÁRIA - SANTARÉM	12.331	13.925	112,92%	Meta Cumprida
8ª REGIÃO JUDICIÁRIA - BREVES	4.196	4.519	107,67%	Meta Cumprida
16ª REGIÃO JUDICIÁRIA - ITAITUBA	2.899	3.049	105,14%	Meta Cumprida
5ª REGIÃO JUDICIÁRIA - CAPANEMA	7.668	7.823	102,01%	Meta Cumprida
1ª REGIÃO JUDICIÁRIA - ANANINDEUA	10.826	10.871	100,41%	Meta Cumprida
13ª REGIÃO JUDICIÁRIA - REDENÇÃO	3.067	3.011	98,14%	Meta Não Cumprida
7ª REGIÃO JUDICIÁRIA - SOURE	1.906	1.778	93,24%	Meta Não Cumprida
12ª REGIÃO JUDICIÁRIA - XINGUARA	3.690	3.398	92,06%	Meta Não Cumprida
2ª REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ AÇU	2.505	2.267	90,46%	Meta Não Cumprida
4ª REGIÃO JUDICIÁRIA - CASTANHAL	5.905	5.109	86,51%	Meta Não Cumprida
14ª REGIÃO JUDICIÁRIA - ALTAMIRA	5.280	4.493	85,08%	Meta Não Cumprida
6ª REGIÃO JUDICIÁRIA - PARAGOMINAS	7.083	4.952	69,90%	Meta Não Cumprida
9ª REGIÃO JUDICIÁRIA - CAMETÁ	6.682	4.472	66,92%	Meta Não Cumprida
Total Geral	125.622	130.830	104,14%	Meta Cumprida

FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

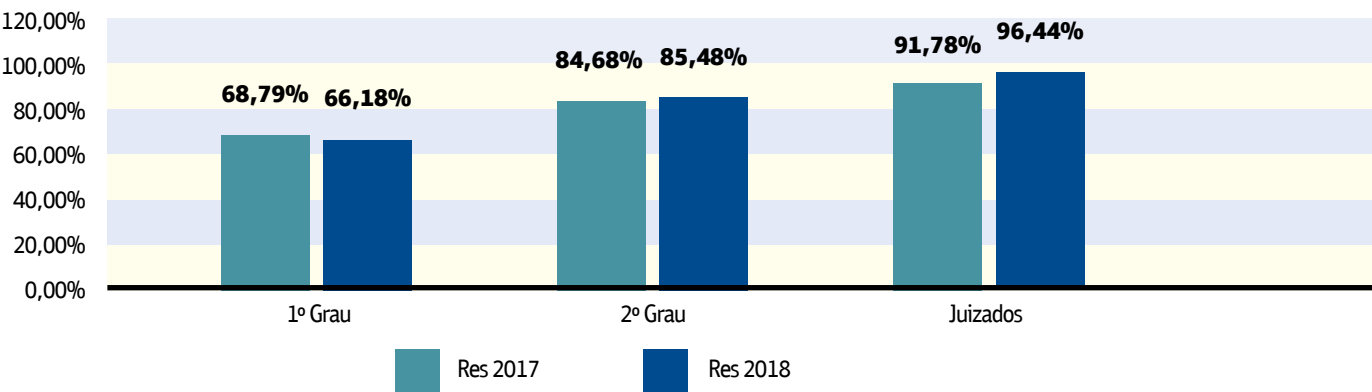
META 2 - CELERIDADE

Julgar processos mais antigos

Até novembro de 2018, o TJPA julgou 66,18% dos processos pendentes da Meta 2 de 2018 no 1º grau, que concentra 82% do acervo processual mais antigo. O 2º grau e os juizados especiais cumpriram a meta, julgando 85,48% e 96,44% do total de processos distribuídos até 2015, respectivamente.

EVOLUÇÃO DO GRAU DE JULGAMENTO DO TJPA - 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

2018 até agosto

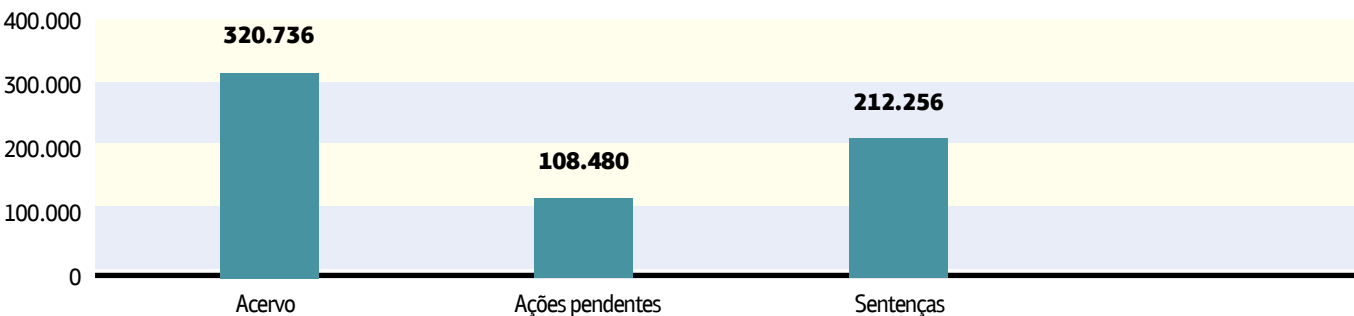


FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

Considerando apenas o resultado do 1º grau em 2018, esse segmento necessitaria julgar pelo menos 44.334 processos, do total de ações pendentes até novembro, para fins de cumprimento da Meta 2 de 2018.

META 2 DE 2018 ATÉ NOVEMBRO

Acervo x sentenças



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

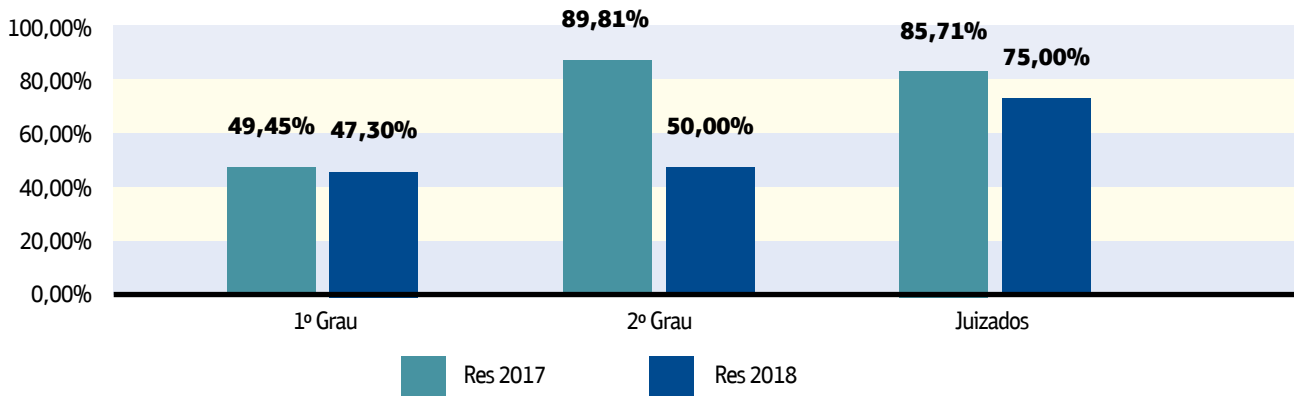
META 4 - AÇÕES DE IMPROBIDADE E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

Até novembro de 2018, o TJPA julgou 47,30% dos processos pendentes da Meta 4 de 2018 no 1º grau, que concentra 99% do acervo dessa meta. O 2º grau julgou 50% das ações de corrupção pendentes de julgamento até 2017, enquanto os juizados julgaram três de quatro processos pendentes em 2018.

EVOLUÇÃO DO GRAU DE JULGAMENTO - 1º GRAU

Resultado até agosto

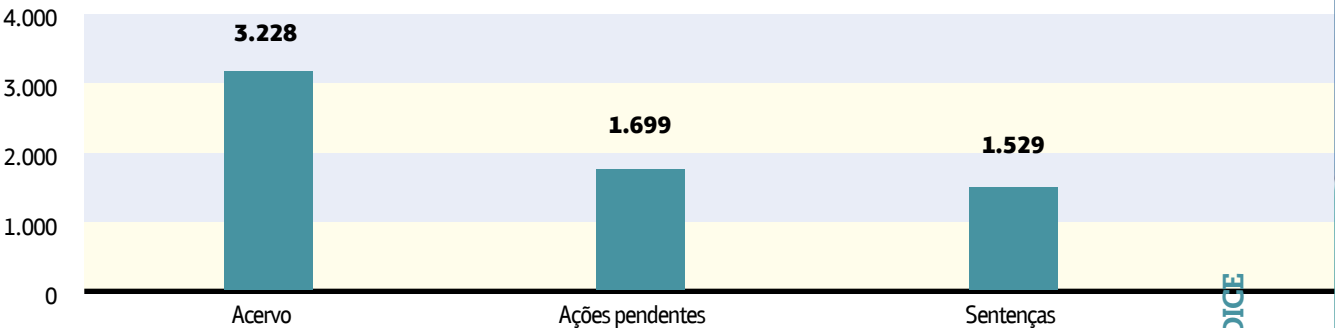


FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

Na soma dos três segmentos de justiça, o TJPA julgou 1.529 ações (47%) do total de processos distribuídos até 2015 no 1º grau, 2º grau e Juizados especiais. O TJPA precisaria julgar pelo menos 731 ações de corrupção, dentre as 1.699 pendentes, para cumprir com o objetivo do CNJ.

META 4 DE 2018 ATÉ NOVEMBRO

Acervo x sentenças



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

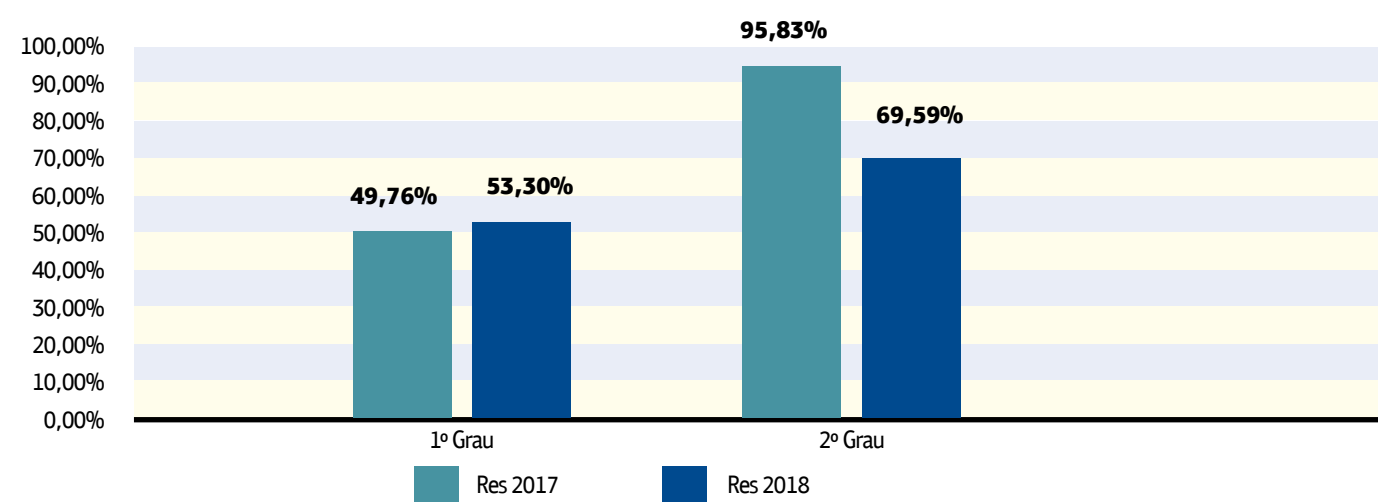
META 6 - AÇÕES COLETIVAS

Priorizar o julgamento das ações coletivas

Até novembro de 2018, o TJPA julgou 53,30% dos processos pendentes da Meta 6 de 2018 no 1º grau, que concentra 95% do acervo de ações coletivas em análise nas unidades do TJPA. O 2º grau julgou 270 das 388 ações pendentes, o

que equivale a 69,59% de julgamento da Meta 6. O aumento do acervo do 2º grau, com a entrada de ações coletivas de 2015, em conformidade com o Glossário de Metas de 2018, fez reduzir o resultado desse segmento.

EVOLUÇÃO DO GRAU DE JULGAMENTO



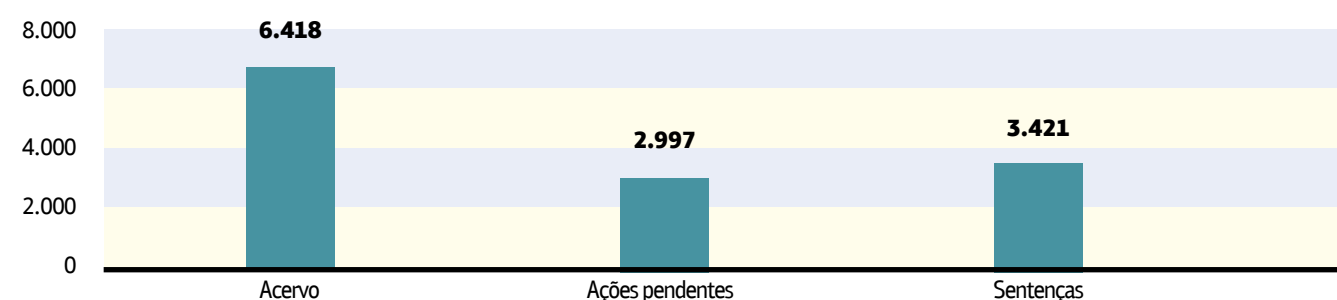
FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

Considerando apenas o resultado do 1º grau em 2018, esse segmento necessitaria julgar pelo menos 430 processos, do total de ações pen-

dentes até novembro, para fins de cumprimento da Meta 6 de 2018.

META 6 DE 2018 ATÉ NOVEMBRO

Acervo x sentenças



FONTE: SECRETARIA DE INFORMÁTICA/BUSINESS INTELLIGENCE

OUTRAS METAS

META 5 - IMPULSIONAR PROCESSOS À EXECUÇÃO

Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018

Até novembro de 2018, o TJPA cumpriu 111,11% da Meta 5 de 2018, que estabelece a política de desjudicialização e enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal. Essa meta foi cumprida a partir da promoção de mutirões de execução fiscal em Belém e Redenção, estímulo ao protesto de título nas execuções fiscais ajuizadas e redução do ajuizamento de ações para cobrança de débitos de pequeno

valor pelos estados e municípios, utilizando-se de formas alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial. O TJPA também instituiu o Plano de Comunicação da Meta 5, que dispõe de site onde é possível visualizar o montante de receitas recuperadas provenientes de execução fiscal, formas alternativas de cobrança, informações sobre a Central de Indisponibilidade de Bens, entre outras informações relevantes.

META 8 - FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2018.

Até agosto, o TJPA cumpriu 72,46% da Meta 8 de 2018, de fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. O resultado veio a partir da promoção de programas de prevenção e combate à violência contra a mulher, esforço concentrado de julgamento de processos pelo programa “Justiça pela Paz em Casa”, instituição da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, capacitação permanente de magistrados e servidores em temas relacionados

a gênero e raça ou etnia, por meio das escolas de magistratura e judiciais ou em parceria com outros órgãos governamentais e entidades não governamentais; divulgação no portal de infor-

mações de serviços relacionados ao tema e estímulo à adoção de processos restaurativos para responsabilizar ofensores, proteger vítimas, restaurar e estabilizar as relações familiares.



RICARDO LIMA

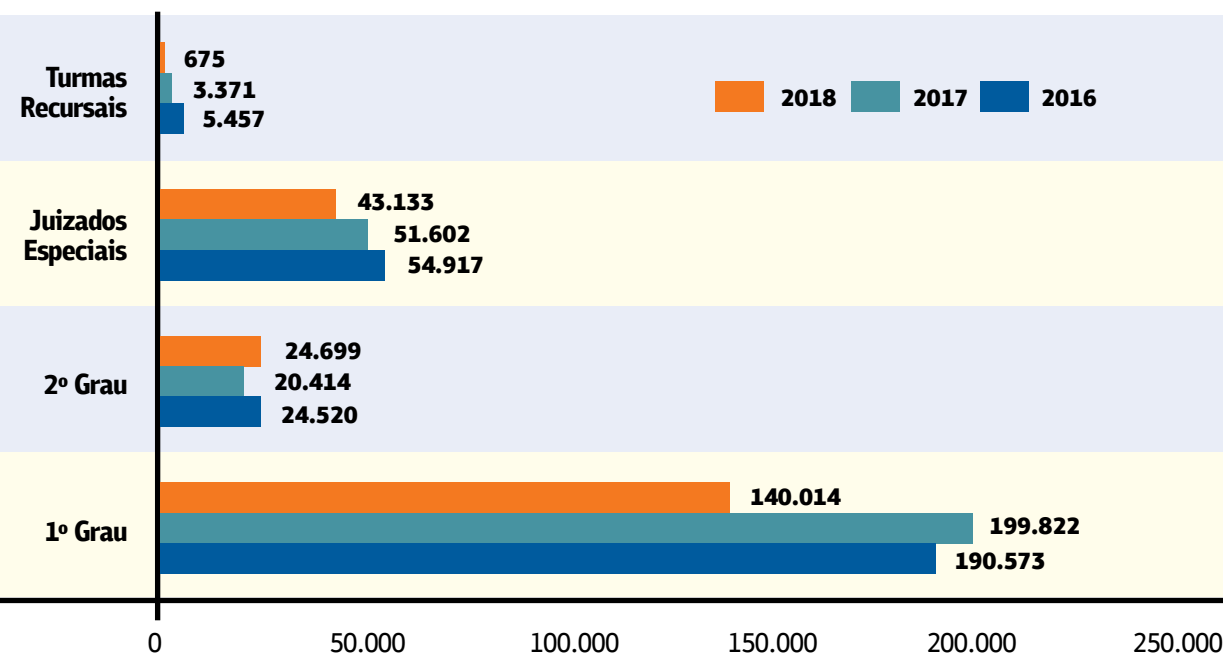
Programas de prevenção à violência doméstica são responsáveis pelo cumprimento da meta de fortalecimento da rede de proteção à mulher

ESTATÍSTICAS

O Relatório Justiça em Números revela a estrutura, litigiosidade e indicadores dos tribunais brasileiros, essenciais para subsidiar a

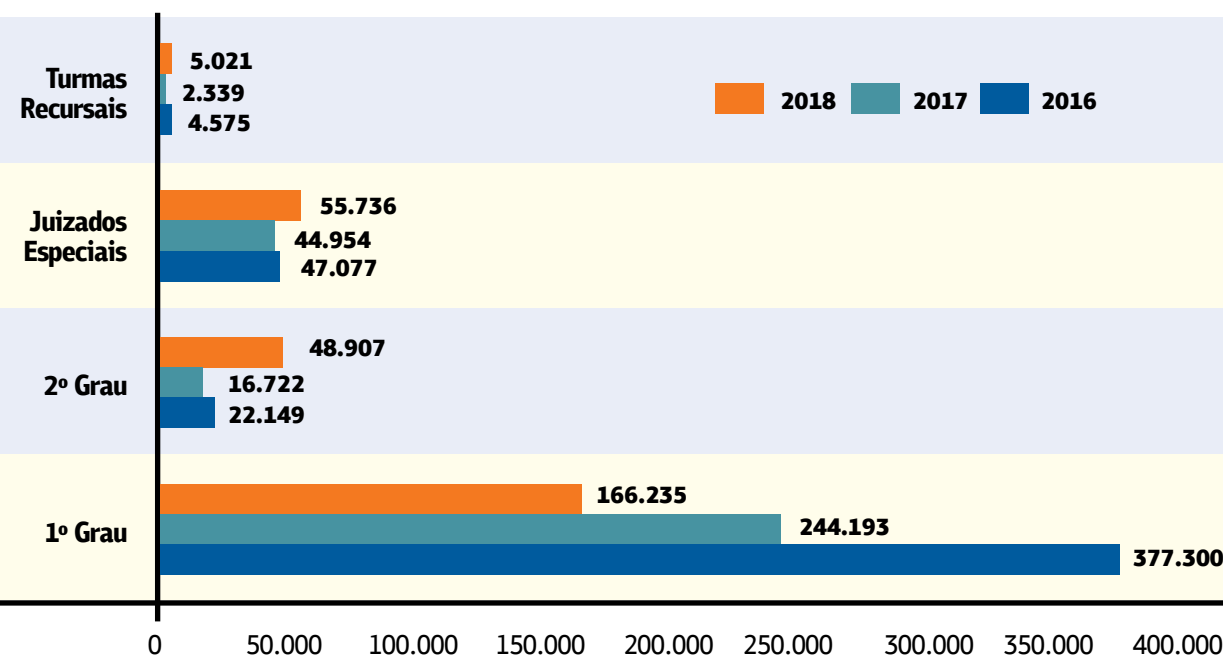
gestão judiciária nacional. Alguns resultados do TJPA obtidos no último ano são a seguir expostos.

CASOS NOVOS



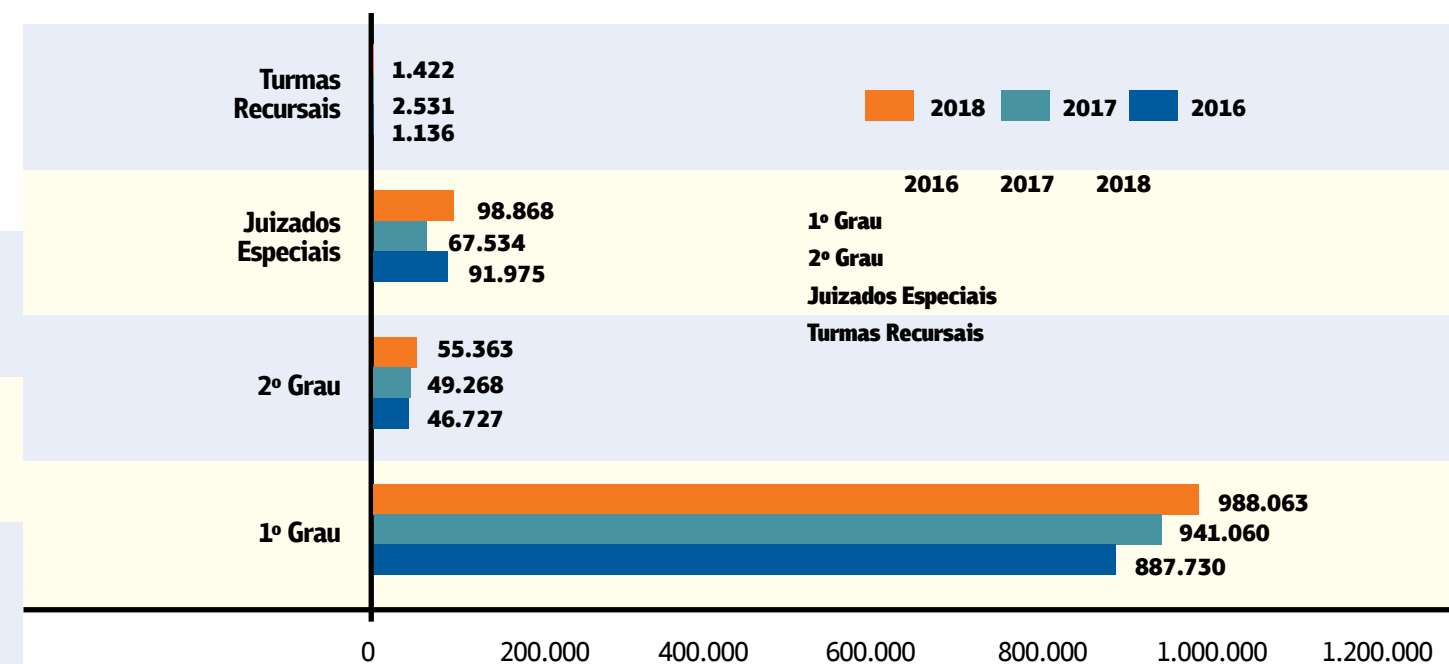
FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

CASOS BAIXADOS



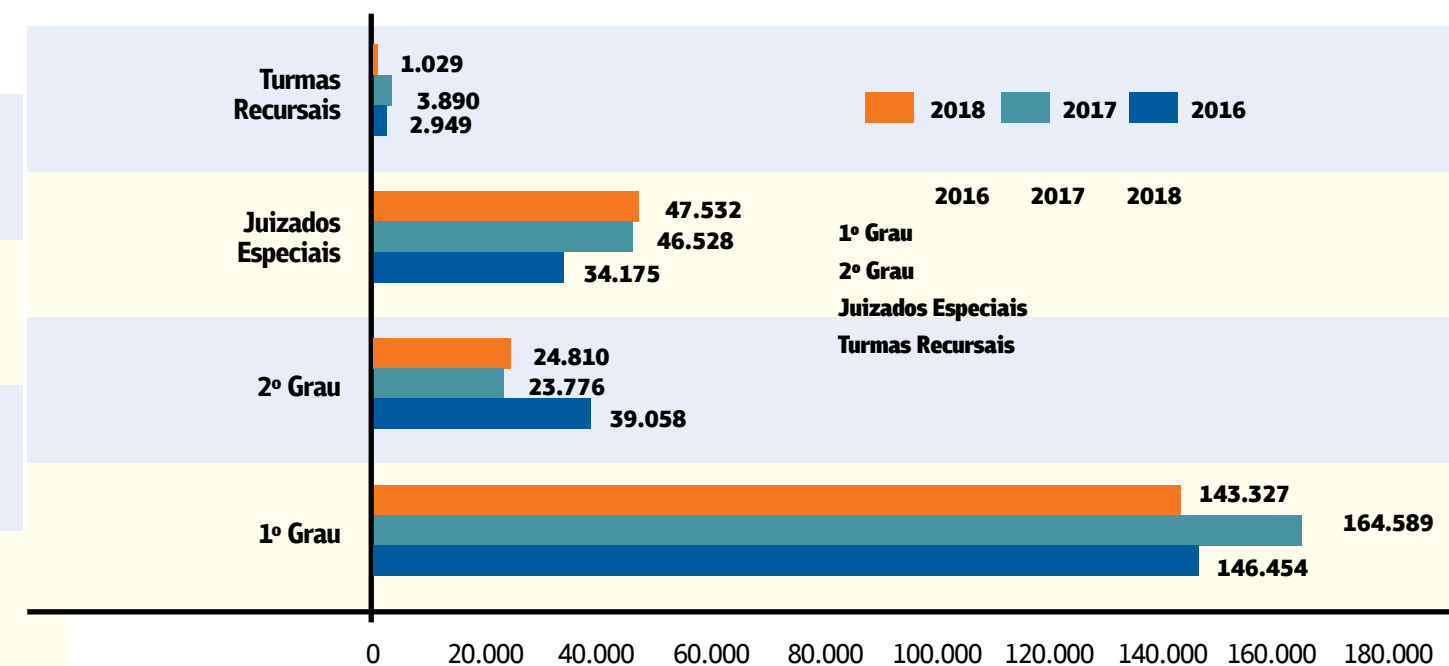
FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

CASOS PENDENTES



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

DECISÕES E SENTENÇAS



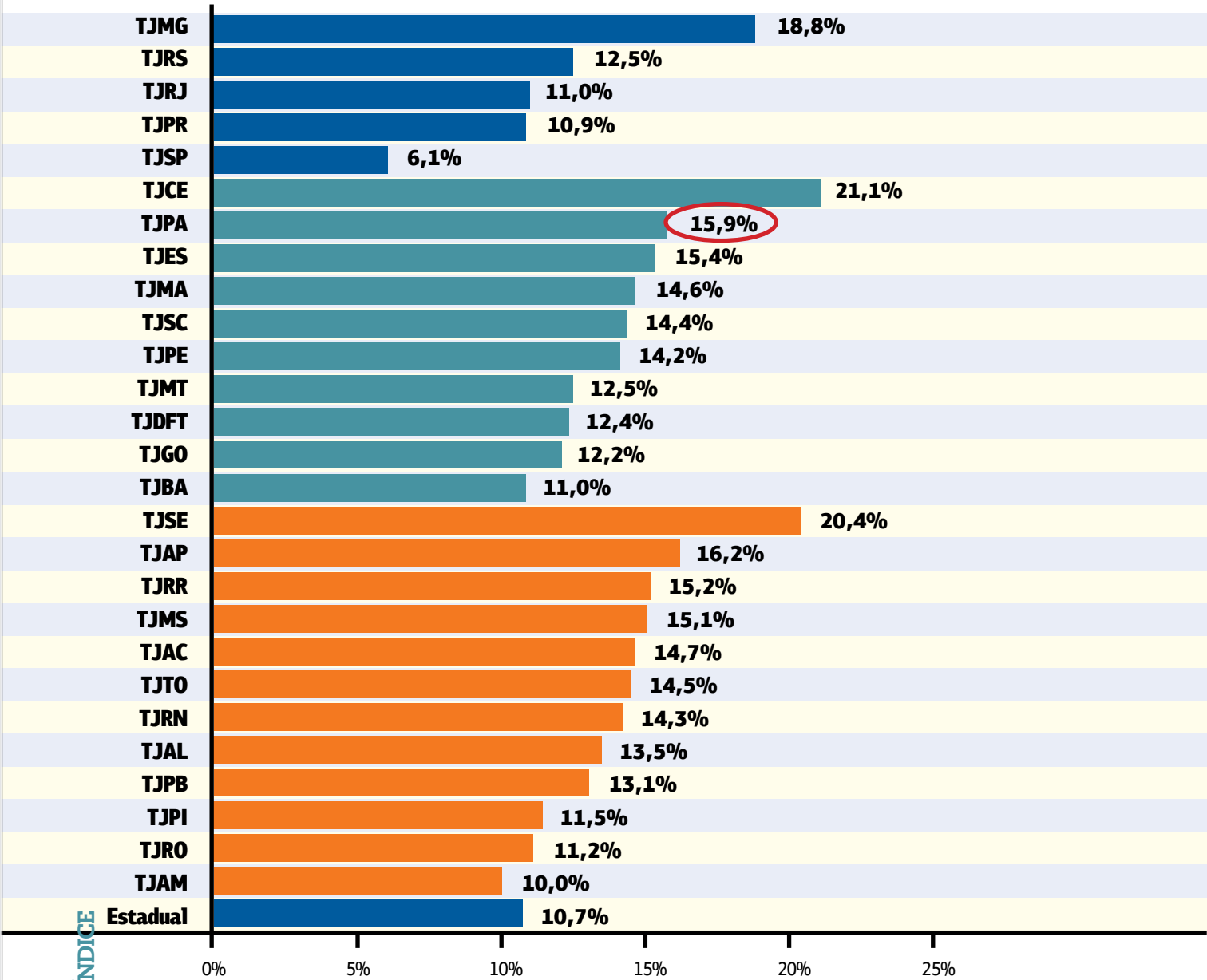
FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS E SISTEMA DE B.I. DO TJPA

O segundo melhor índice de conciliação

O TPA tem o segundo melhor Índice de Conciliação dentre os Tribunais de médio porte. Cerca de 16% do total de sentenças e decisões terminativas do Poder Judiciário Paraense foram homologadas por acordo. No âmbito dos Juizados Especiais,

esse indicador alcançou 24%. O desempenho do TPA superou a média nacional da Justiça Estadual, de 10,7%. A conciliação é importante instrumento de pacificação social e uma forma célere e eficaz de solução dos conflitos entre as partes.

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO, POR TRIBUNAL, EM 2017



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018 (ANO BASE 2017) - CNJ

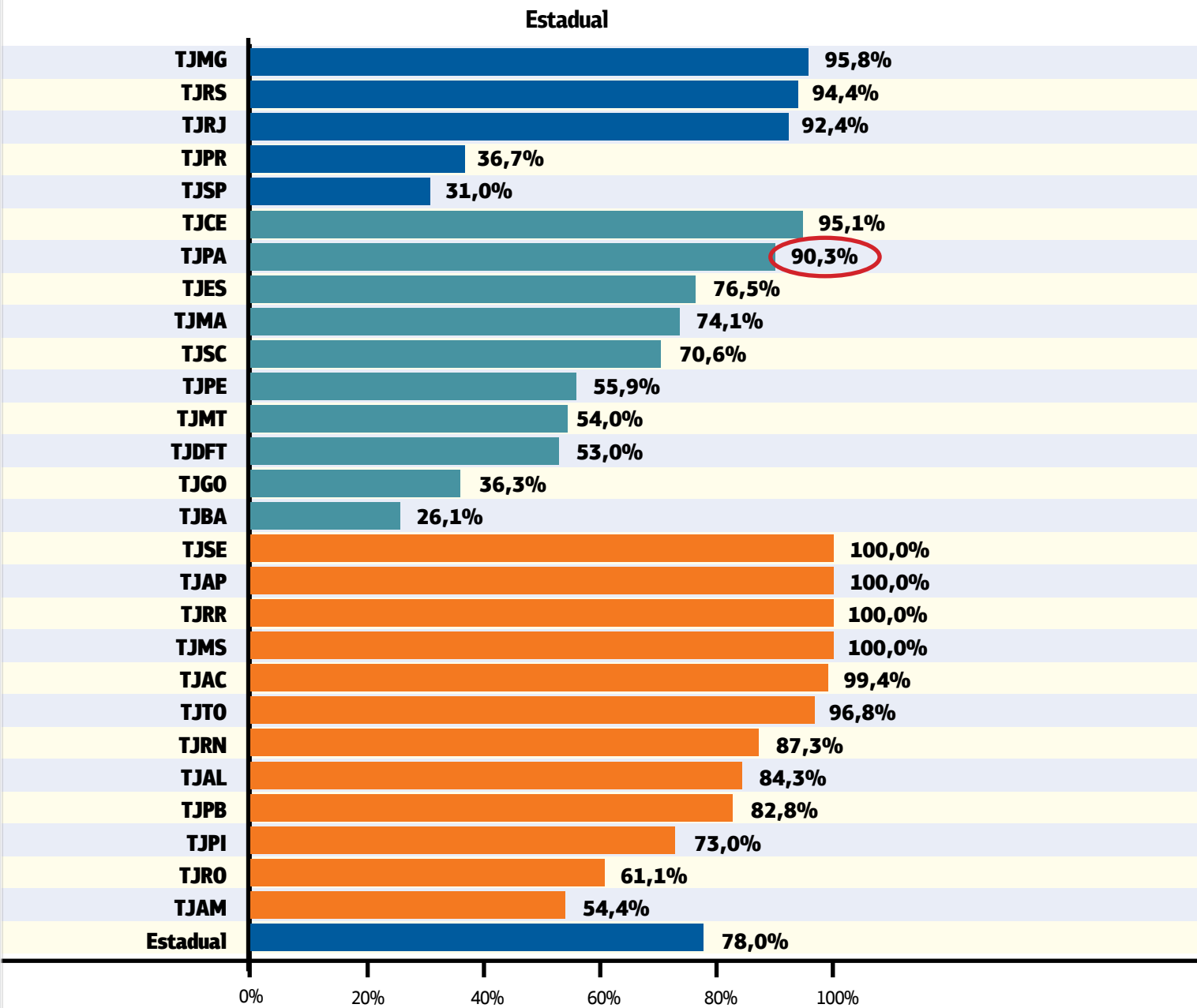


RICARDO LIMA

Pará tem o segundo melhor índice de conciliação entre os tribunais de médio porte, com quase 16% de decisões terminativas produzidas por acordo

Em 2017, cerca de 36% dos processos entraram no TJPA pela via eletrônica, em torno de 16 pontos percentuais acima do verificado em 2016. Em 2018, o TJPA melhorou este resultado, pois até setembro o percentual alcançava os 70%.

PERCENTUAL DE CASOS NOVOS ELETRÔNICOS, POR TRIBUNAL, EM 2017



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018 (ANO BASE 2017)

Atendimento à demanda cresce em 2017

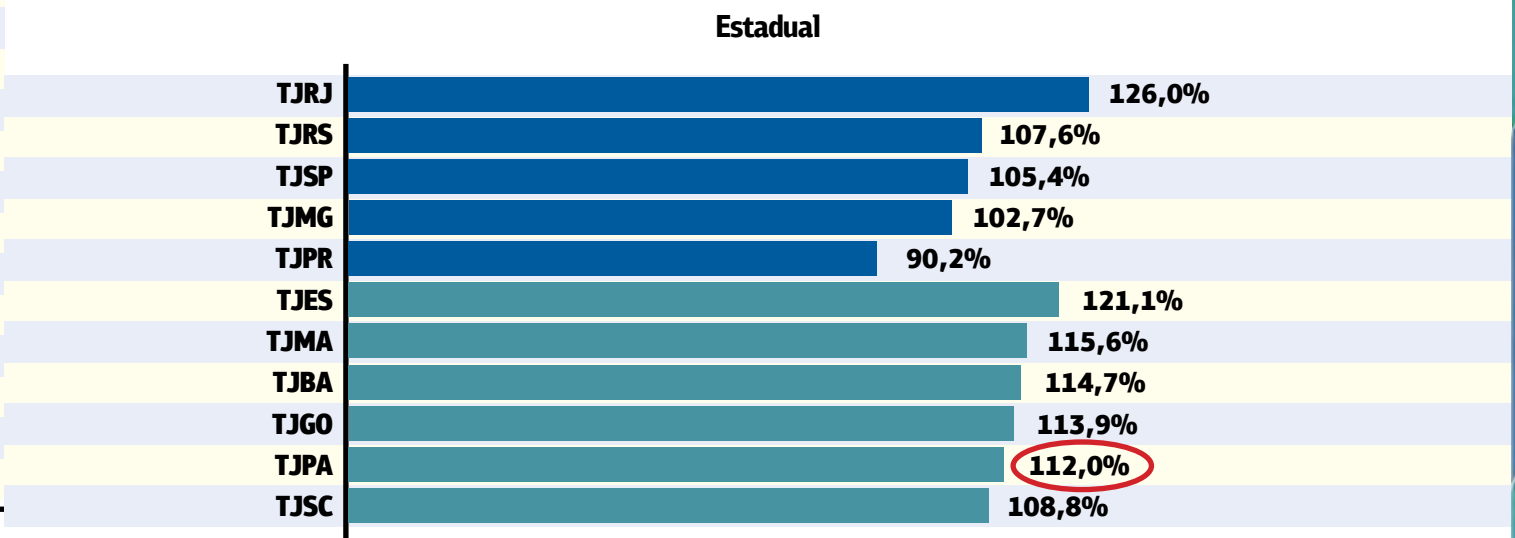
O Índice de Atendimento à Demanda ficou na faixa de 112% em 2017, cinco pontos percentuais acima da média nacional (107%). Isso significa que o Judiciário Estadual baixa mais processos do que o quantitativo que entra ao longo do ano.

Em 2017, o TJPA teve desempenho inferior de produtividade em relação ao ano anterior, em decorrência da queda no número de baixas processuais. Para o relatório Justiça em Números, a baixa traduz a efetiva prestação jurisdicional e é o produto final a ser entregue pelo Judiciário.

Para melhorar o número de baixas até o final de 2018, a Presidência do TJPA abriu várias frentes de trabalho, com equipes interdisciplinares de servidores e magistrados, para aumentar a produtividade.

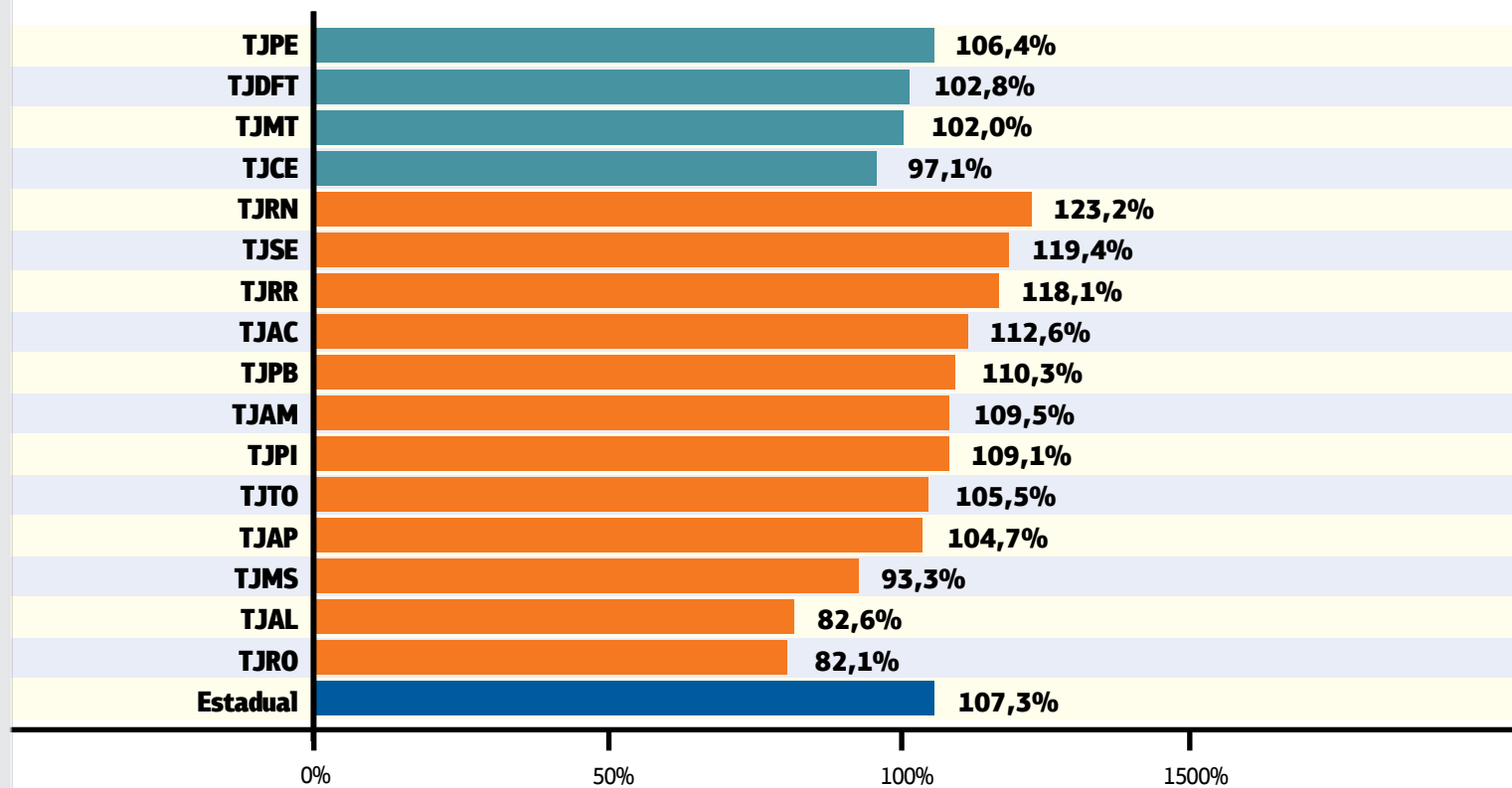
Estão sendo revistos procedimentos relacionados à apuração informatizada e tratamento das estatísticas, pendências em razão do não recolhimento das custas judiciais ou pela falta de intimação de Defensores públicos (há ausência desses profissionais no interior), incentivo e melhor instrução às unidades judiciárias sobre os movimentos de baixa, dentre outros. O objetivo é apresentar soluções aos problemas para que o TJPA retome um nível produtivo satisfatório.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA, POR TRIBUNAL, EM 2017



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018 (ANO BASE 2017)

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA, POR TRIBUNAL, EM 2017 (CONTINUAÇÃO)



FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018 (ANO BASE 2017)

Redução de gastos assegura equilíbrio fiscal ao Judiciário

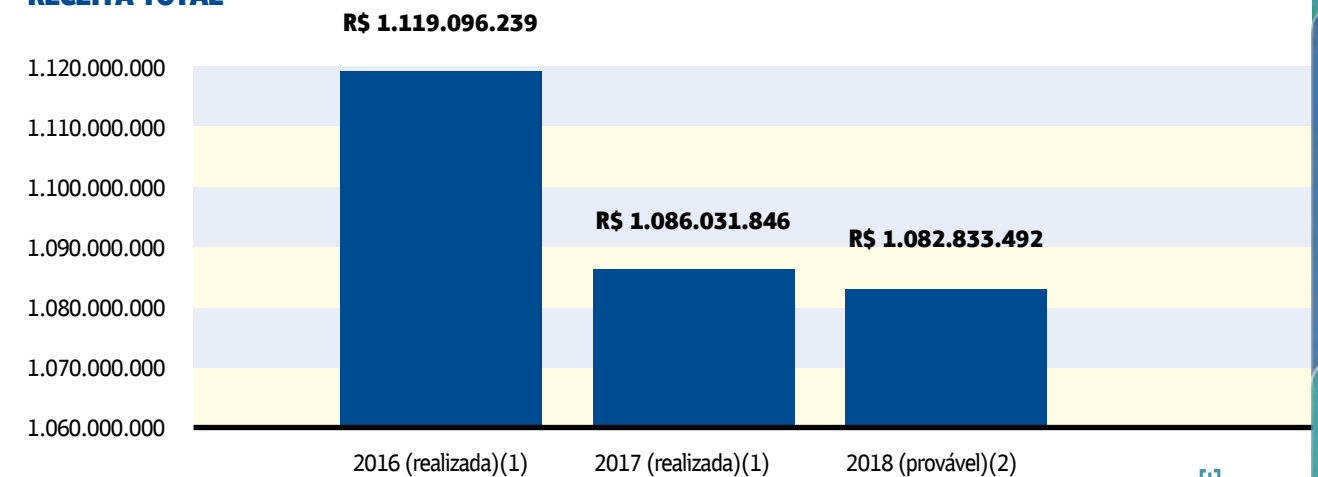
Redução das receitas não impediu a revisão dos salários dos servidores



O biênio 2017-2019 caracterizou-se pelo início da recuperação da economia, com queda da inflação e acentuada redução da Taxa Selic, de 13,75% para 6,5%, em contraposição ao biênio 2015-2017, marcado pela recessão econômica. Apesar de repercutir na economia nacional positivamente, a redução da Taxa Selic impactou negativamente na arrecadação do Poder Judiciário, que teve perda de receitas financeiras, com quedas sucessivas de 24,5%, em 2017, e de 39,55%, em

2018. Isso exigiu o redimensionamento dos gastos para adequar as despesas às receitas arrecadadas. Utilizando seu poder de discricionariedade e autogestão, a administração superior adotou medidas de contenção de gastos que permitiram a revisão constitucional do salário dos servidores, o pagamento das obrigações de natureza continuada e a manutenção da prestação jurisdicional, mantendo o equilíbrio fiscal e financeiro do Judiciário paraense.

RECEITA TOTAL



FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(1) RECEITA REALIZADA, CORRIGIDA A PREÇOS DE OUTUBRO/2018
(2) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ OUTUBRO/2018

Os recursos recebidos do Tesouro Estadual, na forma estabelecida nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais, destinam-se exclusivamente ao custeio das despesas com pessoal, obrigações patronais e outras de benefícios e auxílios.

Fora da governabilidade do Judiciário, essa receita apresentou discreto aumento, de 1,79%, no valor recebido no exercício de 2018 frente à 2017. Mas, se compararmos os valores recebidos nos três últimos exercícios, de R\$ 941.972.279, em 2016; de R\$ 915.639.408, em 2017; e R\$ 932.016.004,

em 2018, devidamente atualizados, observa-se decréscimo de 1% no valor recebido em 2018 em relação a 2016.

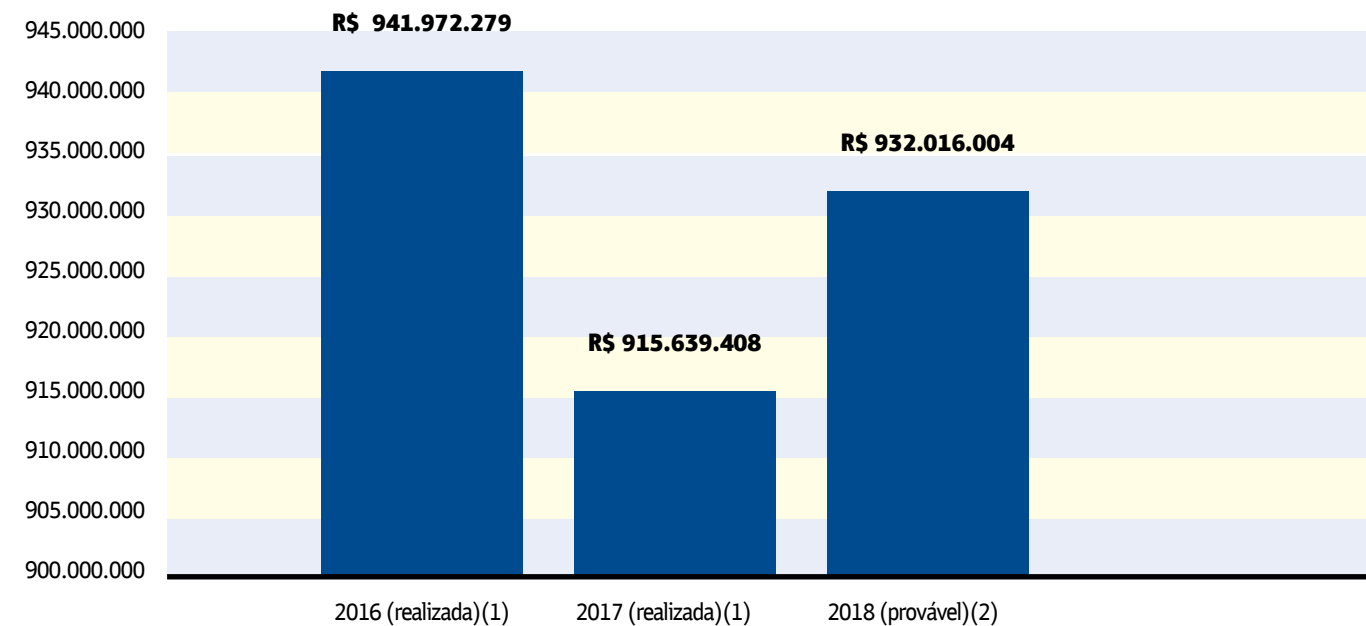
Tal evidência se reflete no conjunto de receitas percebidas e arrecadadas pelo Judiciário Estadual, na medida em que os valores recebidos através da quota orçamentária de recursos do tesouro, hoje, são insuficientes para arcar com a totalidade das despesas de pessoal, que englobam a folha de pagamento, seus encargos, benefícios e auxílios.

Houve perda de 10,67% nas receitas totais do Fundo de Reparelamento do Poder Judiciário do Estado do Pará (FRJ), se comparados os números de 2018 e 2016. Nos últimos três anos, a arrecadação do FRJ registrou os seguintes valores: R\$ 164.684.270, em 2016; R\$ 163.574.233, em 2017; e R\$ 147.118.688, em 2018. O motivo da perda foi a expressiva queda de 54,49% na receita de aplica-

ção financeira, que fica evidente se compararmos o valor arrecadado em 2016, de R\$ 56.489.088, aos R\$ 25.707.750 arrecadados em 2018.

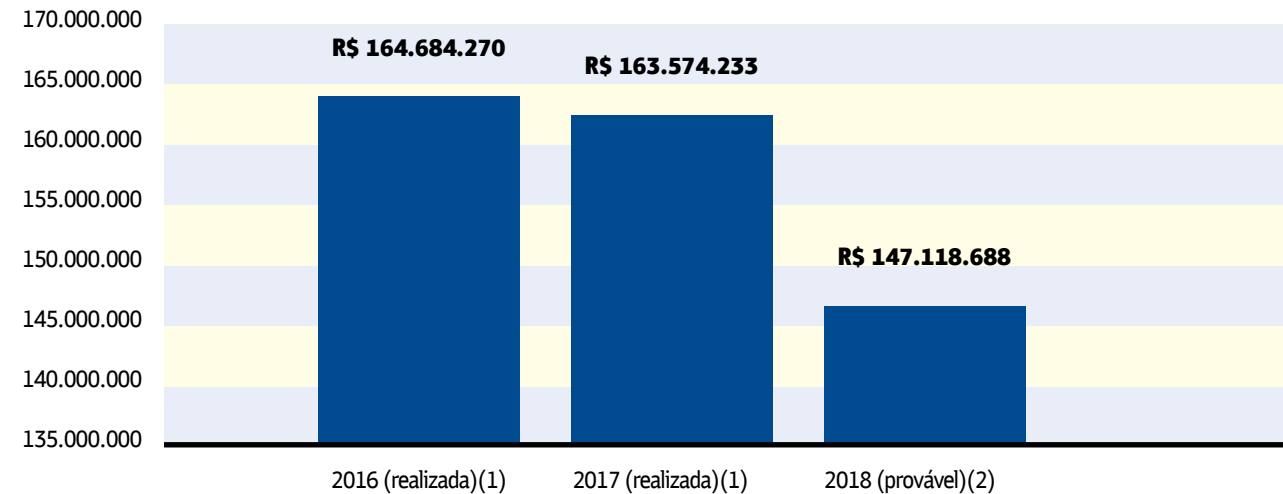
Nos exercícios de 2017 e 2018 foi possível manter a arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais que, comparada à do exercício de 2016, registra acréscimo de 11,87%, evidência do início de recuperação dos indicadores econômicos.

RECEITA DO TESOIRO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO



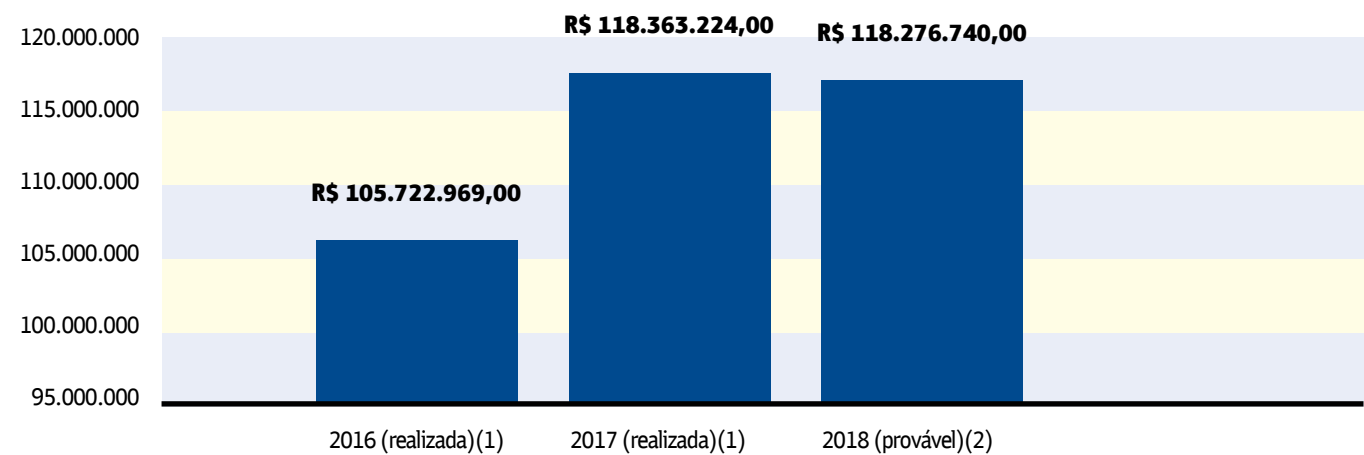
FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(1) RECEITA REALIZADA, CORRIGIDA A PREÇOS DE OUTUBRO/2018
(2) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ OUTUBRO/2018

RECEITA TOTAL DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ



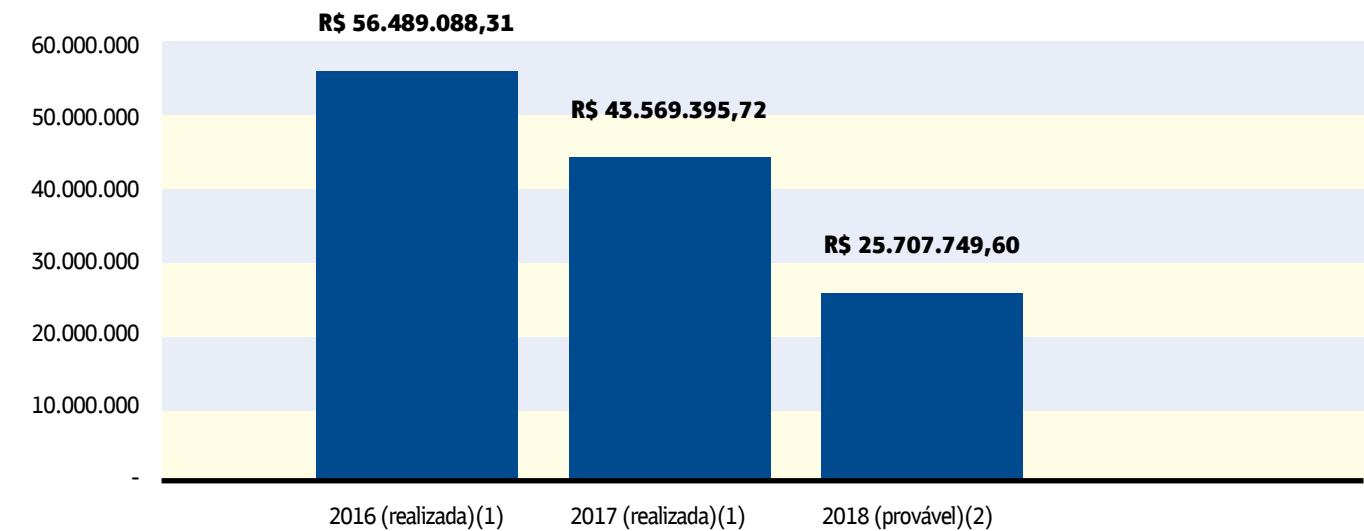
FONTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(1) RECEITA REALIZADA, CORRIGIDA A PREÇOS DE OUTUBRO/2018
(2) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ OUTUBRO/2018

RECURSOS PRÓPRIOS
RECEITA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (INCLUINDO SELOS)



FORNTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(1) RECEITA REALIZADA, CORRIGIDA A PREÇOS DE OUTUBRO/2018
(2) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ OUTUBRO/2018

RECEITA DE APLICAÇÕES DO FRJ



FORNTE: SIAFEM/SEPLAN/TJPA
(1) RECEITA REALIZADA, CORRIGIDA A PREÇOS DE OUTUBRO/2018
(2) RECEITA PROVÁVEL, REESTIMADA COM BASE NA RECEITA REALIZADA ATÉ OUTUBRO/2018

Durante o biênio 2017-2019, os setores envolvidos com a arrecadação das receitas próprias do FRJ executaram diversas ações para melhorar os sistemas de arrecadação, tanto na área judicial como na extrajudicial, dentre as quais se destacam:

- > Parcelamento do pagamento da Custas Judiciais, por meio da Portaria Conjunta nº 3/2017-GP/VP/CJRM/CJCI, de 01/08/2017;
- > Emissão de Guia de Fianças “on-line”, por meio do Sistema de Depósitos Judiciais, facilitando a acessibilidade ao serviço;
- > Emissão de Guias de Depósito Mensal de Precatórios em Regime Especial no Sistema de Depósitos Judiciais, incrementando os depósitos dos valores;
- > Integração do Sistema de Arrecadação ao Processo Judicial Eletrônico – PJe, proporcionando maior segurança no acompanhamento do pagamento de custas, pelos magistrados e

servidores, e garantindo celeridade no tempo de execução e fiscalização;

- > Implantação do Selo de Fiscalização Digital no âmbito dos serviços notariais e de registro do Pará, permitindo o acesso e transmissão para o banco de dados do TJPA, em tempo real, dos atos praticados, inclusive com função QR CODE;
- > Desenvolvimento de módulo “balanço CNJ” no Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial (SIAE), com inclusão de plano de contas detalhado e de documentos comprobatórios das despesas, para que os responsáveis interinos deem informações e encaminhem documentos;
- > Capacitação de magistrados e servidores sobre a arrecadação das receitas judiciais, com palestras sobre os procedimentos de arrecadação judicial, realizadas nos Polos de Xinguara, Castanhal e Tucuruí, além de palestras específicas para os servidores do Fórum Criminal da Capital e da UPJ do 2º Grau.

GT interinstitucional criou programa de entrega voluntária para adoção

Reuniões e rodas de diálogo ajudaram a elaborar fluxo de atendimento aos interessados



Programa de Entrega Voluntária de Crianças para adoção foi elaborado por um Grupo de Trabalho (GT) formado em março de 2017, por meio da Portaria nº. 1390/2017-GP. No período de cinco meses, entre 6 de abril e 28 de setembro de 2017, houve nove reuniões durante as quais cada instituição apresentou os atendimentos realizados, foi construída a matriz de trabalho com ações, atividades, prazos e responsáveis; houve conhecimento da realidade do atendimento pré-natal no Pará e foram elaboradas as propostas de fluxos de atendimento às mulheres e famílias que manifestarem o desejo de entregar seus filhos em adoção.

Está em fase de elaboração e pactuação o fluxo processual/judicial e a indicação de classe e assuntos a serem utilizados de acordo com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Extrapolado o prazo previsto na Portaria que criou o GT e não concluídos os trabalhos, haverá nova regulamentação e prorrogação das ações.

Entre março de 2017 e setembro de 2018 houve 11 rodas de diálogos, com a participação de

**ENTRE MARÇO
DE 2017 E
SETEMBRO DE
2018, HOUVE 11
REUNIÕES, COM
A PARTICIPAÇÃO
DE 160 PESSOAS
DA REDE DE
ATENDIMENTO**

160 pessoas, entre as quais conselheiros tutelares, profissionais da área da saúde (da Santa Casa, do Hospital Regional Abelardo Santos, da Estratégia Saúde da Família e da UMSE de Icoaraci) e da assistência social (CRAS, CREAS e CENTRO POP).



ÉRIKA NUNES

O Des. José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, durante reunião para discutir o Programa de Entrega Voluntária de Crianças para Adoção

Nesses encontros houve a construção de fluxos e sensibilização dos profissionais para o melhor atendimento ao público do programa, além do compartilhamento de informações e experiências sobre situações vivenciadas no cotidiano do trabalho.

COMPONENTES

Os órgãos que compõem o GT do Programa de Entrega Voluntária são CEIJ; 1ª Vara da Infância

e da Juventude da Capital; Ministério Público do Pará; Defensoria Pública; Secretaria de Estado de Saúde Pública; Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda e Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Foram convidados e estiveram presentes às reuniões o representante da Comarca de São Domingos do Capim, Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci e Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe), representada pelo Centro de Reeducação Feminino (CRF)

DEPOIMENTO ESPECIAL

Foi estruturada também a Comissão Intersetorial de Implantação Progressiva de Salas de Depoimento Especial, sob coordenação da CEIJ e com participação de representantes das Corregedorias da Região Metropolitana e do Interior e de servidores das secretarias de Administração, Informática, Engenharia/Arquitetura e Planeja-

mento, conforme estabelece a Lei nº 13.431/2017, de abril de 2018.

A Comissão Intersetorial reuniu-se por três vezes e elencou os elementos físicos, humanos e tecnológicos necessários à implantação das salas de depoimento especial no TJPA; fixou o cronograma e as comarcas prioritárias para o atendimento e iniciou as providências para colocar em ação o que foi planejado durante as reuniões.

Encontros e workshops consolidam políticas para infância e juventude

Em âmbito nacional, estadual e regional, a CEIJ participou de encontros e workshops para debater temas relacionados aos direitos da infância e juventude. Coordenador da CEIJ, o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário participou do X Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 9 e 10 de março de 2017, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O evento debateu o Cadastro Nacional de Adoção e os motivos pelos quais ele não é preenchido com regularidade; os dados sobre adoção em cada um dos estados do Brasil; a desvinculação das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção das Corregedorias Gerais de Justiça e sua vinculação às Coordenadorias da Infância e Juventude e o funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Tribunais de Justiça. Foi aprovado por unanimidade a criação de um programa informatizado para armazenar e sistematizar dados relacionados à infância e juventude no País.

PROTEÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) organizou em Belém o III Workshop “Um Debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude”, nos

dias 19 e 20 de junho de 2017. Houve relatos de experiências exitosas por parte de representantes dos órgãos do sistema de garantia de direitos infanto-juvenis e a apresentação das propostas de modificação do Cadastro Nacional de Adoção, pelos representantes da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ e por integrantes do Grupo Técnico deste órgão.

ENCONTRO

O XI Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil foi realizado em 22 de setembro de 2017, no Edifício Sede do TJPA, com a participação de 20 desembargadores e magistrados, de

17 estados da Federação e do Distrito Federal. Dentre os temas debatidos destacaram-se a criação de varas especiais e regionais da infância e da juventude, conforme regulamentado pelo Provimento Nº 36/2014, do Conselho Nacional de Justiça; a reorganização das comissões de trabalho internas do Colégio de Coordenadores; a necessidade de criação da classe processual “Execução de Medida Socioeducativa”; a necessidade de combate a facções criminosas nas unidades de internação de cumprimento de medidas socioeducativas; os procedimentos de autorização de viagens a crianças e adolescentes em território nacional e os desafios observados na adoção tardia, com as implicações da exposição de crianças e adolescentes aptos para adoção nos meios de comunicação.



Belém sediou o XI Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude do Brasil, que debateu uma série de temas estratégicos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes

Bloqueio e sequestro nos autos acelera pagamento de precatórios

Mudanças garantidas por emendas constitucionais reduziram a inadimplência



RICARDO LIMA

Des. Ricardo Ferreira Nunes, presidente do TJPA, ao lado da presidente do TRT da 8ª Região, Des. Susy Koury; da juíza Carina Bastos de Senna, diretora do Foro do TRF1; e da juíza Sílvia Mara Bentes, coordenadora de precatórios do TJPA, durante reunião do Comitê Estadual de Precatórios

Um dos avanços do biênio foi a redução no número de Processos Gerais de Gestão (PGGs), instaurados contra entes federados, submetidos ao regime geral/ordinário e especial, para bloqueio/sequestro de valores destinados ao pagamento de precatórios: de 34, em 2017, para 3 até o final do biênio.

Isso ocorreu por causa da Portaria nº. 5851/017-GP, que regulamentou internamente os planos de pagamentos e admitiu o bloqueio/sequestro nos próprios autos, na hipótese de inadimplência dos entes e do descumprimento do plano. A medida constitutiva, tal como os depósitos, a partir de então passou a ser adotada mês a mês.

Essas providências são um efeito das inovações trazidas pelas Emendas Constitucionais nº 94/16, posteriormente alterada pela Emenda Constitucional nº 99/17 (art. 101, e ss., ADCT – CF/88).

A NOVA SISTEMÁTICA DO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS TEVE A ADESÃO DE 62 ENTES FEDERADOS NO BIÊNIO 2017-2019

ENTES FEDERADOS SUJEITOS AO REGIME GERAL/ORDINÁRIO - 2017

Abaetetuba	Marapanim
Acará	Melgaço
Almerim	Monte Alegre
Ananindeua	Muaná
Baião	Ourém
Bannach	Parauapebas
Canaã dos Carajás	Ponta de Pedras
Castanhal	Rio Maria
Chaves	Rondon do Pará
Curuçá	Santa Luzia do Pará
Ipixuna do Pará	Uruará
Marabá	Xinguara

FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

ADESÕES

A nova sistemática do regime especial de pagamento de precatórios teve a adesão de 62 entes federados no biênio 2017-21019, trinta dos

quais se adequaram em 2017 e trinta e dois, em 2018, dentre os quais o Estado do Pará, Município de Belém e outros 30 municípios do interior.

ENTES FEDERADOS SUBMETIDOS AO REGIME ESPECIAL DE PRECATÓRIOS EC 99/2017- 2019

Altamira
Aurora do Pará
Barcarena
Belém
Bom Jesus do Tocantins
Bragança
Brejo Grande do Araguaia
Cachoeira do Arari
Cametá
Capanema
Capitão Poço
Concórdia do Pará
Curralinho
Estado do Pará
Igarapé Miri
Itaituba

Itupiranga
Nova Ipixuna
Novo Repartimento
Óbidos
Porto de Moz
Primavera
Quatipuru
Santa Izabel do Pará
Santarém
São Caetano de Odivelas
São Domingos do Araguaia
São Geraldo do Araguaia
São Sebastião da Boa Vista
Terra Santa
Tucuruí
Viseu

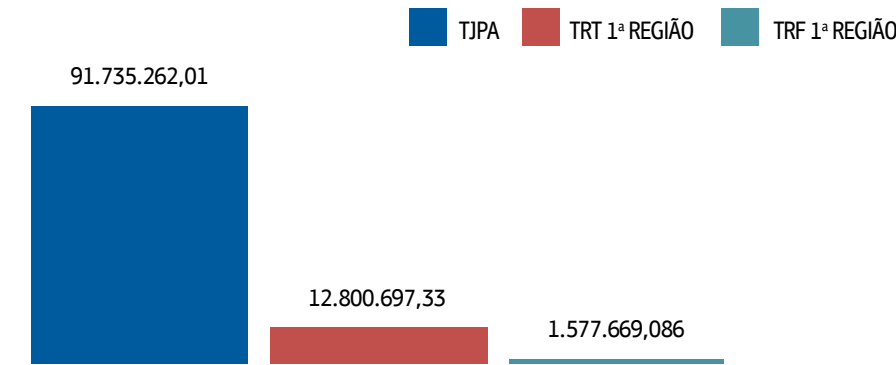
FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

APORTES

Os aportes mensais de recursos destinados ao pagamento do Regime Especial de Precatórios, apurados para o biênio 2017/2019, em conformi-

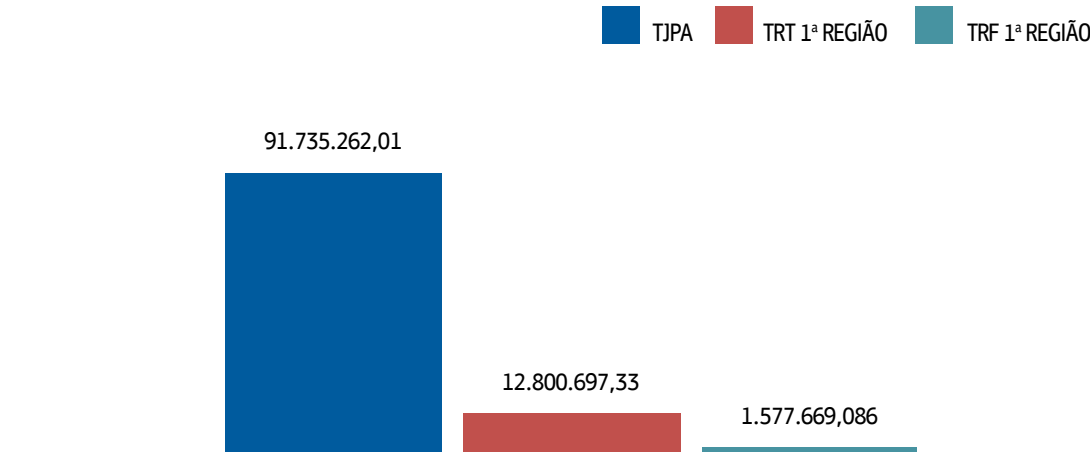
dade com a EC nº 94/2016, ficaram assim rateados entre Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e os demais tribunais (TRT 8ª Região e TRF 1ª Região).

APORTE DE 2017



FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

APORTE DE 2018



FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

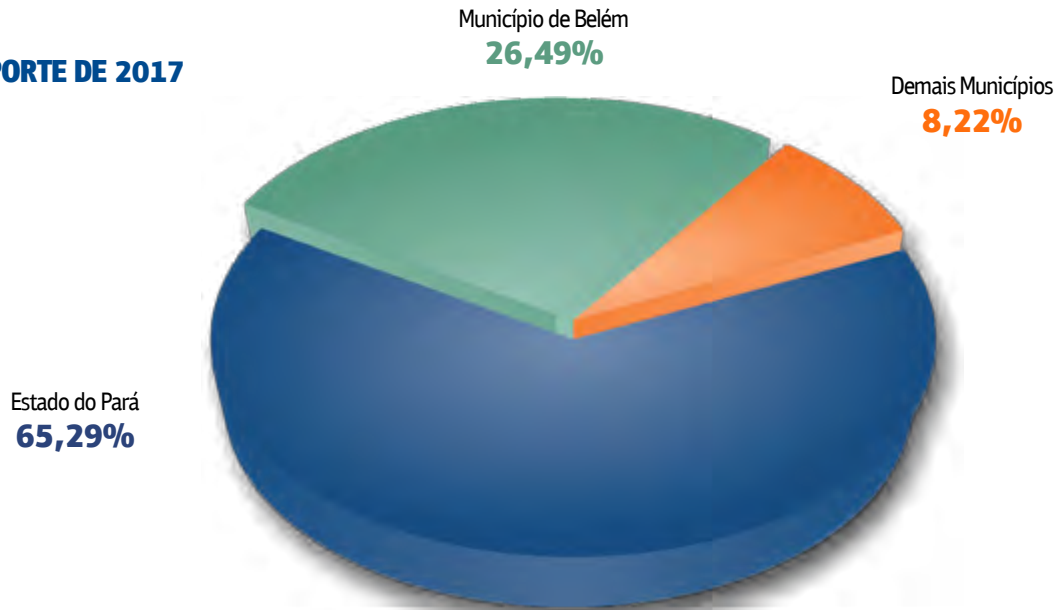


DIVULGAÇÃO

A juíza Sílvia Mara Bentes de Souza Costa, coordenadora da Central de Precatórios do TJPA, com os participantes da 11ª reunião periódica da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios dos Tribunais de Justiça, em setembro, ao final da qual ela foi eleita secretária-executiva

Com relação aos Entes Federados devedores o montante de recurso ficou assim distribuído:

APOORTE DE 2017



APOORTE DE 2018



FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Movimentação bruta foi de R\$ 225,7 milhões em sete meses

Entre fevereiro de 2017 e setembro de 2018, a movimentação financeira bruta foi de R\$ 225,7 milhões, dinheiro usado para pagar créditos em precatórios, incluindo-se prioridades por idade igual/superior a 60 anos e doença grave, as chamadas super preferências e/ou créditos humani-

tários definidos nos termos do art. 100, §2º, CF/88; as conciliações/acordos com deságio legal e, ainda, créditos firmados em Requisições de Pequenos Valores (RPVs), bem como retenções legais de Imposto de Renda (IRRF) e Previdência Oficial e repasses ao TRT 8ª Região e TRF 1ª Região.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PRECATÓRIOS

Período fev/2017 até set/2018

ANO	MONTANTE PAGO	REPASSE AOS OUTROS TRIBUNAIS	RPV'S	PREC. TJE/PA	PREVIDÊNCIA	IRRF
2017	109.411.187,27	15.598.205,44	1.789.943,69	88.825.029,97	799.349,04	2.398.659,13
2018	11.379.622,18	14.784.921,20	424.129,10	98.120.958,69	563.597,81	2.486.015,38
TOTAL	225.790.809,45	30.383.126,64	2.214.072,79	186.945.988,66	1.362.946,85	4.884.674,51

FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Da quantia bruta movimentada no período, R\$ 186,9 milhões, ou 82,80%, correspondem a valores líquidos pagos pelo TJPA na liquidação de precatórios; R\$ 30,3 milhões, ou 13,46%, a valores repassados ao TRT 8ªR e TRF 1ªR para que liquidassem seus respectivos precatórios; R\$ 4,8 milhões, ou 2,16%, e R\$ 1,3 milhão, ou 0,60%, se referem, respectivamente, ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e à Previ-

dência, recolhidos a título de retenção legal; e R\$ 2,2 milhões, ou 0,98%, destinados ao pagamento de RPVs.

Os pagamentos de créditos em RPVs, precatórios e demais repasses aos outros tribunais, assim como as retenções de IRRF e Previdência, ocorreram mediante alvará eletrônico – via sistema SDJ, num total de 2.046 documentos assinados digitalmente.

ALVARÁS MOVIMENTADOS

Período fev/2017 até set/2018

Ano	Alvarás efetuados
2017	1.233
2018	813

FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Núcleos aceleram exame da admissibilidade de recursos

Mudança de sistemática deslocou o eixo das tarefas para os processos e acelerou as atividades de competência da coordenadoria



divisão das atividades em núcleos especializados por matérias foi a estratégia da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para padronizar os procedimentos relacionados ao juízo amplo de admissibilidade.

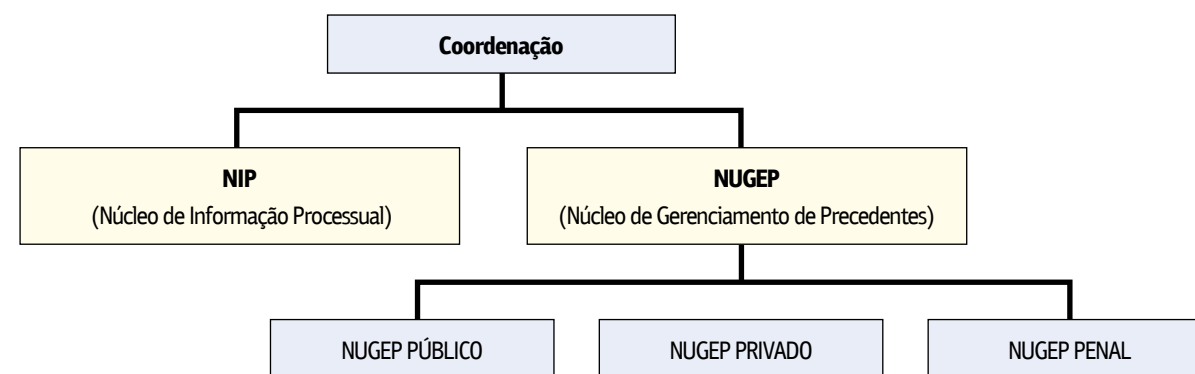
A mudança aperfeiçoou os trabalhos, anteriormente divididos somente por tipo de tarefa, a exemplo do Núcleo de Triagem Preliminar de Pressupostos Processuais e do Núcleo de Pesquisas, que compunham a estrutura do setor.

A reorganização se deu em torno de três

núcleos: Coordenação, Informação Processual e Gerenciamento de Precedentes Judiciais (Nugép). Este último trabalha as especialidades do direito público, do direito penal e do direito privado.

A nova sistemática resultou em mais celeridade ao exame dos recursos e melhor qualidade nas decisões exaradas pela Presidência.

A seguir o novo organograma, a partir da reorganização:



**REORGANIZAÇÃO
DA COORDENADORIA
SE DEU EM TORNO
DE TRÊS NÚCLEOS:
COORDENAÇÃO,
INFORMAÇÃO
PROCESSUAL E
GERENCIAMENTO
DE PRECEDENTES
JUDICIAIS (NUGEP).**



Comitê único atua na priorização das unidades de primeira instância

Objetivo é discutir a distribuição de servidores e recursos tecnológicos e patrimoniais



perfeiçãoar os serviços judiciais de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre Primeiro e Segundo Graus, conforme diretriz do planejamento estratégico.

No biênio 2017-2019, o comitê discutiu a Resolução nº 219/2016, do CNJ, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos

órgãos do Poder Judiciário de Primeiro e Segundo Graus. Solicitou, também, documentos, informações e dados nas áreas orçamentárias, de criação de cargos e elevação de entrância de comarcas.

Durante o ano vigente a atuação do comitê, no âmbito de sua atribuição resolutiva, se dá através de reuniões ordinárias mensais, para as quais são convidados representantes do TJPA nas áreas de planejamento e gestão de pessoas.

Comarcas do interior tiveram prioridade na alocação de servidores concursados

Foram nomeados 521 servidores, 89% dos quais para o 1º Grau. Objetivo foi reduzir o déficit apontado pela lotação paradigma.

Durante o biênio 2017-2019, o Tribunal de Justiça do Pará homologou, via Secretaria de Gestão de Pessoas, 402 estágios probatórios, 2,4 mil progressões funcionais, convocou 897 novos servidores concursados, efetivou 12 novos juízes, expandiu vagas no 1º Grau de Jurisdição, com prioridade às Comarcas do Interior, para reduzir o déficit funcional apontado pela lotação paradigma, viabilizou o Assentamento Funcional Digital, investiu em ações de saúde e qualidade de vida, voltadas a magistrados, servidores e colaboradores e registrou mais de 11 mil inscrições para vagas de estágio.

CONVOCADOS

Entre 1º de fevereiro de 2017 e 27 de setembro de 2018, foram convocados 897 aprovados no concurso público 002/2014, para composição do quadro de servidores, conforme demonstrativo:

**PARA O CARGO
DE JUIZ, FORAM
CONVOCADOS
21 CANDIDATOS
APROVADOS
EM CONCURSO
PÚBLICO,
DOS QUAIS
12 FORAM
EFETIVADOS**



RELATÓRIO QUANTITATIVO DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES

RICARDO LIMA

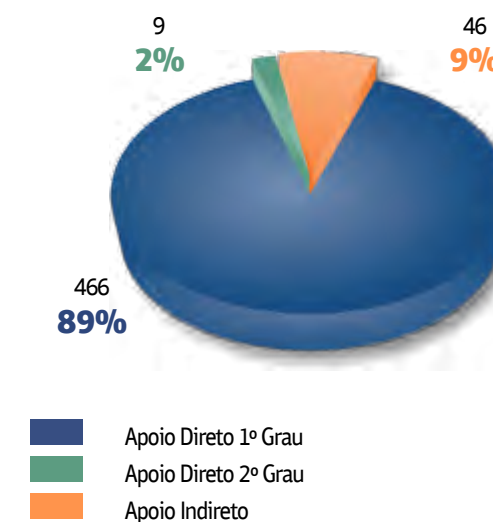
Aprovados em concurso público para cargos de nível médio e superior, 521 servidores tomaram posse no biênio 2017-2019

CARGO	2017	2018	TOTAL
Analista Judiciário	98	375	473
Oficial de Justiça Avaliador	64	54	118
Auxiliar Judiciário	100	206	306
TOTAL	262	635	897

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Dentre os convocados, 521 foram nomeados, tomaram posse e estão em exercício, 89% dos quais lotados no primeiro grau, conforme destaca-se a seguir:

QUANTIDADE DE SERVIDORES NOMEADOS X LOTAÇÃO



FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PRIORIZAÇÕES

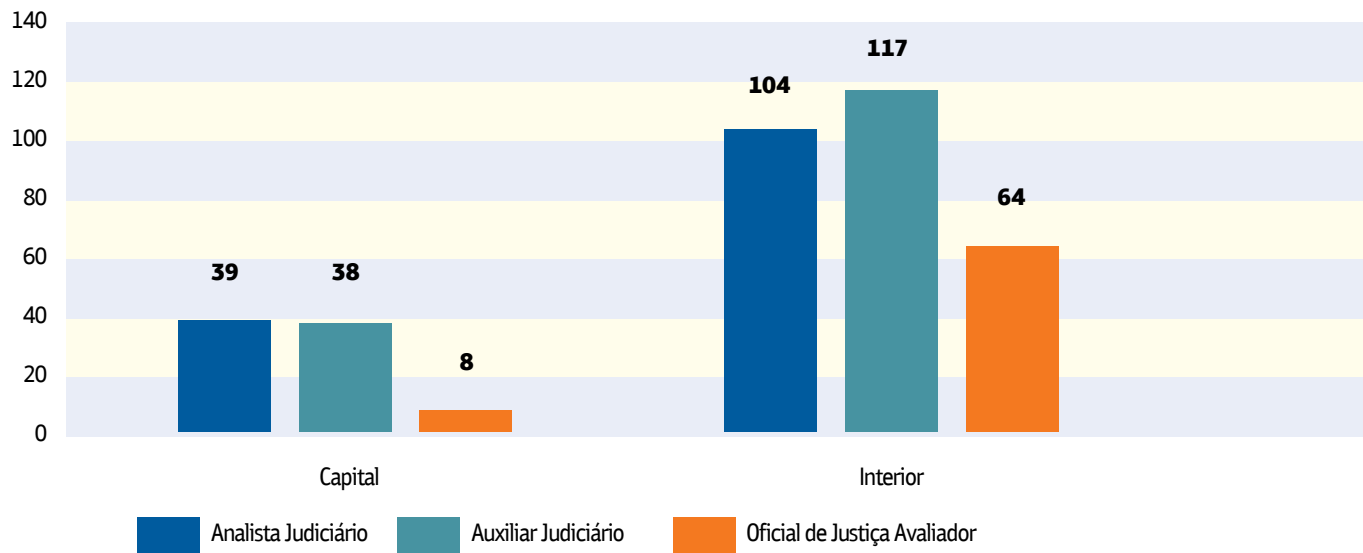
O gráfico anterior demonstra a atenção às políticas de priorizações: houve expansão de 256 servidores no 1º Grau de Jurisdição, tendo em vista que no mesmo período foram desligados apenas 114 servidores.

Ainda em atenção às políticas de priorizações, e considerando a situação mais deficitária das unidades judiciárias do interior do Estado, observa-se que das 370 lotações feitas no 1º Grau, 77% destinaram-se a atender às Comarcas do Interior:

Foram atendidas 77 Comarcas do Estado com novos servidores, visando à redução do déficit funcional apontado pela lotação paradigma no momento das convocações.

Em relação ao Concurso Público nº.001/2014, para provimento de cargos de Juiz Substituto, até o dia 21 de junho de 2018 foram convocados 21 candidatos aprovados no certame, dos quais 12 foram efetivados.

LOTAÇÕES 1º GRAU (INTERIOR X CAPITAL)



FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

INFORMATIZAÇÃO

A SGP trabalha com a Secretaria de Informática e a OSM (empresa responsável pelo sistema Mentorh) para informatizar os processos de homo-

logação de estágio probatório e progressão funcional dos servidores. Em relação aos temas, seguem os dados demonstrativos do biênio 2017-2019.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

PROGRESSÃO FUNCIONAL

ANO	HOMOLOGAÇÕES
2017	116
2018	150
TOTAL	266

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ESTÁGIO

Em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), a SGP abriu processo seletivo para estudantes de nível médio e superior, para a formação de cadastro de reserva às

ANO	PROGRESSÕES
2017	1.148
2018	1.151
TOTAL	2.299

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

demandas de estagiários da Capital e Comarcas do Interior. Ao todo, foram 11,6 mil estudantes inscritos, dos quais foram selecionados 6,2 mil aprovados no processo.

ASSENTAMENTO FUNCIONAL DIGITAL

Para modernizar a Secretaria de Gestão de Pessoas, o programa de Assentamento Funcional Digital (AFD) converteu 4,4 mil pastas funcionais

de magistrados e servidores ativos em acervo digital, o que possibilita o acesso e a gestão da informação de forma célere, eficaz e descentralizada.

Saúde e qualidade de vida inspiram ações da SGP

Atenção integral à saúde e à qualidade de vida dos servidores foram os eixos das ações da Secretaria de Gestão de Pessoas para

promover saúde física e mental, prevenção de agravos e conscientização social, dentre as quais destacam-se:

ÉRIKA NUNES



AÇÃO	EVENTOS REALIZADOS	PÚBLICO BENEFICIADO
Ginástica laboral	370 setores	3.478
Educação postural	229 setores	1.263
Avaliação de postos de trabalho	57 setores	217
Corrida do TJPA	03	800

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Durante a Quinta Laboral, colaboradores do TJPA fazem exercícios para aliviar a tensão e corrigir posturas

VACINAÇÃO

Parcerias com as secretarias Municipal e Estadual de Saúde (Sesma e Sespa) viabilizaram campanhas de vacinação, nas quais foram distribuídas 1,9 mil doses preventivas aos servidores do Tribunal de Justiça, além de 274 testagens rápidas para HIV, sífilis e Hepatite C.

A secretaria manteve equipe de 12 médicos, em dois postos de trabalho (Edifício Sede e Cidade

Velha) para o atendimento diário e acompanhamento aos servidores do Judiciário.

PSICOSSOCIAL

Equipe de psicólogos e assistentes sociais faz o acompanhamento regular dos servidores e analisa o atendimento de demandas provenientes de processos administrativos ou procedimento de escuta, triagem e encaminhamento psicossocial.

ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO SAPMS

ANO	VIA PROCESSO	ESTEPS	TOTAL
2017	439	194	633
2018	288	269	557
TOTAL	727	463	1.190

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ÉRIKA NUNES

Treinamento funcional é uma das iniciativas para melhorar a qualidade de vida de magistrados e servidores



Projeto Saúde Itinerante, em Mosqueiro, garantiu imunização contra gripe, HPV, sarampo, rubéola e caxumba

DIVULGAÇÃO

para prevenção e educação e, apenas quando necessário, tratamento.

A equipe de odontólogos deu especial atenção à criação do “espaço educativo dentinho de leite”, voltado exclusivamente para proporcionar o relaxamento da criança e tornar a experiência da consulta odontológica mais prazerosa.

A Secretaria de Gestão de Pessoas mantém um posto de trabalho, na Cidade Velha, onde há consultas, atendimentos emergenciais, exames pré-admissionais, acompanhamentos e demais procedimentos, conforme dados demonstrativos:

ODONTOLÓGICO

A Secretaria de Gestão de Pessoas obteve grandes avanços com a consolidação do Ciclo de Educação e Prevenção em Odontologia (CEPO), que promove a saúde oral e a prevenção de doenças com manifestações bucais. O fluxo dos atendimentos odontológicos foi reorientado

PROCEDIMENTOS

ANO	PACIENTES	PROCEDIMENTOS
2017	2.897	7.712
2018	2.251	6.324
TOTAL	5.148	14.036

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Legislativo aprova projeto que transforma ESM em Escola Judiciária

Foi enviado também ao Conselho Estadual de Educação solicitação de credenciamento para emitir certificados de pós-graduação



Asssembleia Legislativa do Pará aprovou o projeto de lei que transforma a Escola Superior da Magistratura em Escola Judiciária, de acordo com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o biênio 2017-2019. Aprovado pelo Tribunal Pleno em 11 de julho de 2018, o projeto foi enviado em 19 de julho à Assembleia Legislativa do Pará, onde foi aprovado.

A partir do credenciamento será possível ampliar a oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu dentro da sua área de atuação acadêmica.

O projeto envolveu a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de quatro projetos de Pós-graduação Lato Sensu presenciais (Gestão em Unidade Judiciária; Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos; Direito Civil, Processual Civil e Direitos Humanos; Direito Agrário). Outro passo foi a obtenção de documentos por

**CREDENCIAMENTO
NO CONSELHO
ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO
HABILITARÁ A
ESM A EMITIR
CERTIFICAÇÃO
AOS CONCLUINTE
DOS CURSOS DE PÓS-
GRADUAÇÃO
LATO SENSU
(PRESENCIAL)**



Projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa transforma a Escola Superior da Magistratura em Escola Judiciária

RICARDO LIMA

meio de pesquisas documentais (via intranet e internet), junto às secretarias e a outros setores do TJPA, incorporadas como anexos no processo.

Tais documentações estão relacionadas ao contexto histórico e às demandas atualizadas

referentes à Escola Superior da Magistratura.

O credenciamento junto ao Ministério da Educação prevê a devida habilitação da Escola Superior da Magistratura à emissão de certificados aos concluintes dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (a distância).

Controle interno capacita para agregar valor e reduzir riscos

Elaboração de manuais, modelagem de processos e monitoramentos são algumas das ações

Servidores da Escola Superior de Magistratura participam de workshop promovido pela Secretaria de Controle Interno para a manualização de procedimentos administrativos



DIVULGAÇÃO



valiação da governança, gerenciamento de riscos e capacitação são os três eixos de atuação da Secretaria de Controle Interno (SCI) do Tribunal de Justiça do Pará para agregar valor à instituição e mitigar riscos que comprometam o alcance das metas e objetivos do plano de gestão. A SCI segue as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça quanto à segregação das atividades de Controle Interno e Auditoria Interna.

MANUALIZE LEGAL

A elaboração de manuais com o uso de software livre de modelagem de processos e notação BPMN (Business Process Modeling Notation) foi o resultado da tutoria nas secretarias administrativas do TJPA, na Corregedoria, Arquivo Geral e 4ª Vara da Infância e Juventude.

Oficinas em parceria com Escola Superior

da Magistratura (ESM) e Serviço de Treinamento deram noções básicas de modelagem de processos aos servidores da ESM, Coordenadoria de Saúde e Secretaria de Administração.

Também em parceria com a ESM, houve workshop com os seus servidores para disseminar a importância dos manuais de procedimentos administrativos.

A equipe do Projeto *Manualize Legal*, composta por servidores das secretarias de Controle Interno e de Informática, foi selecionada para apresentar a ferramenta ao 12º Congresso de Inovação do Poder Judiciário (Conip Judiciário 2017), evento que debate os limites e possibilidades do uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de inovação e modernização do Poder Judiciário. A equipe demonstrou a metodologia e divulgou o projeto *Manualize Legal* a representantes de todo o Judiciário brasileiro.

AQUISIÇÕES E CONTRATOS

A Secretaria de Controle Interno elabora o Plano Piloto de Aquisições e Contratações no exercício de 2018. O objetivo é orientar as unidades administrativas a relacionar as aquisições e contratações de bens e serviços para o exercício e assegurar que elas estejam alinhadas às necessidades da organização e contribuam para o alcance de suas metas. O plano leva em consideração que a governança de aquisições envolve um conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle.

As unidades administrativas listaram contratações para o período, estimaram valores e prazos de entrega de estudos preliminares, projetos básicos e termos de referências e da contratação. Informaram também ações e programas, conforme consignado no orçamento, e o alinhamento ao planejamento estratégico.

FERRAMENTA ‘MANUALIZE LEGAL’ FOI APRESENTADA COMO BOA PRÁTICA DURANTE O 12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO, EM 2017

AUDITORIAS

A maioria das auditorias monitoradas tiveram as recomendações acatadas e executadas pelas unidades auditadas, uma evidência da contribuição à melhoria dos controles internos dos processos de trabalho da instituição.

TJPA contrata sistema de custos e garante controle administrativo integrado

Objetivo foi adequar as demonstrações contábeis às Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público



Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Pará (Sead) firmou contrato para a aquisição do Sistema de Gestão Administrativa Pública Integrada (GRP), que já está em funcionamento com os módulos de controle patrimonial e frotas. Estão em fase de implantação os módulos de compras, licitação, contratos e convênios.

A Comissão Técnica Permanente de Patrimônio da Sead utilizou pela primeira vez, em 2017, o instituto da depreciação de 113,9 mil bens móveis do ativo patrimonial do TJPA, bem como preparou as bases para a reavaliação dos bens móveis e imóveis da instituição.

ESTÃO EM FASE DE IMPLANTAÇÃO OS MÓDULOS DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DO SISTEMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PÚBLICA INTEGRADA

LEILÃO ELETRÔNICO

O CNJ regulamentou no âmbito do Poder Judiciário os procedimentos à alienação judicial por meio eletrônico, em observância ao art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil (Resolução 236, de 13 de julho de 2016).

Com essa regulamentação, a alienação judicial eletrônica facilitou a participação dos licitantes, reduziu custos e acelerou os processos de execução, atendendo aos princípios da publicidade, da autenticidade e da segurança, a exemplo do que ocorre com a modalidade pregão, na forma eletrônica.

A norma fixa requisitos mínimos para credenciar leiloeiros e corretores públicos e procedimentos para nomeá-los, além de trazer dispositivos sobre as responsabilidades do leiloeiro, sobre o leilão eletrônico e registros eletrônicos de penhora.

Por determinação da Sead, a Comissão de Licitação elaborou estudos e concluiu com a edição da Portaria Nº 5.355/2017-GP, sobre a implantação, operacionalização e sistemática das hastas públicas administrativas virtuais, no âmbito do TJPA.

Com esta ferramenta, o TJPA atende ao interesse público, pois se credencia junto ao mercado consumidor nacional, alienando bens de sua propriedade, declarados inservíveis, ou que perderam sua utilidade em suas atividades administrativas, gerando expectativa de ingresso de receita derivada, em maior dimensão.

Em 2018, o TJPA promoveu o primeiro leilão na forma presencial/eletrônica, simultaneamente, primeiro órgão no Pará a utilizar-se desse instrumento para alienar bens no âmbito administrativo.

Planejamento & Gestão

Serviço Jurisdicional

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Serviço Jurisdicional

CIDADANIA

Casa de Justiça atendeu
3,6 mil pessoas no biênio **66**

ORGANIZAÇÃO

Comissão dá apoio à atividade jurisdicional
e à ampliação da estrutura judiciária **72**

DEBATE PÚBLICO

Comissão pauta direitos humanos
no interior e na capital do estado **74**

AJUDA REMOTA

Projetos organizam as secretarias
e aceleram sentenças em juizados **78**

MIGRAÇÃO PROCESSUAL

Digitalização reduz custos operacionais
e aumenta a produtividade do TJPA **92**

MEDIAÇÃO

Ouvidoria Agrária trabalha para
manter a paz na área rural do Pará **94**

SUPORTE

Central garante apoio e subsídios
à ação dos magistrados no Pará **97**

FISCALIZAÇÃO

Esforços concentrados ajudam
a reduzir superlotação nos presídios **98**

GESTÃO

Vice-Presidência atua em áreas
estratégicas no 1º e 2º Graus **102**

Casa de Justiça atendeu 3,6 mil pessoas no biênio

Objetivo é solucionar conflitos para evitar que se transformem em ações judiciais e estimular a cultura de paz e a conciliação



Casa de Justiça e Cidadania fez 3,6 mil atendimentos ao público no biênio 2017-2019, por meio das várias instituições que integram a iniciativa, pelo projeto Pai Presente, de reconhecimento da paternidade, e nas ações de cidadania promovidas especialmente aos sábados, as “Sabadanias”.

O objetivo é solucionar conflitos para evitar que se transformem em ações judiciais, estimulando a cultura de paz e a conciliação.

Em 2017, as instituições que atendem na Casa de Justiça fizeram em conjunto, 1.784 atendimentos. Em 2018, foram 1.154 atendimentos, perfazendo um total de 2.938 atendimentos. Pelo projeto Pai Presente, de reconhecimento



**CASA DE JUSTIÇA
E CIDADANIA
PROMOVEU
TAMBÉM AÇÕES DE
RECONHECIMENTO
DE PATERNIDADE
DENTRE A
POPULAÇÃO
CARCERÁRIA DO
ESTADO**



**Projeto “Sabadania”
garante oportunidade de
atendimento ao cidadão que
trabalha durante a semana**

RICARDO LIMA

de paternidade, foram feitos 161 atendimentos, em 2017, e 230 em 2018, totalizando, 391 atendimentos. Pelo projeto “Sabadania”, promovido aos sábados para facilitar a vida do cidadão que trabalha nos demais dias da semana, foram 69 atendimentos em 2017 e 267 em 2018, perfazendo um total de 336 atendimentos. Houve mais 18 atendimentos em 2018, feitos durante o projeto “Sexta cidadã”.

CÁRCERE

A Casa de Justiça e Cidadania promoveu também ações de reconhecimento voluntário de paternidade dentre a população carcerária, com incursões às casas penais por todo o ano de 2018, para recolher assinaturas dos internos para os respectivos processos.



O reconhecimento ao nome do pai na certidão de nascimento, como assegura a Constituição, é uma das ações promovidas pela Casa de Justiça e Cidadania

CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Atendimentos em 2017

INSTITUIÇÃO	ATENDIMENTOS
OAB	16
Ministério Público	360
Defensoria Pública	44
FABEL – Núcleo de Prática Jurídica	12
CEJUSC – Pré-Processual	118
CEJUSC – Atendimento Diversos	510
CEJUSC – Casamento Comunitário	52
CEJUSC – Mutirão Conciliação Cyrela	68
CEJUSC Itinerante – Marituba	2
CEJUSC Itinerante – Benevides	3
CJC – Atendimento/Informações	599
Total de Atendimento	1.784

PROJETO PAI PRESENTE

Atendimentos em 2017

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	88
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Carceragem)	41
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Interior)	13
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Outros Estados)	1
Cadastros de DNA	15
Exames de DNA	3
Total de Atendimento	161

FONTE: CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Atendimentos em 2018

INSTITUIÇÃO	ATENDIMENTOS
2º CEJUSC	984
Núcleo de Prática Jurídica – CESUPA	25
Núcleo de Prática Jurídica – FABEL	44
OAB	1
PROCON	105
Total de Atendimento	1.159

FONTE: CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Atendimentos em 2018

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	98
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Carceragem)	59
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Interior)	10
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Outros Estados)	3
Cadastros de DNA	30
Exames de DNA	30
Total de Atendimento	230



RICARDO LIMA

A expedição de carteira de identidade é um dos serviços assegurados nas ações da Casa de Justiça e Cidadania

AÇÃO SABADANIA

Atendimentos em 2017

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Cadastro DNA	5
Exames DNA	3
Divórcio Consensual (Homologados)	3
Divórcio Consensual (Agendados)	3
(Núcleo de Prática Jurídica)	5
Carteira de Identidade (SSP/PA)	50
Total de Atendimento	69

Atendimentos em 2018

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Divórcio Consensual (Homologados)	3
Divórcio Consensual (Agendados)	3
Núcleo de Prática Jurídica (FABEL)	35
Carteira de Identidade (SSP/PA)	141
Cadastros de DNA	25
Exames de DNA	15
Reconhecimento Voluntário de Paternidade	4
Atendimentos/Informações Diversos	31
Orientação Jurídica – Voluntariado	10
Total de Atendimento	267

FONTE: CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

BUJARU

A Casa de Justiça e Cidadania participou também de ações externas relacionadas às áreas de sua competência, entre as quais destacam-se a 15ª Ação Cidadã de Santa Rita de

Cássia, da Paróquia de São Joaquim, em Bujaru, nordeste do Pará, em 20 de maio, onde foram disponibilizados serviços do Projeto Pai Presente, de Reconhecimento Voluntário de Paternidade.

RICARDO LIMA

Exame de DNA gratuito para averiguação de paternidade é um dos serviços prestados pela Casa de Justiça e Cidadania



Acadêmicos de Direito da Faculdade de Belém (Fabel) dão orientações jurídicas a quem procura a Casa de Justiça



RICARDO LIMA

Para divulgar os serviços da Casa de Justiça e Cidadania, houve visitas ao Fórum Juiz Oscar Cunha Melo, contato com a juíza e com o representante do Ministério Público, com a paróquia de São Joaquim; escola de ensino fundamental e médio Dom Mário de Miranda Vilas Boas; Secretaria Municipal de Educação; Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e a creche Municipal Profª Maria Assunção Oliveira Silva.

AÇÃO SOCIAL

A Casa de Justiça e Cidadania participou da Ação Social "VII Aviva São Brás", da Assembleia de Deus, quando disponibilizou serviços do Projeto Pai Presente, de Reconhecimento Voluntário de Paternidade e exame de DNA. Houve reconhecimento voluntário de paternidade e informações sobre o Projeto Pai Presente.

Comissão dá apoio à atividade jurisdicional e à ampliação da estrutura judiciária

Resoluções e projetos aprovados melhoram os serviços oferecidos ao cidadão pelo Judiciário



Central de Atermação e Distribuição dos Juizados Especiais da Capital, na Pedreira, e o Núcleo de Apoio Técnico Jurídico, o NAT-JUS, fundamental para orientar magistrados em processos que envolvem judicialização da saúde, estão ligados por uma origem comum: ambos foram criados por resolução aprovada no âmbito da Comissão de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Como ações de apoio à atividade jurisdicional, a Comissão de Organização Judiciária aprovou também emenda que altera o Regimento Interno quanto à competência das Turmas de Direito Privado; resolução que cria a central de digitalização, emenda regimental que trata da não prevenção pelo não conhecimento de habeas corpus; resolução que cria as APACS – Projeto “Transformar para Recomeçar”, no âmbito do Poder Judiciário do Pará; resolução que trata da sustentação oral por videoconferência nas sessões de julgamento do Tribunal de Justiça; resolução que altera o Plantão Judicial.

**COMISSÃO
OPINA SOBRE
TODOS OS
ASSUNTOS
RELACIONADOS
À ORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA E
AOS SERVIÇOS
AUXILIARES
DA JUSTIÇA DE
1º E 2º GRAUS**

Na ampliação da estrutura judiciária, destacam-se a alteração das competências das Varas Fazendárias das Comarcas da Capital; de Xinguara; das Varas Cíveis da Comarca de



Central de Atermação dos juizados especiais surgiu por meio de projeto de resolução aprovado na Comissão de Organização Judiciária

RICARDO LIMA

Barcarena e das Varas Cíveis da Comarca de Cametá; proposta de resolução que instala a 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes na Capital; resolução que instala a Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal na Comarca de Parauapebas; projeto de lei para criar 22 cargos de juízes auxiliares da Capital.

PROJETOS E EMENDAS

A Comissão de Organização Judiciária promoveu 14 reuniões ordinárias e sete extraordinárias, até 13 de setembro de 2018. Foram aprovados no período 47 projetos e emendas regimentais. Entre as resoluções referentes a magistrados, des-

tacam-se os seguintes temas: autorização para residir fora da Comarca; formação de lista triplíce de advogados para a vaga de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, dentre a classe jurista; vitaliciamento de magistrados; processo de ascensão ao Tribunal de Justiça pelos critérios de antiguidade e merecimento, e remoção pelo critério de antiguidade.

No que se refere aos servidores, há os projetos de Lei de Gratificação de Risco de Vida aos Comissários da Infância e Juventude da Capital e sobre as Revisões Anuais dos Servidores, referentes a 2017 e 2018.

Há também as resoluções sobre gratificações por Regime Especial de Trabalho, movimentação de servidores e que trata do pecúlio judiciário facultativo.

DEBATE PÚBLICO

Comissão pauta direitos humanos no interior e na capital do estado

Mais de 2,5 mil pessoas participaram de jornadas, colóquios e palestras sobre o tema



A missão da Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social do Tribunal de Justiça do Pará é monitorar as ações de grande repercussão social, de crimes que atentem contra os direitos humanos e outros interesses da coletividade. Constituída por meio da Portaria nº 0353/2014GP, de 10 de fevereiro de 2014, a comissão atua alinhada às resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

O biênio 2017-2019 foi marcado por várias ações de apoio à atividade jurisdicional, todas elas voltadas à promoção dos direitos humanos como princípio básico do estado democrático de direito. Cerca de 2,5 mil pessoas participaram desses encontros na capital e no interior, oportunidade para o debate público sobre temas que estão na ordem do dia na sociedade brasileira, especialmente na sua esfera jurídica.

Em 28 de agosto de 2017 houve o Colóquio sobre Políticas Públicas de Direitos Humanos, que reuniu 200 pessoas, no auditório do Fórum Cível de Belém, para ouvir e debater sobre “A Crise no Sistema Carcerário”, “Conflitos Agrários e Morte no Campo” e “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Pará”.



**COMISSÃO
PROMOVE AÇÕES
DE APOIO À
ATIVIDADE
JURISDICCIONAL
PAUTADAS PELA
PROMOÇÃO
DOS DIREITOS
HUMANOS COMO
PRINCÍPIO BÁSICO
DO ESTADO
DEMOCRÁTICO
DE DIREITO**



Entre 31 de agosto e 2 de setembro, mais de 500 pessoas participaram da III Jornada de Direitos Humanos em Altamira, no Fórum da Comarca, onde houve palestras que ressaltaram os Direitos Humanos como ponto central nos estados constitucionais.



Em Santarém, de 21 a 23 de setembro, no Fórum e no auditório do Ministério Público, mais de 200 pessoas participaram da IV Jornada de Direitos Humanos. Durante o evento, houve visitas às secretarias Cíveis e Criminais e conversas com magistrados e servidores sobre a identificação de processos relacionados aos direitos humanos, além de palestras sobre a temática.

DIVULGAÇÃO

A Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos promoveu, na capital e no interior, colóquios para debater temas que estão na ordem do dia da pauta de cidadania no País



CONGRESSO

Em 5 de outubro de 2017, mais de 1,2 mil pessoas participaram, em Belém, do Congresso Intercontinental de Direitos Humanos, cujo tema foi “Sociedade Participativa, Afirmando Direitos”. O evento contou com a participação de palestrantes nacionais e internacionais, que deram testemunhos de experiências funcionais, nas suas respectivas competências e/ou nas decisões que foram levados a prolatar, que ilustram iniciativas e atitudes firmes e construtivas no respeito e proteção aos direitos humanos. Dentre os palestrantes merece destaque o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Doutor Roberto Caldas, que tratou do tema “O Papel Transformador da Corte Interamericana de Direitos Humanos”.

De 19 a 22 de setembro de 2018, a comissão promoveu, no auditório do Ministério Público, a VI Jornada de Direitos Humanos na Comarca de Santarém e o Colóquio dos Direitos Humanos, no dia 21, com a participação de 190 pessoas interessadas em palestras sobre temas polêmicos e esclarecedores, entre os quais ‘Violência no Campo e suas Raízes’; ‘Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Pará’; ‘Constitucionalismo, Governança e Democracia. As formas de revogação de mandato como avalizantes da soberania popular’; ‘Os aspectos Multidisciplinares do Enfrentamento à Violência Doméstica’; ‘A crise migratória no Brasil’ e ‘Construindo um Novo Olhar para a Juventude Negra Paraense’.



RICARDO LIMA

O juiz Elder Lisboa (In memoriam) durante o Congresso Intercontinental de Direitos Humanos, que reuniu mais de 1,2 mil pessoas em Belém

Jornada lança novo olhar sobre a juventude negra do Pará

De 16 a 20 de outubro de 2018, a comissão organizou a VII Jornada de Direitos Humanos na Comarca de Marabá, no Auditório do Ministério Público, onde no dia 18 houve o lançamento do projeto ‘Construindo um Novo Olhar Para a Juventude Negra Paraense. Nessa mesma jornada, realizou-se o Colóquio de Direitos Humanos,

no dia 19, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Subseção de Marabá), com a presença de mais de 200 (duzentas) pessoas interessadas em palestras sobre ‘Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Pará’; ‘Direitos Humanos: Desafios atuais na Sociedade da Ambição e do Ódio’; ‘Indicadores de Trauma na

Violência Sexual de Crianças e Adolescentes’; ‘A violação dos Direitos Humanos na negativa ou suspensão do fornecimento de medicamento aos portadores de doenças raras’; ‘A Importância da Audiência de Desocupação no âmbito da Vara Agrária, como instrumento de redução de Danos e Garantias de Direitos Humanos dos envolvidos’; ‘Trabalho Forçado e Tráfico de Pessoa’ e ‘Construindo um novo olhar para a Juventude Negra Paraense’.

Entre 27 e 30 de novembro e em 1º de dezembro de 2018, a comissão promoveu a VIII Jornada de Direitos Humanos na Comarca de Bragança, com a participação da Universidade Federal do Pará e da comunidade jurídica regio-

nal, com palestras voltadas à violência de gênero, pessoas em situação de rua, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, violência no campo, entre outras.

Entre 6 e 7 de novembro, a presidente da comissão participou também das audiências da XIII Semana Nacional de Conciliação, no Fórum de Marabá, juntamente com a Ouvidora Agrária do TJPA, a Desembargadora Rosi Maria Gomes.

Os eventos promovidos pela Comissão contaram com a presença de magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público, operadores do Direito e áreas afins, prefeituras e Câmaras Municipais, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e a sociedade em geral.

AJUDA REMOTA

Projetos organizam as secretarias e aceleram sentenças em juizados

Mais de três mil atos de secretaria foram realizados e 8,3 mil sentenças prolatadas

Dois iniciativas da Coordenadoria de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará asseguraram auxílio remoto a juízes e servidores de Varas de Juizados Especiais sobrecarregados: os projetos Gabinete Virtual e Secretaria Virtual, o primeiro com um Grupo de Trabalho (GT) a auxiliar juízes na elaboração de sentenças e decisões; e o segundo voltado à produção de atos da secretaria, tais como juntada de petições, certidões, Avisos de Recebimento (AR), intimação de partes.

Em 2017, o projeto Secretaria Virtual esteve em Breves, no Marajó, e em Marabá, no sudeste do Pará, durante dois meses em cada um dos municípios, nos quais produziu 3,1 mil atos de secretaria, 2.876 dos quais em Breves e 312 em Marabá.

O projeto Gabinete Virtual foi aplicado em 28 Varas de Juizados Especiais no biênio 2017-2019, 12 das quais em 2017 e 16 em 2018. Foram prolatadas 8,3 mil sentenças nos seguintes locais: Belém, Icoaraci, Castanhal, Ananindeua, Abaetetuba, Breves, Paragominas, Bragança, Parauapebas e Salinópolis.

PROJETOS GARANTEM AUXÍLIO REMOTO A JUÍZES E SERVIDORES DE VARAS DE JUIZADOS ESPECIAIS SOBRECARGADOS POR PROCESSOS



DIVULGAÇÃO

Servidores da Coordenadoria de Juizados Especiais em Parauapebas, onde o projeto Gabinete Virtual deu auxílio remoto ao Juizado Especial

Esses projetos da Coordenadoria de Juizados Especiais respondem ao desafio do Judiciário de resolução à demanda dos cidadãos por uma prestação jurisdicional mais célere, ante a escassez de recursos e o elevado volume de

processos na maioria das unidades judiciais, onde os magistrados já operam em capacidade máxima de produção. O auxílio remoto pôde ser viabilizado pelo fato de que a maior parte dos processos no âmbito dos Juizados Especiais é eletrônica.

SECRETARIA VIRTUAL

ANO	JUIZADO	1º MÊS	2º MÊS	TOTAL
2017	BREVES	988	1.888	2.876
	MARABÁ	280	32	312

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

ANO	VARA/ JUIZADO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	TOTAL DE SENTENÇAS
2017	8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	210 dias	128
	10ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	180 dias	318
	Vara do Juizado Especial de Icoaraci	60 dias	17
	Vara do Juizado Especial Cível de Castanhal	150 dias	573
	3ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua	150 dias	456
	Juizado Cível e Criminal de Abaetetuba	180 dias	70
	Juizado Especial Cível e Criminal de Breves	150 dias	483
	2ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua	60 dias	100
	12ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	180 dias	85
	11ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	60 dias	72
	Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública	90 dias	0
	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Paragominas	90 dias	52
	TOTAL: 2.354		
ANO	VARA/ JUIZADO DE REALIZAÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	TOTAL DE SENTENÇAS
2018	8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	60 dias	306
	10ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	60 dias	318
	Vara do Juizado Especial de Icoaraci	60 dias	17
	Vara do Juizado Especial Cível de Castanhal	150 dias	573
	3ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua	150 dias	456
	Juizado Cível e Criminal de Abaetetuba	270 dias	204
	Juizado Especial Cível e Criminal de Breves	210 dias	1.530
	2ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua	60 dias	100
	12ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	420 dias	391
	11ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém	240 dias	230
	Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública	270 dias	3.769
	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Paragominas	90 dias	52
	Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba	150 dias	267
	Juizado Especial Cível e Criminal de Bragança	60 dias	19
	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Parauapebas	90 dias	48
	Juizado Especial Cível e Criminal de Salinópolis	30 dias	25
TOTAL: 8.305			

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Ações da justiça itinerante foram intensificadas

A Coordenadoria dos Juizados Especiais intensificou os projetos de justiça itinerante no biênio 2017-2019, envolvendo o interior e a capital do Estado, com destaque às seguintes iniciativas:

Projeto “Esporte com Justiça” assegurou pacificação social nos jogos de futebol no estádio Edgard Proença, o Mangueirão



RICARDO LIMA

Esporte com Justiça

Presente em 59 partidas no Estádio Edgard Proença, o “Mangueirão”, o projeto assegurou o cumprimento do Estatuto do Torcedor – Lei nº 10.671/2003 -, além de prevenir e pacificar infrações de menor potencial ofensivo. A presença do Poder Judiciário durante os jogos, aliada à atuação dos agentes de segurança pública, inibe a prática de infrações penais. Prova disso é a redução cada vez maior do número de ocorrências, 28 durante o biênio, dez das quais em 2017 e 18 em 2018.

ESPORTE COM JUSTIÇA

ANO	FREQUÊNCIA DO JUIZADO NOS JOGOS	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2017	36 JOGOS (até 08.09.2017)	10
2018	23 JOGOS (até 29.09.2018)	18

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS



Ribeirinho Cidadão leva justiça a 69 comunidades do sudeste do Pará

Um total de 69 comunidades atendidas, mais de mil audiências e um número equivalente em sentenças proferidas. Esse foi o resultado do projeto Ribeirinho Cidadão, executado entre 12 de novembro e 8 de dezembro em três municípios da região sudeste do Estado – Nova Ipixuna, Bom Jesus do Tocantins e Marabá -, pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá. Foram prestados serviços de cidadania e celebrados mais de mil casamentos nos três municípios. A estimativa é de que tenham sido feitos cerca de 10 mil atendimentos. O projeto é feito em parceria com instituições do Sistema de Justiça, prefeituras municipais e apoio voluntário.

CAMETÁ E GURUPÁ

Realizado em agosto e setembro de 2018, respectivamente nas Comarcas de Cametá, na região do Baixo Tocantins, e de Gurupá, no Marajó, o projeto fez um total de 2,7 mil atendimentos, com prestação de serviços judiciais, ações de cidadania e palestras pedagógicas. As comunidades envolvidas foram as do distrito de Carapajó, em Cametá, e as comunidades de Baquiá e Itatupã, distantes 12 horas de barco do centro de Gurupá.

DIVULGAÇÃO

ITINERÂNCIA RIBEIRINHO

ANO	MÊS	DATA	COMARCA	PROCESSOS
2018	AGOSTO	08	CAMETÁ	ATENDIMENTO JUDICIAL: 318 PALESTRAS: 100 SAÚDE: 400 EXPEÇÃO MARINHA: 100 EMIÇÃO RG: 100 TOTAL: 1.018
2018	SETEMBRO	21 e 22	GURUPÁ	ATENDIMENTO JUDICIAL: 609 PALESTRAS:1084 TOTAL: 1.693

O Ribeirinho Cidadão foi ao Carapajó, em Cametá, onde garantiu serviços judiciais, orientações jurídicas, atendimento à saúde e atividades de lazer

ATENDIMENTOS DO RIBEIRINHO CIDADÃO

MUNICÍPIOS	LOCAIS ATENDIDOS	PROCESSOS	AUDIÊNCIAS	SENTENÇAS	CASAMENTOS
Nova Ipixuna	18	157	145	135	
Bom Jesus do Tocantins	21	172	172	160	111
Marabá	30	815	815	755	830
Total	69	1.144	1.144	1.066	1.076

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

FONTE: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE MARABÁ

Projeto Rios de Cidadania, com a Marinha e a Caixa

Mais de 5,2 mil processos obtiveram sentenças, decisões e despachos durante o projeto “Rios de Cidadania”, parceria com a Marinha do Brasil e a Caixa para assegurar acesso à justiça e atendimento médico e odontológico, de forma integrada, a populações ribeirinhas, no Marajó, em áreas cujo acesso só é feito por meio de

barcos. Entre março e agosto de 2017, foram 3,5 mil atendimentos; entre março e maio de 2018, houve 2.078 atendimentos. Os municípios atendidos foram Portel, Melgaço, Bagre, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Soure, Breves, Afuá e Ponta de Pedras.

PROJETO RIOS DE CIDADANIA

ANO	MÊS	EMBARCAÇÃO	PERÍODO	COMARCA	PROCESSOS
2017	MARÇO	NAVIO DA CAIXA	6 A 15	PORTEL MELGAÇO BAGRE	SENTENÇAS: 50 DECISÕES: 22 DESPACHOS: 147 TOTAL: 219
	ABRIL	NAVIO DA CAIXA	19 A 28	CURRALINHO SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA MUANÁ	SENTENÇAS: 90 DECISÕES: 42 DESPACHOS: 200 TOTAL: 332
	MAIO/ JUNHO	NAVIO DA MARINHA	22/5 A 3/6	Soure MUANÁ CURRALINHO BREVES PORTEL AFUÁ	SENTENÇAS: 633 DECISÕES: 05 DESPACHOS: 456 TOTAL: 1.094
	JUNHO	NAVIO DA CEF	19 A 29/6	PORTEL MELGAÇO BAGRE CURRALINHO	SENTENÇAS: 59 DECISÕES: 68 DESPACHOS: 298 AUDIÊNCIAS: 08 ATENDIMENTOS: 13 TOTAL: 446
	AGOSTO	NAVIO DA CEF	8 A 18/8	CURRALINHO SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA MUANÁ	SENTENÇAS: 73 DECISÕES: 55 DESPACHOS: 288 TOTAL: 416



ANO	MÊS	EMBARCAÇÃO	PERÍODO	COMARCA	PROCESSOS
	NOVEMBRO	NAVIO DA CEF	22/11 A 1/12	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA MUANÁ PONTA DE PEDRAS	SENTENÇAS: 156 DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS: 25 DESPACHOS: 442 TOTAL: 623
2018	MARÇO	NAVIO DA CAIXA	5 A 14	PORTEL MELGAÇO BAGRE	SENTENÇAS: 73 DECISÕES: 31 DESPACHOS: 469 TOTAL: 573
	ABRIL	NAVIO DA MARINHA	8 A 18	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA PORTEL MELGAÇO BREVES	SENTENÇAS: 525 ORIENTAÇÕES JURÍDICAS: 717 TOTAL: 1.242
	MAIO	NAVIO DA CAIXA	6 A 15	MUANÁ, PONTA DE PEDRAS Soure	SENTENÇAS: 43 DECISÕES: 26 DESPACHOS: 191 ACORDO HOMOLOGADO: 3 TOTAL: 263

Projeto Verão com
Justiça e Cidadania

Um total de 201 audiências foram realizadas em 2017 pelo projeto em Outeiro, Mosqueiro, Bragança e Salinópolis, com conciliações, transações penais, orientações

jurídicas, arquivamentos, diligências e acordos penais. A iniciativa prevê também a expedição de documentos, em conjunto com o governo do Estado.

PROJETO VERÃO COM JUSTIÇA

ANO	LOCALIDADE	PERÍODO	JURÍDICOS
2017			
	OUTEIRO	01 e 02/07	AUDIÊNCIAS: 17 Audiências foram finalizadas com conciliações e transações penais. 11 Acordos homologado
	MOSQUEIRO	08 e 09/07	AUDIÊNCIAS: 21 Audiências foram finalizadas. 11 orientações Jurídicas
	BRAGANÇA	15 e 16/07	AUDIÊNCIAS: 55 Audiências foram finalizadas com conciliações e transações penais. Sendo: Arquivamento: 10 Diligencias: 29 Transações penais: 16 Orientação jurídica: 15
	SALINAS	29 e 30/07	AUDIÊNCIAS: 17 Audiências foram finalizadas com conciliações e transações penais. 11 Acordos homologado
2018			
	OUTEIRO	07 e 08/07	AUDIÊNCIAS: 11 11 Audiências foram finalizadas com conciliações e transações penais.
	SALINÓPOLIS	14 e 15/07	AUDIÊNCIAS: 62 Audiências foram finalizadas com conciliações e transações penais.
	BRAGANÇA	21 e 22/07	AUDIÊNCIAS: 18 realizadas 4 ACORDOS PENAI

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS



DIVULGAÇÃO

Em Bragança, na Praia de Ajuruteua, o Verão com Justiça promoveu audiências na unidade móvel do projeto

RICARDO LIMA

Juíza Giovana Oliveira promove audiência pré-agendada na unidade móvel do Verão com Justiça, em Outeiro



ÍNDICE

Justiça Itinerante em parceria com o Nupemec e Cejusc

Um total de 203 audiências, 130 atendimentos pré-processuais, 112 acordos homologados e 20 processos extintos. Esse foi o saldo da ação realizada em parceria entre a Coordenadoria dos Juizados Especiais, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). A ação foi realizada nos municípios de Marituba e Benevides, na Região Metropolitana de Belém, e em Castanhal, nordeste do Estado, no período entre abril e maio de 2017. Houve audiências de conciliação com apoio do Nupemec e Cejuscs para dar celeridade aos processos em andamento ou garantir acordo pré-processual.

JUSTIÇA ITINERANTE



ÉRIKA NUNES

Benevides foi um dos municípios atendidos pela ação itinerante dos Cejuscs, feita em parceria entre a Coordenadoria de Juizados Especiais e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec)

LOCALIDADE	PERÍODO	JURÍDICOS	CIDADANIA
MARITUBA	08.04.2017	AUDIÊNCIAS: 51 44 ACORDOS HOMOLOGADOS	CIDADANIA: 489 Emissão de carteira de identidade e certidão de nascimento, emissão título eleitor, verificação de pressão arterial.
BENEVIDES	06.05.2017	ATENDIM. PRÉ PROCESSUAIS: 69 AUDIÊNCIAS: 76 ACORDOS HOMOLOGADOS: 20 PROC. EXTINTOS: 20	CIDADANIA: 177 Emissão título de eleitor
CASTANHAL	27.05.2017	ATENDIM. PRÉ PROCESSUAIS: 61 AUDIÊNCIAS: 76 ACORDOS HOMOLOGADOS: 48	Realizado por outros órgãos participantes da Ação Global SESI.

Jornadas de Conciliação, Instrução e Julgamento

Um total de 2,9 mil audiências realizadas, mais de dois mil processos finalizados, 566 conclusos para sentença, 762 conclusos para secretaria, mil acordos homologados e 725 sentenças proferidas. Esse é o resultado das 12 jornadas de conciliação,

instrução e julgamento promovidas no biênio 2017-2019, com o objetivo de reduzir prazos das pautas em algumas Varas dos Juizados Especiais da Capital e atender aos princípios constitucionais da celeridade processual e eficiência no serviço público.



Jornadas de Conciliação e Julgamento reduziram prazos das pautas de juizados especiais da capital

	PERÍODO	JUIZADOS PARTICIPANTES	RESULTADO
I JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	24/04/2017 A 27/04/2017	1ª IDOSO 2ª IDOSO 3ª JEC 10ª JEC	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 271 ACORDOS HOMOLOGADOS: 96 SENTENÇAS: 27 CONCLUSOS: 62 SECRETARIA: 86 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 185
II JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	08 /05/2017 A 11/05/2017	JEC ICOARACI	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 213 ACORDOS HOMOLOGADOS: 64 SENTENÇAS: 62 CONCLUSOS: 66 SECRETARIA: 21 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 192
III JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	19/06/2017 A 21/06/2017	2º JEC 6º JEC 10º JEC	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 294 SENTENÇAS e HOMOLOGAÇÕES: 62 CONCLUSOS: 71 SECRETARIA: 90 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 204
IV JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	21/08/2017 A 24/08/2017	1ª IDOSO 2ª IDOSO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 243 ACORDOS HOMOLOGADOS: 119 SENTENÇAS: 46 CONCLUSOS: 49 SECRETARIA: 29 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 214
V JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	11/09/2017 A 14/09/2017	JEC ICOARACI	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 222 ACORDOS HOMOLOGADOS: 58 SENTENÇAS: 50 CONCLUSOS: 72 SECRETARIA: 42 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 180
VI JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	30/11/2017 A 01/12/2017	JEC SALINÓPOLIS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 51 ACORDOS HOMOLOGADOS E SENTENÇAS: 42 CONCLUSOS: 00 SECRETARIA: 09 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 42

	PERÍODO	JUIZADOS PARTICIPANTES	RESULTADO
VII JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	19/03/2018 A 22/03/2018	JEC 11ª E 12ª VARAS DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 238 ACORDOS HOMOLOGADOS: 84 SENTENÇAS: 29 CONCLUSOS: 80 SECRETARIA: 45 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 193
VIII JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	21/05/2018 A 24/05/2018	JEC DE ICOARACI	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 244 ACORDOS HOMOLOGADOS: 91 SENTENÇAS: 62 CONCLUSOS: 59 SECRETARIA: 32 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 212
IX JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	22/10/2018 A 25/10/2018	JEC DE ICOARACI	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 241 ACORDOS HOMOLOGADOS: 107 SENTENÇAS: 58 CONCLUSOS: 40 SECRETARIA: 36 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 165
X JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	16/10/2018 A 19/10/2018	JEC DE ABAETETUBA	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 720 ACORDOS HOMOLOGADOS: 157 SENTENÇAS: 205 CONCLUSOS: 49 SECRETARIA: 309 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 362
XI JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	01/11/2018	12º JEC BELÉM	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 100 SENTENÇAS: 11 CONCLUSOS: 00 SECRETARIA: 40 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 60
XII JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	27/11/2018 A 29/11/2018	JEC SALINÓPOLIS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS: 112 SENTENÇAS e ACORDOS HOMOLOGADOS: 71 CONCLUSOS: 18 SECRETARIA: 23 TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS: 89

FONTE: COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS

Digitalização reduz custos operacionais e aumenta a produtividade do TJPA

Economia foi de mais de R\$ 400 mil para 4,8 mil processos digitalizados em quatro meses



Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Pará atuou, durante o biênio 2017-2019, no aprimoramento da Central de Digitalização do 2º Grau e na institucionalização da Central de Digitalização de 1º Grau. Ambas têm a função de escanear e indexar processos físicos no âmbito de suas respectivas competências.

No 2º Grau, a equipe formada por servidores e 12 reeducandos do projeto “Começar de Novo” escaneou os processos físicos em que foram aviados recursos a serem apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, inseriu arquivos digitais nos sistemas de dados dos respectivos tribunais superiores, num total de 7,9 mil processos oriundos do TJPA e 2,6 milhões de folhas, entre 1º de fevereiro de 2017 e 31 de outubro de 2018.

1º GRAU

No 1º Grau, a equipe de seis servidores e 16 reeducandos do projeto Começar de Novo, escaneou e indexou arquivos digitais de processos a serem migrados ao Sistema de Processo Judicial

Eletrônico (Pje). Isso contribuiu, sensivelmente, para reduzir custos operacionais e aumentar a produtividade do TJPA.

De 11 de junho a 29 de outubro de 2018, a central digitalizou 4,8 mil processos, o equivalente a 1,5 milhão de folhas processuais escaneadas.

**CENTRAIS DE
DIGITALIZAÇÃO
ESCANEIAM
E INDEXAM
PROCESSOS
FÍSICOS NO
ÂMBITO DE SUAS
RESPECTIVAS
COMPETÊNCIAS**



Central de Digitalização
garante oportunidade de
trabalho a 28 reeducandos
do projeto Começar de Novo

RICARDO LIMA

Tomando-se o custo de mercado de vinte e nove centavos por folha, a economia de recursos públicos é de R\$ 460,2 mil. Mais relevante, porém, é o fato de que foi de 0% (zero por cento) a taxa de reincidência criminal entre os bolsistas vinculados ao “Começar de Novo”.

A atuação da Central de Digitalização do 1º Grau insere-se na iniciativa “Digitaliza”, que se encontra na barra de acesso rápido, nos portais interno e externo.

Trata-se de um repositório oficial sobre a legislação e os normativos – do CNJ e do TJPA – sobre a digitalização e a conversão de processos físicos para meio eletrônico.

Todas as fases dessas operações são tratadas, pormenorizadamente, no “Guia Prático de Digitalização” e no “Guia Prático de Indexação, Migração e Remessa”, desenvolvidos a partir da colaboração das Centrais de Digitalização e de Distribuição do 1º e do 2º graus.

A migração processual é objeto também de tutoriais em vídeo, fluxogramas, listas de checagem (“checklists”), padronização de tramitações

e certidões cartorárias, o que ensejou significativo ganho qualitativo e quantitativo.

A Portaria Conjunta n.º 1/2018-GP/VP/CJRM/CJCI institucionalizou o Banco de Dados de Atos Normativos do Tribunal Pleno, Presidência, Vice-Presidência e Corregedorias de Justiça do TJPA. O objetivo foi padronizar a inserção, consolidação e consulta de Resoluções, Portarias, Provimentos e demais atos normativos deste Tribunal.

A operacionalização se deu por meio de sistema de banco de dados que cataloga e disponibiliza para consulta atos normativos emitidos pelo TJPA a partir do ano de 2005, nos formatos PDF e HTML, quando disponível.

O banco de dados conta com 1,4 mil atos normativos cadastrados, dos quais 883 com a versão do texto para consulta em HTML. No período de 2015 a 2018, todos os atos contam com as duas versões (PDF e HTML).

O objetivo é alcançar maior confiabilidade e atualização das informações disponibilizadas, diminuindo sensivelmente o tempo de busca nos portais externo e interno.

Ouvidoria Agrária trabalha para manter a paz na área rural do Pará

Um dos eixos de atuação é o monitoramento de processos de grilagem de terras



Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará atua para prevenir e mediar conflitos no campo e coordenar o combate à grilagem de terras públicas no Estado.

Sua área de atuação são os conflitos em diferentes contextos sociais, no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, por ausência ou má gestão de políticas públicas.

Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, ocupações e acampamentos estão no âmbito da competência da Ouvidoria, assim como prevenir e resolver conflitos agrários envolvendo proprietários ou pretensos proprietários e trabalhadores rurais.

A prova da função social da propriedade é necessária ao cumprimento dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, entre os quais a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho.

A Ouvidoria Agrária do TJPA tem duas comissões: Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG) e de Mediação de Conflitos

Fundiários (CMCF).

A CPMEAQLG analisa e medeia soluções alternativas em conflitos e combate fraudes e grilagens de terras públicas, sob a supervisão do

**COMISSÃO
ACOMPANHA
PROCESSOS
DE GRILAGENS,
ESTUDA A
QUESTÃO
FUNDIÁRIA,
PROPÕE
ORDENAMENTO
DO CAMPO
E COMBATE
FRAUDES
DE POSSE
E PROPRIEDADE
RURAIS.**



Ouvidora agrária do Tribunal de Justiça do Pará, a Desa. Rosi Maria Gomes de Farias conduz reunião da comissão de combate à grilagem

RICARDO LIMA

Ministério Público Federal (MPF), Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública (DP) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

GRILAGEM

A comissão acompanha os processos de grilagens de terras, promove estudos sobre a questão fundiária, propõe medidas aos poderes constituídos para o ordenamento fundiário e o combate às fraudes de posse e propriedade de grandes áreas rurais.

A CPMEAQLG é constituída por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, entre os quais Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Defen-

soria Pública do Estado (DPE), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Advocacia Geral da União (AGU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As reuniões ordinárias são conduzidas pela Ouvidora Agrária, Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias. A CPMEAQLG foi instituída pela Portaria nº 271, de 31 de janeiro de 2007, com reconhecimento em âmbito nacional pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ (Ofício-Circular nº 20/ SG/2015), que a recomendou aos Tribunais como boa prática.

Comissão é uma resposta ao avanço da violência no campo

Preocupados com a expansão da violência no campo, os integrantes da CPMEAQLG decidiram retomar a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF), com novos membros nomeados pelo governador Simão Jatene.

Para combater a violência, a Comissão vai in loco ouvir as partes e mediar acordo em prol da paz no campo, com o apoio irrestrito do presidente do

Tribunal de Justiça do Pará, Des. Ricardo Ferreira Nunes.

O Tribunal de Justiça conta com a colaboração de todos os atores envolvidos na questão fundiária, tendo como instrumento principal o diálogo aberto e democrático, permitindo que todos se manifestem para chegar a uma solução ao conflito.



Desembargadoras Rosi Maria Gomes e Maria de Nazaré Saavedra, respectivamente Ouvidora Agrária e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do TJPA, acompanham audiências de conciliação envolvendo conflitos fundiários em Marabá

DIVULGAÇÃO

SUPORTE

Central garante apoio e subsídios à ação dos magistrados no Pará

Trabalho inclui o gerenciamento dos sistemas eletrônicos de terceiros e a elaboração de lotacionogramas



Central de Comunicação Interna e Apoio aos Magistrados (CCIAM) garante apoio técnico-jurídico e operacional-administrativo aos magistrados e subsídios para auxiliá-los nas suas funções. A Central gerencia os sistemas de terceiros, entre os quais BACENJUD, INFOJUD, INFOSEG, e RENAJUD, e atende aos pedidos de ativação, reativação, exclusão de usuários, inclusão de unidades judiciárias (Varas) e geração de senhas com os respectivos perfis de

acesso desses sistemas.

Também cabe à CCIAM a elaboração do lotacionograma, semanalmente, e a manutenção e atualização da Área dos Magistrados no Portal do Tribunal de Justiça do Pará. Nessa área, há a apresentação dos serviços prestados pela Central, além de boletins com informações sobre as decisões administrativas e judiciais da Presidência, do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura, pesquisas relevantes, o Banco de Boas Práticas e, ainda, o Banco de Sentenças.

PESQUISAS E CONSULTAS JURÍDICAS, ADMINISTRATIVAS E JURIDICO-ADMINISTRATIVAS REALIZADAS PELA CCIAM

PESQUISAS E CONSULTAS	TELEFONE		EMAIL	
	2017	2018 (2)	2017	2018 (2)
JURÍDICAS	113	105	144	120
ADMINISTRATIVAS	51	100	100	110
JURIDICO-ADMINISTRATIVAS	115	108	139	115
DIVERSOS(1)	115	140	100	125

FONTE: CENTRAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA E APOIO A MAGISTRATURA – CCIAM

NOTA:
(1) INFORMAÇÕES DE OFÍCIOS CÍCULARES, ABERTURAS DE CHAMADOS TÉCNICOS PARA MAGISTRADOS, ENCAMINHAMENTO DE LISTA DE ANTIGUIDADE ETC, LOTACIONOGRAMA E ETC;
(2) DADOS COLETADOS ATÉ 28.09.2018.

Esforços concentrados ajudam a reduzir superlotação nos presídios

GMF cumpre determinação do CNJ de acelerar a tramitação de processos de presos provisórios



Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Pará (GMF) planeja e coordena ações e programas voltados ao sistema carcerário e às medidas socioeducativas, conforme o Plano de Gestão 2017-2019. O objetivo é cumprir as metas de produtividade e celeridade (1 e 2) do CNJ.

O GMF controla e acelera a tramitação de processos criminais com presos provisórios, para regularizar a situação deles perante a lei e evitar o agravamento da superlotação dos presídios.

1º ESFORÇO

O 1º Esforço Concentrado do biênio envolveu processos de presos provisórios há mais de 180 dias da capital e do interior. Entre 20 de fevereiro e 17 de março de 2017, foram designadas audiências e expedidos atos de comunicação para análise de 4.010 processos, dos quais em 3,1 mil houve reavaliações. Foram designadas 1.479 audiências, 3,4 mil prisões mantidas e 912 revogadas.



GMF CONTROLA E ACELERA A TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE PRESOS PROVISÓRIOS PARA REGULARIZÁ-LOS PERANTE A LEI E EVITAR AGRAVAMENTO DA SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA



A 2ª Fase da ação foi a instrução e julgamento dos processos. Entre 20 de março e 28 de abril de 2017, houve 337 audiências e 390 processos foram sentenciados. Foram reavaliados 724 processos e não houve possibilidade



RICARDO LIMA

Servidores de comarcas do Estado participam de treinamento, em Belém, para alimentar o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões (BNMP 2.0), cadastro que concentra a situação de todas as pessoas presas no País

de julgamento em 18,05% dos 4.010 processos pendentes de análise.

MULHERES

O GMF inovou ao coordenar esforço concentrado em processos de mulheres presas provisórias há mais de 180 dias na capital e no interior. Entre 19 e 23 de junho de 2017, Varas e Comarcas com competência criminal revisaram 225 processos, designaram 94 audiências, mantiveram 192 prisões e revogaram 25. Houve 28 sentenciamentos - dois absolutórios e 26 condenatórios.

2º GRAU

O esforço concentrado de réus presos com recursos pendentes de julgamento no 2º Grau, recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), teve duas fases, no período entre 1º de julho a 30 de agosto de 2017, no âmbito do projeto "Choque de Justiça".

Na primeira fase foi avaliada a quantidade de recursos pendentes de julgamento e na segunda fase se levantou dados dos julgamentos desses recursos, como datas e registro de novos recursos recebidos no período.

2º ESFORÇO

Um 2º esforço concentrado, entre 16 e 30 de outubro de 2017, analisou 4,2 mil processos pendentes, dentre os quais 3,2 mil foram reavaliados; foram designadas 1,1 mil audiências, mantidas 2,9 mil prisões e revogadas 628.

Na 2ª fase, entre 20 de novembro e 5 de dezembro de 2017, houve 504 audiências e 392 processos sentenciados. Não houve julgamento em 819 processos reavaliados, o equivalente a 19,19% do total de 4,2 mil processos pendentes de análise.

EM 2018

Os esforços concentrados obtiveram os seguintes resultados nas unidades judiciárias e instância recursal:

> No 1º Grau do TJPA foram analisados 742 processos com presos provisórios, dentre os quais 452 prisões foram mantidas, 96 revogadas e condenados 77 presos;

> No 2º Grau do TJPA foram julgados 662 processos de réus presos;

> Foram concedidos 110 indultos e 17 negados; houve 5 comutações de pena e 13 pedidos negados;

Foram executadas, também, as seguintes atividades:

> Análise dos dados enviados por juízes e servidores da Varas e Comarcas com feitos criminais;

> Acompanhamento de processos sobre maus tratos e tortura de custodiados no Sistema Carcerário e diligência para medidas que reparem e minimizem esses agravantes;

> Ofícios à Susipe, à Segup/PA e ao juiz corregedor dos presídios da Região Metropolitana de Belém (RMB) para as devidas providências, frente às irregularidades recebidas;

> Verificação junto à Susipe dos dados atualizados

do sistema prisional, com as informações prestadas pelas Varas Criminais;

> Cadastro mensal das informações e dados de controle sobre o quantitativo de presas grávidas e lactantes no Pará, conforme determinação do CNJ;

> Reuniões e apoio à Juíza Auxiliar da presidência do CNJ, em visitas carcerárias ao Centro de Recuperação Feminino (CRF) de Ananindeua e à Unidade Materno Infantil (UMI), sobre a situação das presas grávidas e lactantes no Pará;

> Pedido de informações à Susipe sobre questões de saúde nas Casas Penais do Estado, do quadro funcional, das alas de enfermarias e de informações médicas e hospitalares sobre a Unidade Materno Infantil (UMI);

> Pedido de informações a juízes da esfera criminal sobre presas grávidas e lactantes em delegacias, em dezembro de 2017 e em janeiro de 2018;

> Requisição à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) de dados atualizados de adolescentes nas unidades do Sistema Socioeducativo, para análise e fiscalização dessas informações;

> Análise de performance e elaboração de gráficos, com base nos dados fornecidos diariamente pela Fasepa, propiciando um exame da real situação da política estadual de atendimento socioeducativo a adolescentes e jovens em conflito com a lei;

> Participação direta e efetiva na implementação do Sistema Banco Nacional de Monitoramento do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP 2.0), conforme determinação da presidência do CNJ, atuando em reuniões com os diretores de Secretaria da área criminal e com a Presidência do TJPA para acelerar as atividades do BNMP 2.0 e as medidas para sua execução;

> Requisição e análise constante de dados dos presos provisórios de todo o Pará, fornecidos pela Susipe;

> Verificação e análise comparativa dos dados informados pela Susipe e pelo sistema LIBRA sobre presos provisórios e o número de processos com presos provisórios;

> Acompanhamento e catalogação dos relatórios das inspeções carcerárias nas unidades prisionais da Região Metropolitana e do Interior do Pará;

> Atendimento e orientação a Varas e Comarcas criminais, pertinentes à matéria do GMF;

> Apoio a órgãos externos e setores do TJPA, quanto a consultas, orientações e informações;

> Solicitação de informações à Diretoria de Execução Criminal da Susipe sobre o número oficial de evasão da saída temporária do Natal de 2017 em todo o Pará;

> Oficiou-se aos magistrados com competência em execução penal no TJPA, solicitando informações sobre indultos e/ou comutações de pena.



ÉRIKA NUNES

Juíza auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça, Andre-mara dos Santos visita o Centro de Recuperação Feminino, em Ananindeua

Vice-Presidência atua em áreas estratégicas no 1º e 2º Graus

Processo Judicial Eletrônico e Central de Digitalização são alguns dos setores sob sua competência



RICARDO LIMA

O Vice-Presidente do TJPA, Des. Leonardo Tavares, com o Des. Luiz Neto, apresenta a UPJ do 2º grau a integrantes do TJ da Bahia



Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) atua em parceria com a Presidência, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Plano de Gestão do biênio 2017-2019, na execução do Sistema Processo Judiciário Eletrônico (PJe) nas unidades judiciárias de competências cível e criminal; no aprimoramento da padronização das secretarias judiciais; no mapeamento e na redefinição de competências; na implementação da Central de Digitalização de Processos do 1º e 2º Graus; no aperfeiçoamento

da área de buscas das normas internas nos portais externo e interno; no aperfeiçoamento dos trabalhos para melhorar estatísticas do “Justiça em Números”.

A Vice-Presidência administra a distribuição de processos no âmbito do TJPA e fez esforço concentrado, em 2017, para ampliar e adequar o ambiente de trabalho e incrementar as ações na Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e de Direito Privado (UPJ), criada e implantada no final de 2016. Em 2018, o empenho foi para melhorar o funcionamento e

desempenho da UPJ do 1º Grau.

Após a criação da UPJ de Direito Público e de Direito Privado e a redefinição de competências dos órgãos de julgamento do TJPA, a Vice-Presidência atuou intensamente junto à Central de Distribuição e Setor de Autuação Processual do 2º Grau, para deixar a distribuição e autuação de processos em dia.

“
EM 2018, A VICE-PRESIDÊNCIA TRABALHOU PARA MELHORAR O FUNCIONAMENTO E DESEMPENHO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO 1º GRAU
”

PJe

A Vice-Presidência supervisiona a distribuição do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do TJPA e auxilia os Juízes de 1º Grau na digitalização e migração de processos. Também esclarece dúvidas e ajusta condutas e procedimentos na transição entre o sistema processual físico e o sistema processual eletrônico, com a implantação da Central de Digitalização de Processos do 1º e 2º Graus, atuando junto ao Grupo Gestor do Sistema PJe, à Secretaria de Informática, à Ordem dos Advogados do Brasil, a Procuradorias, a Defensoria Pública, a gabinetes e secretarias.

A Vice-Presidência coordena também a atualização do manual de rotinas das Secretarias do 2º Grau, a fim de adequá-lo ao Regimento Interno em vigor e ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), que está totalmente implantado nas unidades judiciárias cíveis e parcialmente implantado nas unidades judiciárias criminais no âmbito do 2º Grau.

A Vice-Presidência atua junto à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos para adequar o Regimento Interno às orientações do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, entendimentos firmados pelo TJPA e à legislação processual em vigor, assim como nas redefinições de competências no âmbito do 1º e 2º Graus.



O Vice-Presidente do TJPA, Des. Leonardo de Noronha Tavares; o Presidente da Comissão do PJe e equipe, na cerimônia que institucionalizou a Central de Digitalização do 1º Grau

NÚMEROS

Por meio de sua assessoria jurídica, a Vice-Presidência trabalha no aperfeiçoamento da área de buscas das normas internas do TJPA em seus portais externo e interno, pesquisando e

divulgando os atos normativos em vigor.

Atua também em grupo de trabalho intersetorial para melhorar as práticas judiciais e elevar o posicionamento do TJPA no “Justiça em Números”

Boas Práticas

REFLORESTAMENTO

Combate ao desmatamento
no Pará ganha o Prêmio Innovare **108**

PROJETOS

Ceij promove diálogo, convivência
e proteção contra o trabalho infantil **118**

MULHERES

Escolas, comércio e construção civil
apoiam combate à violência doméstica **120**

CELERIDADE

Selos garantem prioridade
a ações de direitos humanos **122**

CONGESTIONAMENTO

Padronização de procedimentos
ajuda Varas a superar morosidade **124**

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Projeto transforma escolas
em refúgios contra violência **126**

CONFLITOS

TJPA institui Programa
de Justiça restaurativa **128**

ENSINO

Escola da Magistratura elabora
seu projeto político pedagógico **130**

FISCALIZE LEGAL

Encontro marcado com a fiscalização
dos contratos administrativos no TJPA **132**

Planejamento & Gestão

Serviço Jurisdicional

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

RELATÓRIO DE

Gestão
BIÊNIO 2017-2019

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Combate ao desmatamento no Pará ganha o Prêmio Innovare

Sentenças possibilitam a recuperação das matas ciliares e criação de viveiros para espécies ameaçadas na região sudeste do Pará

Uma iniciativa da Comarca de Marabá para a recuperação da floresta amazônica venceu o Prêmio Innovare 2018 na categoria juiz. Trata-se da maior premiação jurídica do país. Desde 2017, o juiz titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, Márcio Bittencourt, determina que os sentenciados por exploração ilegal de madeira reflorestem as áreas desmatadas. A Vara tem competência para julgar processos relacionados ao meio ambiente e já expediu 30 decisões judiciais relacionadas ao tema. As sentenças também possibilitam a recuperação de matas ciliares e a criação de viveiros para espécies ameaçadas de extinção na Amazônia. Em 2018, a categoria Juiz do Prêmio Innovare recebeu 71 inscrições. O juiz Márcio Bittencourt recebeu a premiação do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, durante cerimônia na sede do STF.

**VARA TEM
COMPETÊNCIA
PARA JULGAR
PROCESSOS
RELACIONADOS
AO MEIO AMBIENTE
E JÁ EXPEDIU
30 DECISÕES
JUDICIAIS
RELACIONADAS
AO TEMA**



O juiz Márcio Bittencourt recebe a premiação do Innovare 2018 das mãos do ministro do STF, Luiz Fux; ao fundo, o jornalista Heraldo Pereira, da Rede Globo



Juiz David de Paiva Albano é autor do projeto “Acelerando a Meta 2 do CNJ”

RICARDO LIMA

CNJ reconhece esforço para cumprir a Meta 2

O julgamento de mais de mil casos antigos em tempo recorde, na Comarca de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, foi destaque no cumprimento da Meta 2 do CNJ e na 1ª edição do prêmio de Boas Práticas do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje).

O juiz David de Paiva Albano é o autor do projeto “Acelerando o Cumprimento da Meta 2 do CNJ”, que cria um procedimento para incrementar os julgamentos de processos pendentes. Após triagem, o magistrado marca as audiências em até 60 dias. Quanto mais antiga

a causa, antes é a audiência. A metodologia envolve análise de dados estatísticos e da situação processual do feito, bem como a divisão temporal de execução de tarefas, levando em consideração o volume processual da unidade e a equipe disponível. O critério de divisão da lista é antiguidade, ou seja, os processos mais antigos estão na primeira parte. Durante o ano de 2017, no Juizado Especial de Conceição do Araguaia, a vara atingiu 96,66% do grau de cumprimento da meta, com 1.031 ações julgadas somente naquele ano, de abril a dezembro de 2017.

Conheça outros projetos institucionalizados que inspiram boas práticas de aplicação da Justiça

Linha Direta em Santarém

Promove a pacificação social entre consumidores e a concessionária de energia Celpa, maior demandante do Juizado e objeto da grande insatisfação pública por causa dos procedimen-

tos e serviços da empresa. Em parceria com a concessionária, instalou-se um canal de atendimento próprio, dentro das instalações do Juizado, que oferece aos interessados oportunidade

de conciliar em atendimento pré-processual e de celeridade, satisfação e redução de custos ao Poder Judiciário.

Tramitação Célere de Processos que Envolvem Réus Presos

Aplicado na 2ª Vara Criminal de Santarém, o projeto analisa de forma célere e eficiente os processos de réus na condição de presos provisórios a partir do monitoramento da situação dos que chegam para a audiência de custódia. A partir desse controle, é verificada a possibilidade de recebimento da denúncia e de resposta à acusação, para o agendamento da audiência de instrução em prazo exíguo. Atende ao Macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Judicial, na Iniciativa Estratégica de Fortalecimento da Gestão do 1º Grau de jurisdição.

Feira Orgânica

Ação de inclusão que possibilita a pequenos produtores, que privilegiam os princípios da agroecologia, comercializarem no âmbito das unidades

EVELIZE RODRIGUES

judiciárias uma diversidade de produtos sem a utilização de agrotóxicos, contribuindo para uma alimentação saudável e equilibrada ao corpo funcional e força auxiliar de trabalho. O projeto atende à recomendação do CNJ, sobre a adoção de práticas de sustentabilidade que estimulem a qualidade de vida no meio ambiente de trabalho e a participação do corpo funcional nas relações com a sociedade.

Clube da Leitura

Estimula socioeducandos a desenvolverem o gosto e o hábito da leitura, melhorar o desempenho escolar e ampliar a visão de mundo e percepção crítica sobre a vida. Durante círculos de leitura, com a presença de mediadores, é feita a apresentação dos livros e a narração das histórias, frisando os pontos interessantes para despertar nos socioeducandos o interesse e estimular o compartilhamento mútuo. O projeto permite a escolarização, eixo obrigatório a ser desenvolvido

Cooperativa de agricultores orgânicos de Santa Izabel comercializa produtos agrícolas sem agrotóxicos em unidades judiciais do TJPA



no decurso da medida socioeducativa e uma das obrigações impostas aos adolescentes, tendo em vista a preponderância dos aspectos pedagógicos sobre os aspectos punitivos. Atende ao Macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania, na Iniciativa Estratégica de Fortalecimento de Políticas Institucionais Voltadas à Criança e ao Adolescente, cujo objetivo é possibilitar acesso e incentivo à leitura e a vivências que ampliem seu universo educacional e cultural.

Central de Digitalização do 1º Grau

O objetivo é ganhar qualidade na prestação jurisdicional, convertendo processos físicos em digitais e fazendo a migração respectiva ao Processo Judicial Eletrônico (PJe). A metodologia consiste em racionalizar recursos tecnológicos, humanos e de estrutura para o processo de limpeza, digitalização e conferência do arquivo digital gerado, para posterior indexação, migração e remessa ao 2º grau, via sistema PJe. Atende ao Macrodesafio Celeridade e Produtividade da Prestação Judicial.

Central converte processos físicos em digitais para posterior remessa ao 2º Grau, via Processo Judicial Eletrônico

RICARDO LIMA

Ler para a Vida

Tem como foco as práticas de leitura na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santana do Aurá, com alunos do 3º, 4º e 5º anos, para incentivar o hábito de interpretar e produzir textos, a compreensão dos conteúdos escolares e a formação de cidadãos críticos e autônomos, contribuindo para valorização da qualidade de vida e inclusão social. O projeto foi idealizado a partir da Portaria nº 1655/2017-GP, que instituiu o Comitê de Ação Social e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará, visando a práticas sociais inovadoras com ações voltadas para a população. Atende ao Macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania, na iniciativa estratégica de Fortalecimento de Políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.

Zona Restaurativa no Ambiente Organizacional

Projeto piloto aplica práticas restaurativas, por meio de círculos restaurativos, no ambiente organizacional, visando a enfrentar os processos administrativos disciplinares no âmbito da gestão de pessoas e dos serventuários de justiça, bem



DIVULGAÇÃO

Projeto Arquivo Vivo divulga o acervo histórico do Judiciário por meio de visitas monitoradas e eventos organizados com estudantes

como o adoecimento funcional causado pelo estresse no ambiente de trabalho. Além de estimular a resolução pacífica de conflitos, o respeito à diversidade, a variabilidade de pessoal e o compartilhamento de habilidades entre os colaboradores do Poder Judiciário, o projeto forma multiplicadores para fomentar a cooperação interna, a restauração das relações sociais e a reparação do dano causado, colaborando para reduzir a cultura punitiva e construir respostas eficazes e eficientes na resolução de conflitos na gestão organizacional. Responde ao Macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas.

Arquivo Vivo

O projeto divulga o acervo histórico do TJPA, da Comarca de Belém, garante o direito de acesso aos documentos para fins de pesquisa e promove discussões e debates sobre a legislação de assuntos polêmicos abordados em decisões judiciais. A partir da escolha de um tema contemporâneo e de relevância social, o projeto seleciona processos ligados à temática e incorpora dados estatísticos, recortes de jornais, objetos históricos, reportagens

televisivas ou algum componente artístico (grafite, poesia, música, dentre outros). A montagem da exposição é feita no hall de entrada do Arquivo Geral, onde os documentos são acondicionados em expositores protegidos com vidros e de fácil visualização. Os processos expostos são apresentados por sinopse para facilitar o entendimento. A programação anual do Projeto envolve rodas de conversas, palestras, oficinas, minicursos, visitas guiadas, performances teatrais, planejados de acordo com a temática escolhida. O objetivo principal é a divulgação do acervo documental do TJPA. Atende ao Macrodesafio Instituição da Governança Judiciária, na iniciativa estratégica otimização da gestão da informação.

Justiça Juvenil Restaurativa no Oeste do Pará

Defende, protege e promove os direitos de crianças e adolescentes por meio de experiências de Justiça Restaurativa em Santarém e em outros municípios do oeste do Pará. O projeto tem três eixos de atuação: Estudo, Formação e Capacitação de Facilitadores; Administração Institucional de Conflitos





RICARDO LIMA

**Projeto Linha Direta promove
mutirões de audiências
para resolver conflitos entre
consumidores e a concessionária
de energia Celpa**

no âmbito da Vara da Infância e Juventude e das instituições de defesa, proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo os Creas municipais e as unidades regionais da Fasepa; e Prevenção de Violências e Gestão de Conflitos Extrajudiciais, por meio de encontros restaurativos comunitários e em escolas públicas municipais e estaduais e na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). O projeto adota os círculos de construção de paz para fortalecer laços familiares, círculos de compromisso, de celebração ou reconhecimento, de diálogo, de aprendizagem, de compreensão, de restabelecimento, de reintegração, de conflito, dentre outros, baseados na proposta de Kay Pranis. Há também círculos de comunicação não violenta, cuja estrutura tem base no construto de Marshall Rosenberg; e círculos de encontro ofensor e vítima, cuja base teórica está na obra de Howard Zehr e seus colaboradores.

Atende aos seguintes macrodesafios e iniciativas estratégicas: Garantia dos Direitos de Cidadania, na Iniciativa Estratégica de Fortalecimento de Políticas Institucionais Voltadas à Criança e ao Adolescente; Adoção de Soluções Alternativas

aos Conflitos, na iniciativa estratégica de fortalecimento de políticas e ações para a solução negociada de conflitos; ao Aprimoramento da gestão da justiça criminal, nas iniciativas estratégicas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, contra o Idoso, contra a Criança e o Adolescente e outros grupos vulneráveis e Fortalecimento da Justiça Restaurativa.

Projeto Linha Direta

Promove, com a concessionária de energia Celpa, sessões de mediação agendadas conforme as demandas. Concomitantemente, mutirões são organizados segundo o volume de casos que envolvam a empresa. A conciliação acelera o atendimento de demandas e evita a judicialização dos conflitos. Atende ao Macrodesafio Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos, na Iniciativa Estratégica Fortalecimento de Políticas e Ações para Resolução Negociada de Conflitos.

Projeto Acreditar no Amanhã

Ação solidária que amplia e torna permanente trabalho voluntário junto aos alunos da Escola Santana do Aurá, para combater a evasão escolar, promover educação e qualificação profissional, propiciar um futuro melhor, estimular a comunidade a melhorar suas condições socioambientais e a qualidade de vida. O projeto viabiliza soluções a problemas que agravam a saúde, como água, alimentação e higiene; oportuniza atividades profissionalizantes aos adolescentes e familiares, desenvolve uma economia local e constrói um espaço para um laboratório de informática.

Por meio do Comitê de Ação Social e Cidadania, a Vice-Presidência do TJPA também faz entrega de alimentos, roupas e produtos de higiene doados por servidores, magistrados e empresas privadas, a famílias em situação de extrema pobreza da antiga área do lixão de Belém.

O projeto é desenvolvido por magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e parceiros, entre os quais a Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pará (Embrapa), Comando Geral do Corpo de Bombeiros, Associação dos Magistrados do Pará

RICARDO LIMA

(Amepa), Sindicato dos Oficiais de Justiça do Pará (Sindojus), Fundação Pro Paz, Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), Universidade Federal do Pará (UFPA), Restaurante Família Sicília, Empresa Colares e Escola Salesiano do Trabalho/Senac/Senai. Responde ao Macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania.

Reciclar Direito

Estimula a responsabilidade socioambiental a partir da adoção de princípios sustentáveis na gestão, incentivando mudanças de atitudes e boas práticas para minimizar impactos ambientais e sociais. A nova cultura institucional torna gestores, corpo funcional e força auxiliar agentes de mudança, levando à economia de recursos naturais, redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e qualidade de vida no trabalho. Entre as iniciativas destacam-se a reutilização de pa-

**Festa natalina em Santana do
Auré, onde o projeto "Acreditar
no Amanhã" desenvolve uma
série de ações sociais**



ÍNDICE

ÍNDICE

péis, que em 2018 resultou na produção de mais de 3 mil calendários sustentáveis, distribuídos no prédio-sede, fóruns da capital e interior; o uso de blocos de anotações com a marca “Reutiliza” em cursos de treinamento e ambientação do corpo funcional, como prática sustentável, já requeridos também por outros setores, como o de Taquigrafia, o que reduz o rol de produtos do inventário patrimonial e gera economia; a reutilização do papel a partir de julho de 2018 já reduziu significativamente o consumo de resmas de A4 nas áreas meio e fim do Judiciário. O Laboratório de Informática deixou de consumir 15 resmas novas por mês. Demais unidades administrativas zeraram o pedido de resmas brancas. As solicitações são contabilizadas e requeridas no Sistema Thema, através do Cód. 11395. Campanhas para a reutilização de Materiais de Expediente Obsoletos estimularam a devolução ao almoxarifado de materiais em desuso, como pastas A-Z, grampeadores, instrumentos de escrita, clips, cola, caixas polionda, entre outros. Essas últimas retornaram ao ciclo de vida como pontos individuais de coleta de recicláveis. Itens

obsoletos do almoxarifado, como bobinas de fax, colchetes, pastas plásticas, grampeadores, perfuradores com pequenas avarias, foram doados à Escola Municipal São Judas Tadeu, de Ananindeua, atendendo às políticas nacionais de Educação Ambiental e para o Consumo Sustentável. O projeto atende ao Macrodesafio Instituição da Governança Judiciária, na iniciativa estratégica de fortalecimento de práticas sustentáveis.

Projeto Juizado em Dia

Moderniza a estrutura de trabalho nos juizados especiais e estabelece novos modelos de gestão, para torná-las mais eficientes e dar maior celeridade à prestação jurisdicional. O projeto garante auxílio virtual e presencial, elaborando atos e promovendo ações concentradas para dar andamento aos

Reeducandos do projeto Começar de Novo compartilham textos e experiências lúdicas no projeto “Leitura Livre”

RICARDO LIMA



Ator caracterizado de Pedrinho, personagem do Sítio do Pica-Pau Amarelo, participa do Chá Literário em homenagem ao escritor Monteiro Lobato

ÉRIKA NUNES

Projeto Chá Literário

Incentiva a leitura por meio de eventos sobre obras literárias de autores nacionais e promove um ambiente de trabalho mais saudável. As várias linguagens usadas pelo projeto para apresentar o universo do autor tornam mais interessante a busca pela leitura. O projeto atende ao Macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas, na iniciativa estratégica de implementação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida.

processos físicos e eletrônicos. Sob a orientação da Coordenadoria dos Juizados Especiais, os próprios servidores das unidades aplicam o método de organização para perpetuar a sistemática. Atende ao Macrodesafio Celeridade e Produtividade na prestação judicial, na Iniciativa estratégica fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição.

Projeto Mediação da Leitura

Ação de ressocialização de apenados que se destaca por incentivar o hábito da leitura entre reeducandos do “Projeto Começar de Novo” e terceirizados do TJPA. O projeto amplia conhecimentos e ajuda o desenvolvimento pessoal e profissional. A partir da leitura dos diversos gêneros do acervo da biblioteca - romances, poemas, contos etc - levantam-se reflexões sobre a importância de estudar, valorização da vida, histórias de superação e o não julgamento das pessoas. Responde ao macrodesafio de Aprimoramento da Gestão Criminal.

Gestão de Unidade Judiciária

O projeto busca por meio da adequação e padronização alcançar um funcionamento eficaz da unidade e sintonizar suas conexões com o Ministério Público, Defensorias, Polícias, Institutos de Perícias. O diferencial é a elaboração de um plano de ação que respeite as características, especificidades e realidade de cada unidade, envolvendo gabinete, secretaria e outros setores da Comarca. Está alinhado ao Macrodesafio Celeridade e Produtividade e à Iniciativa Estratégica Aprimoramento da Gestão de Processos e Unidades Judiciais do Planejamento Estratégico.

PROJETOS

Ceij promove diálogo, convivência e proteção contra o trabalho infantil

Iniciativas visam a garantir direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente

P

romover o diálogo e compartilhar informações entre servidores e magistrados envolvidos com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, promover a convivência comunitária entre as que estão em situação de acolhimento e assegurar a proteção contra o trabalho infantil são os eixos das três boas práticas adotadas pela Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará durante o biênio 2017-2019.

O Projeto Conhecer e Dialogar fortaleceu e aprimorou a comunicação interna entre magistrados e servidores da infância e juventude, sobre rotinas, informações, notícias e normativas úteis. No segundo semestre de 2017, o projeto foi ampliado para alcançar o maior número possível de servidores e magistrados pelos meios eletrônicos.

Em 2017, houve quatro ações para proporcionar o direito à convivência comunitária a crianças e adolescentes acolhidos, dentre as quais o Projeto Brincar lá Fora, em maio; Chá Literário sobre Monteiro Lobato, em outubro; sessões de cinema no Cinépolis, em novembro; e encontros de crianças e adolescentes aptos para adoção

“

TJPA PARTICIPOU DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO 1º CONCURSO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL, ENVOLVENDO ESTUDANTES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS

”

e pretendentes a pais, também em novembro.

Em junho de 2017, o TJPA participou da comissão organizadora do I Concurso de Produção



RICARDO LIMA

Crianças de espaços de acolhimento de Belém e Ananindeua durante sessão de cinema

Artística de Combate ao Trabalho Infantil, que abrangeu 37 das 39 escolas estaduais ligadas ao Projeto Bem Conviver, promovido pela Secretaria Estadual de Educação em 2016.

Foram inscritas 633 produções artísticas, entre pinturas, desenhos, músicas e produções textuais. A promoção foi do Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente (FPETIPA), no qual o Tribunal de Justiça do Pará é representado pela CEIJ e pela 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém.

Projeto “Série Informativa: Temas Sobre Infância e Juventude”

Disseminar informações sobre procedimentos, legislação e/ou normativas na área da infância e juventude e matérias correlatas para melhorar a prestação jurisdicional. Esse é o objetivo do projeto do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Coordenador estadual de Infância e

Juventude do TJPA. O projeto divulga informações essenciais a profissionais do Judiciário do Pará na área de sua competência. Atende ao Macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania, na iniciativa estratégica de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.

MULHERES

Escolas, comércio e construção civil apoiam combate à violência doméstica

Projetos vão às salas de aula e aos locais de trabalho explicar os tipos e o ciclo da violência



fortalecimento das ações da Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Pará (Cevid) é uma das ações previstas no plano de ação para o biênio 2017-2019 e foi assegurada por dois projetos que estão em plena execução no âmbito do TJPA: o “Judiciário na Escola: Unindo Esforços no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” e o “Mãos à obra”.

O “Judiciário na Escola”, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), já envolveu cerca de 200 professores, mais de 700 alunos e 600 pessoas da comunidade escolar em Belém. O objetivo é orientar sobre a violência de gênero - física, moral, psicológica, patrimonial, sexual, entre outras. Para isso, a Cevid faz palestras nas turmas das séries finais do Ensino Fundamental (4º e 5º, 8º e 9º anos), do Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos do turno da noite, além de promover visitas de estudantes ao Fórum Criminal. Em setembro, a Cevid estendeu o projeto à Comarca de Santarém.

MÃOS À OBRA

O projeto “Mãos à obra” já envolveu cerca de 2 mil operários da construção civil na Região Metropolitana de Belém. A largada neste biênio se deu em junho de 2017, com uma palestra sobre violência doméstica nos canteiros de obras Murano e Largo Verona, para aproximadamente 133 operários da construção civil. Durante um café da manhã, os operários tiveram informação sobre a violência de gênero, os tipos de violência contra a mulher, o ciclo da violência e o feminicídio. O projeto é promovido em parceria com o Pro Paz e o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Pará (Sinduscon).

No primeiro semestre de 2017 foi firmado acordo de cooperação técnica com a Associação Paraense dos Supermercados (Aspas) e no segundo semestre se iniciou o ciclo de palestras de conscientização junto aos profissionais do comércio.

Em setembro, a Cevid interiorizou o projeto Mãos à Obra, levando-o até a comarca de Santarém, no oeste do Pará.



RICARDO LIMA

A pedagoga Riane Freitas conversa com operários da construção civil sobre violência doméstica e Lei Maria da Penha

BARCELONA

A experiência do Judiciário paraense no combate à violência doméstica e familiar foi apresentada em evento internacional, durante o seminário “Los tribunales especializados en violencia de género en Brasil. Experiencias de los Tribunales de Justicia en materia de prevención y combate contra la violencia de género”, realizado na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), na Catalunha, entre os dias 18 e 20 de março de 2018. Juíza auxiliar da Cevid, Reijiane Ferreira de Oliveira falou sobre o projeto, que vai aos canteiros de obras conscientizar trabalhadores da construção civil quanto à violência doméstica e familiar contra a mulher. De autoria da Cevid, o projeto tem o reforço de equipes do Pro Paz.



O PROJETO ‘JUDICIÁRIO NA ESCOLA’ JÁ ENVOLVEU 200 PROFESSORES, MAIS DE 700 ALUNOS E 600 PESSOAS DE COMUNIDADES ESCOLARES DE BELÉM



CELERIDADE

Selos garantem prioridade a ações de direitos humanos

Ferramenta assegura atenção especial para acelerar a tramitação dos processos relacionados ao tema



Os selos estruturantes e identificadores de processos de Direitos Humanos são a principal ação da Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social do Tribunal de Justiça do Pará, no âmbito do plano estratégico estruturante para assegurar atenção-especial na tramitação de processos relacionados a crimes que envolvam principalmente violência de gênero, homofobia, infância e juventude e sistema carcerário.

O lançamento dos selos foi feito durante o Congresso Intercontinental de Direitos Humanos, que culminou com a assinatura da Carta de Belém do Pará, posteriormente entregue em ato solene ao presidente do Tribunal de Justiça do Pará, Desembargador Ricardo Ferreira Nunes; ao Presidente da Corte Intercontinental de Direitos Humanos, Doutor Roberto Caldas, e ao Presidente da Câmara Municipal de Belém, bem como às demais instâncias formais.



**SELOS
COMEÇARAM A
SER USADOS
EM JANEIRO DE
2018, PARA
IDENTIFICAR
AÇÕES
RELACIONADAS
AOS DIREITOS
HUMANOS**



Comissão de Direitos Humanos do TJPA se reúne com comissões congêneres e anuncia os selos para identificar processos de crimes contra os direitos humanos

ÉRIKA NUNES

Idealizados pela presidente da Comissão, Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra, os selos começaram a ser utilizados em janeiro de 2018, em processos judiciais físicos e virtuais,

para identificar ações relacionadas aos direitos humanos. Os Selos de identificação processual em direitos humanos nas situações de violência de gênero, LGBT, infância e juventude e sistema carcerário viabilizam a prioridade na tramitação e julgamento e adequada condução e acompanhamento por parte da comissão.

CONGESTIONAMENTO

Padronização de procedimentos ajuda Varas a superar morosidade

Projeto mostrou bons resultados nas três varas cíveis da capital onde foi aplicado



rganização física do espaço da unidade judicial, incluindo gabinete e secretaria, padronização total do acervo e um modelo de gestão/funcionamento padrão à unidade judiciária são as premissas básicas do projeto Renovar. O objetivo é superar a morosidade, a burocracia excessiva, a falta de capacidade gerencial, entre tantos outros problemas que repercutem nas taxas de congestionamento do Judiciário do Pará. Na unidade judicial, o projeto auxilia na organização física do gabinete e na prolatação de despachos e sentenças.

O Renovar é executado por servidores da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e das unidades judiciárias nas quais o projeto é aplicado. A base física fica em uma sala no 3º andar do Fórum Cível, onde funcionam a secretaria e o gabinete do projeto.

O Projeto Renovar, no biênio 2017-2019, atuou nas 9ª e 5ª Varas Cíveis da Capital e atualmente, na 11ª Vara Cível da Capital.

Na 9ª Vara Cível da Capital, o projeto foi executado em quatro fases:



**PROJETO
AUXILIA O
GABINETE NA
ORGANIZAÇÃO
FÍSICA E NA
PROLATAÇÃO DE
DESPACHOS E
SENTENÇAS**



> **Levantamento, que indicou um acervo de 7,6 mil processos, 6,7 mil ativos e 891 inativos.** Havia 6,5 mil em tramitação, 2,1 mil dos quais sem movimentação há mais de cem dias. Mais de 300 estavam no gabinete pelo mesmo período. Havia 2,6 mil petições pendentes de juntada.



Secretarias da 11ª Vara Cível e da 2ª e 8ª Varas de Família adotaram a padronização para garantir segurança, eficiência e celeridade ao trabalho

DIVULGAÇÃO

> **Verificação do recolhimento das custas e da certidão do trânsito em julgado de todos os processos que estavam na secretaria, aguardando arquivo.** As partes foram intimadas para pagar as custas pela UNAJ. Foram emitidas certidões de trânsito em julgado e encaminhados 875 processos para o arquivo geral.

Os mesmos procedimentos de padronização foram adotados na 5ª Vara Cível da Capital, cujo acervo no início do projeto era de 11.988 processos e 4.327 petições pendentes de juntada. A Secretaria da vara foi transferida para o terceiro piso do Fórum Cível, com amplo espaço físico e estrutura para receber todos os processos da unidade, contando com novo leiaute, inclusive com as caixas de plástico destinadas à guarda dos processos com as cores definidas na padronização.

De 1º de maio de 2017 a 31 de junho de 2018, durante a atuação do projeto Renovar na 5ª Vara Cível foram juntadas 5.002 petições e 228 mandados, produzidas 4,2 mil certidões, 1,2 mil atos ordinatórios e realizadas 16,2 mil tramitações (in-

ternas e externas), produzidos 2,2 mil despachos, 1,1 mil Decisões Interlocutórias e 925 sentenças (incluindo com mérito, sem mérito e homologação de acordo). Foram enviados ao Setor de Arquivo 1.506 processos e 373 Agravos de Instrumento que estavam aguardando em Secretaria a juntada das Decisões nos respectivos processos.

No período de 12 de julho de 2017 a 02 de fevereiro de 2018 e nos meses de abril e maio de 2018, o Projeto Renovar contou com a participação de juiz substituto para auxiliar a 5ª Vara Cível durante a execução.

Na 11ª Vara Cível da Capital, o projeto se iniciou em 2 de julho, sem data para conclusão e segue o mesmo escopo de padronização das rotinas na secretaria e gabinete. O acervo é de 6,1 mil processos, dos quais 5,5 mil ativos e 606 inativos. Dos 4,7 mil processos em tramitação, 3,4 mil estavam sem movimentação há mais de cem dias e 1,8 mil processos estavam em gabinete pelo mesmo período. Havia 1.718 petições pendentes de juntada. A padronização do gabinete do juiz é feita em paralelo à restauração, juntadas, despachos, decisões e sentenças de processos conclusos em gabinete.

Projeto transforma escolas em refúgios contra violência

*Iniciativa vai à
comunidade escolar reforçar
a rede de proteção*



Projeto Minha “Escola, Meu Refúgio” está inserido no Plano de Gestão 2017-2019 do Tribunal de Justiça do Pará, integrando o Macrodesafio de Garantia dos Direitos da Cidadania, na ação de consolidação de projetos voltados à infância e juventude.

O objetivo é promover o respeito à dignidade da pessoa humana e a proteção integral à criança e ao adolescente, por meio de ações de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A magistrada titular da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes visita as escolas públicas estaduais e municipais, junto com a Equipe Multidisciplinar da Vara. No biênio hou-

**Comunidades de 13
estabelecimentos de ensino
da rede pública de Belém
aprenderam a
reconhecer sinais de violência
e abuso sexual contra
crianças e adolescentes**

DIVULGAÇÃO

ve visitas a 13 instituições de ensino.

Nas visitas, apresenta material elaborado pela Vara com casos práticos que são debatidos, envolvendo violência física, psicológica e sexual contra crianças e adolescentes. A juíza e a equipe técnica explanam sobre sinais de mudança de comportamento indicativos



**OBJETIVO DO
PROJETO É
PROMOVER
O RESPEITO À
DIGNIDADE DA
PESSOA
HUMANA E
A PROTEÇÃO
INTEGRAL À
CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE**

da ocorrência de violência, para a rápida identificação e adoção das medidas legais adequadas ao caso.

As apresentações contam também com a parceria de outros integrantes do Sistema de Justiça e da rede de proteção à criança e ao adolescente, entre os quais o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública.

CONFLITOS

TJPA institui Programa de Justiça restaurativa

Nupemec vai coordenar mediação, conciliação e outros métodos de pacificação social



Tribunal de Justiça do Pará instituiu o Programa de Resolução Consensual de Conflitos para uniformizar a implantação e a aplicação de métodos autocompositivos, a partir das legislações vigentes. O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) passa a ser um órgão colegiado, vinculado à Presidência do TJPA, de caráter permanente e de assessoramento.

Sob sua subordinação, funcionarão a Coordenadoria de Mediação e Conciliação e a Coordenadoria de Justiça Restaurativa.

Ao Nupemec competirá desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses e a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Judiciário, dentre outras atribuições.

O Programa de Resolução Consensual de Conflitos será desenvolvido pela Coordenadoria de Mediação e Conciliação do Nupemec, com a instituição de Cejuscs de primeiro e de segundo grau, atuando em demandas pré-processuais e processuais. Atualmente, dez Cejuscs estão em funcionamento, sete dos quais em Belém e outros três nas Comarcas de Santarém, Paragominas e Parauapebas.



**PROJETOS
AVALIAM
RESULTADOS,
BUSCAM
PARCERIAS,
PARTICIPAM DE
GRUPOS DE
ESTUDO, FORMAM
FACILITADORES
E CRIAM
OPORTUNIDADES**



PRÁTICAS

A Justiça Restaurativa trabalha a aceitação da culpa e a responsabilização para sanar ou minimizar os danos causados, a partir do envolvimento da vítima, do agressor e da comunidade.



CEIJ promoveu formação com a principal referência na metodologia “Círculos da Paz”, a norte-americana Kay Pranis

ÉRIKA NUNES

O Judiciário Paraense desenvolve práticas restaurativas na 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital, por meio do projeto “Justiça Restaurativa na Justiça da Infância e Juventude do Pará”; na Comarca de Santarém, com o projeto “Justiça Juvenil Restaurativa no Oeste do Pará”; e pela Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude.

A 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher desenvolve também o Projeto

“Práticas restaurativas da 3ª Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Os projetos aplicam, de forma sistemática, a prática restaurativa com seus públicos, avaliam resultados, buscam parcerias e participam de grupos de estudo, formam facilitadores e criam oportunidades.

Durante o ano de 2017, os envolvidos na temática participaram de várias atividades, cursos e eventos de Justiça Restaurativa.

Nupemec adota a justiça restaurativa entre suas práticas

A partir do amadurecimento institucional dos projetos e do fortalecimento da Justiça Restaurativa no Pará foi idealizada a ação estratégica do Plano de Gestão biênio 2017-2019 para implementar Programa de Justiça Restaurativa. Um Grupo de Trabalho foi criado com esse objetivo. Instituído pela Portaria nº 3662/2017-GP, o GT é formado por servidores e magistrados que já atuam com Justiça Restaurativa.

Merece destaque no período a inclusão da Justiça Restaurativa no Núcleo Permanente de

Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), conforme resolução nº 23, de 12 de dezembro de 2018, que cria a Coordenação de Justiça Restaurativa e dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Nupemec. A iniciativa considera a tendência nacional da Justiça em aproximar esses segmentos e concentrar as práticas do Estado em uma unidade voltada para esse fim.

Durante o ano de 2018, todos os envolvidos na temática participaram de várias atividades, cursos e eventos de Justiça Restaurativa.

Escola da Magistratura elabora seu projeto político pedagógico

Observatório inclui direitos fundamentais da criança e do adolescente e gestão judiciária



Escola Superior da Magistratura elabora o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que registra ações, projetos e objetivos da instituição, engloba finanças e administração e expressa a cultura, valores, crenças, significados e o modo de pensar e agir de todos os que colaboraram com a elaboração. O objetivo é transformar a escola em um ambiente global, unindo questões pedagógicas, administrativas e políticas. A ESM deu início às pesquisas e estudos ao desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, com participação em cursos ofertados pela Enfam - de Formação de Formadores -, além de pesquisas na internet e em referenciais bibliográficos.

Para a pesquisa foram usados dois observatórios: 1) Observatório de Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente, sob coordenação da Magistrada Mônica Ferreira Maciel; e, 2) Observatório de Gestão Judiciária, coordenado pelo Magistrado Geraldo Neves Leite.

A pesquisa pretende coletar e sistematizar dados quantitativos e qualitativos sobre a atuação do Judiciário Paraense, aos quais seja permitido dar publicidade; apresentar relatórios sobre os estudos e dados obtidos aos magistrados e servidores, bem como à sociedade; promover

a interlocução com as universidades e instituições de Ensino do Pará e de outras localidades, nacionais e internacionais; conhecer e promover a integração dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos por magistrados e servidores do TJPA em

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA ARRECADA ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS ENTRE SEUS ALUNOS PARA INSTITUIÇÕES QUE ACOLOHEM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



Magistrados e servidores concluíram a Formação de Formadores, oferecida na ESM pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)

RICARDO LIMA

etc. Ao todo, a biblioteca dispõe de um acervo de 2,5 mil exemplares para atender aos discentes e frequentadores da instituição.

AÇÃO SOCIAL

Como projeto de ação social, a ESM recebe de alunos matriculados nos cursos e de participantes de eventos, alimentos não perecíveis, entregues às instituições de caridade. Já foram doadas mais de mil unidades de alimentos ao Abrigo João de Deus, na Cidade Velha, em Belém, que atende às pessoas em situação de rua.

Também foram doados alimentos ao Abrigo São Vicente de Paulo, na Pedreira, que acolhe idosos em situação de vulnerabilidade, bem como a Cáritas, que fez a entrega de alimentos aos refugiados venezuelanos que moram em Belém.

Também foi realizada, em 2018, campanha para a arrecadação de material escolar para o ano letivo de crianças e jovens de baixa renda da comunidade Cruzeirozinho, na Região do Baixo Acará. A mobilização angariou mais de 100 kits escolares, além de materiais extras como tesouras, réguas e borrachas, suficientes para atender a mais de uma centena de crianças, impactando positivamente e ajudando a diminuir a evasão escolar na referida comunidade.

CONHECIMENTO

A ESM lançou o projeto “Minutos de Conhecimento – ESM”, vídeos de curta duração com a participação de especialistas locais, nacionais e internacionais, abordando temáticas sobre a atualidade em diversas áreas de ensino. Os vídeos são compartilhados a cada 15 dias e objetivam o alcance da norma regimental da instituição de se atender à comunidade compartilhando o conhecimento.

Deu continuidade à publicação da Revista Acadêmica “A Leitura”, que em seu número 13 trouxe como temática geral o Sistema Carcerário Brasileiro.

Lançou, em 2018, o Informativo ESM, novo instrumento de comunicação e divulgação de suas atividades, entrevistas e artigos, com o intuito de informar magistrados, servidores e a comunidade em geral sobre as atividades desenvolvidas.

Nos anos de 2017 e 2018 foi feita a aquisição de 478 novos exemplares para a Biblioteca da ESM, dentre aquisições e doações recebidas de livros, periódicos, folhetos informativos, revistas

Encontro marcado com a fiscalização dos contratos administrativos no TJPA

*A cada três meses a comunidade de fiscais se reúne
para debater vulnerabilidades e riscos*



projeto Fiscalize Legal se inspira em uma ação executada pelo Tribunal Superior Eleitoral. O objetivo é contribuir para melhorar a eficiência na fiscalização dos contratos administrativos. O projeto reúne a comunidade de fiscais em encontros trimestrais, para discutir vulnerabilidades, esclarecer dúvidas e abordar os riscos inerentes à atividade.

O projeto fez o levantamento de uma série de temas relevantes sobre fiscalização de contratos e, para valorizar a prata da casa, indicou servidores com expertise na área, como facilitadores em “Mini Capacitações”. A primeira delas abordou o tema “Termo de Referência – Elementos, aspectos controversos e roteiros para elaboração”.

Um espaço virtual para auxiliar a comunidade de fiscais foi criado no site do TJPA, é a área do Fiscalize Legal, onde podem ser feitas consultas da legislação sobre a matéria, a informações de apoio e slides das capacitações.

Produto final do projeto, o Guia de Fiscalização regulamenta rotinas e padroniza procedimentos, orienta os fiscais e seus substitutos quanto à observância das normas, boas práticas e entendimentos que regem a fiscalização de



**GUIA DE
FISCALIZAÇÃO
ORIENTA OS FISCALIS
QUANTO ÀS
NORMAS, BOAS
PRÁTICAS E
ENTENDIMENTOS
QUE REGEM A
FISCALIZAÇÃO
DE CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS**



contratos administrativos. O guia nivela entendimentos e procedimentos internos e evidencia a transparência da fiscalização, a partir dos princípios da legalidade, eficiência, eficácia e economicidade na gestão pública.



**Fiscais de contrato
participam de módulo do
projeto Fiscalize Legal,
da Secretaria de Controle
Interno do TJPA**

RICARDO LIMA

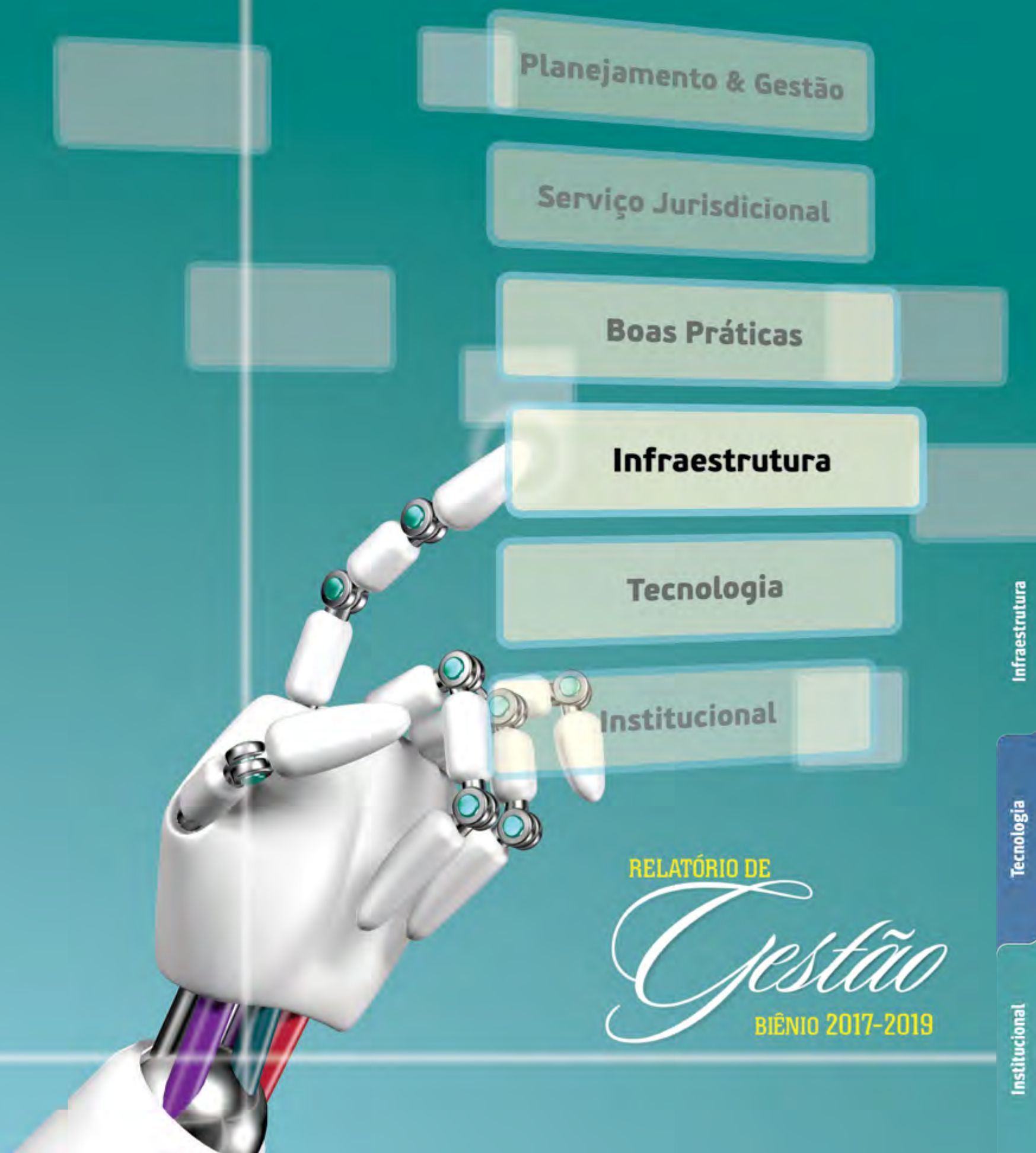
Infraestrutura

AQUISIÇÕES

Veículos reforçam o apoio
à prestação do serviço judicial **136**

CONSTRUÇÕES

Judiciário entrega obras em cinco fóruns
e um novo Datacenter **144**



RELATÓRIO DE
Gestão
BIÊNIO 2017-2019

Veículos reforçam o apoio à prestação do serviço judicial

Consumo de combustível da frota é monitorado por serviço de controle, que fiscaliza a execução do contrato



Tribunal de Justiça do Pará comprou 48 novos veículos no biênio 2017-2019, para reforçar a estrutura de apoio ao serviço judicial prestado ao cidadão nas Comarcas do Pará. Os veículos foram comprados em 2016 e incorporados à frota do TJPA em 2017. São 15 carros de representação para o 2º Grau, 18 picapes com tração 4x4 e 15 motocicletas de 160 cilindradas, todos com destinação ao 1º Grau e Apoio, com prioridade às Comarcas do interior:



ÉRIKA NUNES

Picapes de tração nas quatro rodas foram enviadas ao interior para reforçar o apoio às atividades jurisdicionais nos municípios

ABASTECIMENTO

O consumo de combustível da frota do TJPA é monitorado pelo Serviço de Controle de Frota do Poder Judiciário, que fiscaliza a execução do contrato nº 015/2017. Um sistema de cotas mensais fixa as quantidades a serem creditadas em cada subcentro de consumo, definidas após estudo de demanda feito pela Coordenadoria de Estatística do TJPA e considerando-se a realidade em cada uma das Comarcas do Estado.

“

COTAS MENSAIS DE COMBUSTÍVEIS SÃO DEFINIDAS APÓS ESTUDOS FEITOS PELA COORDENADORIA DE ESTATÍSTICAS DO TJPA, A PARTIR DA REALIDADE DE CADA COMARCA

”

MONITORAMENTO

O monitoramento e rastreamento da frota do TJPA é feito via GPS, instalado em 335 veículos na capital e no interior, que disponibiliza as seguintes funcionalidades:

- > Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;
- > Cadastramento e pesquisa por grupos de veículos;
- > Exibição de mapa digital de todo o território nacional;
- > Posição em tempo real dos veículos;
- > Situação da ignição dos veículos (ligada / desligada) em tempo real;
- > Alarme de acionamento de botão de pânico em tempo real;
- > Informação em tempo real da violação de pontos ou rotas;
- > Construção de áreas geograficamente delimi-

- tadas no mapa digital;
- > Definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
- > Registros de ocorrências do condutor, garantindo a associação entre veículo e condutor;
- > Criação de pontos de referência e rotas personalizadas no mapa digital;
- > Setas de direcionamento do sentido para onde o veículo está se deslocando;
- > Lista quais são os veículos próximos a um endereço determinado;
- > Cadastramento de condutores e associação a veículos;
- > Relatório de velocidade média calculada e velocidade absoluta excedida a partir de leitura de sensor de velocidade;
- > Janela de status do veículo, como: placa do veículo, nome do motorista que está conduzindo o veículo, ignição ligada / desligada, localização.



Tela de monitoramento em tempo real da posição de cada veículo da frota do TJPA em missão

RICARDO LIMA



RICARDO LIMA

Solenidade de incorporação do prédio da Casa Amarela, onde funciona a Secretaria de Informática, ao patrimônio do TJPA

TJPA fez 46 regularizações e quatro afetações de imóveis

A Sead regularizou 46 imóveis e fez quatro afetações de imóveis do governo do Estado em nome do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). De um total de 249 bens imóveis catalogados como de propriedade do TJPA, ao menos 208 foram contabilmente reavaliados, ou seja, 83,53% do

total, marco no controle imobiliário da Corte, creditado à ação conjunta das secretarias de Administração e de Engenharia e Arquitetura, executada pela Comissão Técnica Permanente de Patrimônio do TJPA. A ação cumpre a Portaria nº 1115/2018-GP.

IMÓVEIS REGULARIZADOS EM 2017

1	Fórum de Ulianópolis	Avenida do Contorno
2	Fórum de Primavera	Avenida General Moura Carvalho.
3	Tucuruí: Complexo Judiciário	Terreno localizado na avenida Sete de Setembro, s/n,
4	Fórum Conceição do Araguaia	Avenida Marechal Rondon Quadra 95. 1º Setor. Bairro Centro.
5	Casa Amarela I Comarca Belém	Avenida Conselheiro Furtado, nº 2949
6	Casa Amarela II Comarca Belém	Avenida Nazaré nº 582
7	Fórum Santarém	Avenida Mendonça Furtado

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



RICARDO LIMA

O prefeito Zenaldo Coutinho entrega ao presidente do TJPA, Des. Ricardo Ferreira Nunes, os títulos de regularização dos terrenos onde estão os fóruns Cível de Belém e Distrital de Mosqueiro

8	Terreno Novo Fórum Altamira	Terreno situado na rodovia Transamazônica, km 04.
9	Fórum Ananindeua	Rua Claudio Sanders, nº 193, 193-a.
10	Fórum de Ourém	Avenida Padre Angelo Moretti, s/n.
11	Nova Esperança do Piriá (terreno)	Avenida 13 de Maio q. 420, N° 100
12	Cametá (terreno)	Avenida Euclides de Figueiredo, projetada, s/n
13	Fórum de Barcarena	Fórum e Residência (no mesmo terreno) Oficial de Barcarena Avenida Magalhães Barata, s/n
14	Fórum de Bonito	Avenida Charles Assad, s/n- Centro
15	Juizado Ananindeua	Rua Itabira, 1989
16	Vara Agrária de Altamira	Rua Otaviano Santos, 2298
17	Concórdia do Pará (Residência Oficial)	Avenida 22 de março
18	Fórum de Concórdia do Pará	Rua Castelo Branco com av. 22 de Março
19	Prainha (Fórum, residencia juiz, residencia promotor – todos no mesmo terreno)	Rua Barão do Rio Branco
20	Fórum de Muaná	Rua Coronel Rodrigo Lopes de Azevedo, 306
21	Fórum de Peixe Boi	Avenida João Gomes Pedrosa, 775
22	Peixe Boi (Residência Oficial)	Avenida João Gomes Pedrosa, 776
23	Fórum de São Domingos do Araguaia	Travessa Serafim com av. Jarbas Passarinho
24	São Domingos do Araguaia (Residência Oficial)	Rua Acrísio Santos, s/n
25	Curionópolis (terreno)	Quadra 15, lotes 01 ao 07 e 15 ao 18
26	Fórum de Bujaru	Quadra nº 06, lote 0287. Av. Beixa Mar, 311
27	Terra Santa (terreno)	Travessa Coronel Gama, s/n. Centro
28	Canaã dos Carajás (Novo Fórum)	Avenida Carajás, quadra 32, residencial Vale dos Sonhos

29	São Domingos do Araguaia (terreno)	Avenida Alto da Boa Vista, quadra 26, lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 34 e 35
30	Tomé Açu (Residência Oficial)	Quadra 031, rua Dr. José da Gama Malcher. Centro.
31	Fórum de Mosqueiro	Rua 15 de novembro s/n. Bairro Vila
32	Fórum Cível	Avenida Coronel Fontoura, s/n. Bairro Cidade Velha

AFETAÇÕES REALIZADAS EM 2017

1	Fórum de São Miguel do Guamá	Termo de afetação nº 008/2017
2	Casa Amarela I	Termo de afetação nº 009/2017
3	Fórum de Santarém	Termo de afetação nº 010/2017

IMÓVEIS REGULARIZADOS EM 2018

1	Fórum de Chaves	Avenida Independência, 07
2	Inhangapi (terreno)	Travessa Alacid Nunes, 129
3	Ourém (Residência Oficial 1)	Travessa Lauro Sodré, s/n
4	Ourém (Residência Oficial 2)	Travessa Lauro Sodré, s/n
5	Fórum de Brasil Novo	Rua do Comércio, 1136
6	Marapanim (Residência Oficial)	Travessa Bom Intento, s/n
7	Uruará (Fórum/Residência Oficial)	Rua Marques de Tamandaré, 29
8	Fórum de Rondon do Pará	Avenida Moreira, s/n
9	Fórum de Jacundá	Rua Teotônio Vilela, s/n
10	Jacundá (Residência Oficial)	Avenida J.K., 02
11	Ananindeua (Juizado Especial da Cohab)	Estrada da Providência, Cidade Nova VIII, entre WE 30 e 35
12	Fórum de Irituia	Rua Siqueira Campos, 28
13	Igarapé-Miri (Residência Oficial)	Avenida das Carambolas, 09
14	Vitória do Xingu (terreno)	Avenida Manoel Felix de Farias, s/n
15	Fórum de Curionópolis	Rua Jambo, s/n - quadra 20, lote 01, bairro da Paz

AFETAÇÕES REALIZADAS EM 2018

1	Fórum de Bragança	Termo de afetação nº 001/2018
---	-------------------	-------------------------------

QUADRO RESUMO

ANO	IMÓVEIS REGULARIZADOS	AFETAÇÕES
2017	32	03
2018	14	01
TOTAL	46	04

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DOAÇÕES

Foram doados 8,4 mil bens inservíveis às atividades da Corte a 34 entidades filantrópicas, 15 das quais da capital e 19 do interior. A ação foi de responsabilidade da Divisão de Bens Patrimoniais, por meio da Comissão Técnica Permanente

de Patrimônio. Trata-se de bens declarados antieconômicos às atividades do Judiciário. As instituições filantrópicas que receberam as doações são legalmente habilitadas, conforme a Lei nº 8.666/1993.

QUADRO RESUMO

ANO	TOTAL DE BENS INSERVÍVEIS DOADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS BENS		TOTAL DE ENTIDADES ATENDIDAS	
		CAPITAL	INTERIOR	CAPITAL	INTERIOR
2017	4.412	4.141	271	5	9
2018	4.053	3.854	199	10	10

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

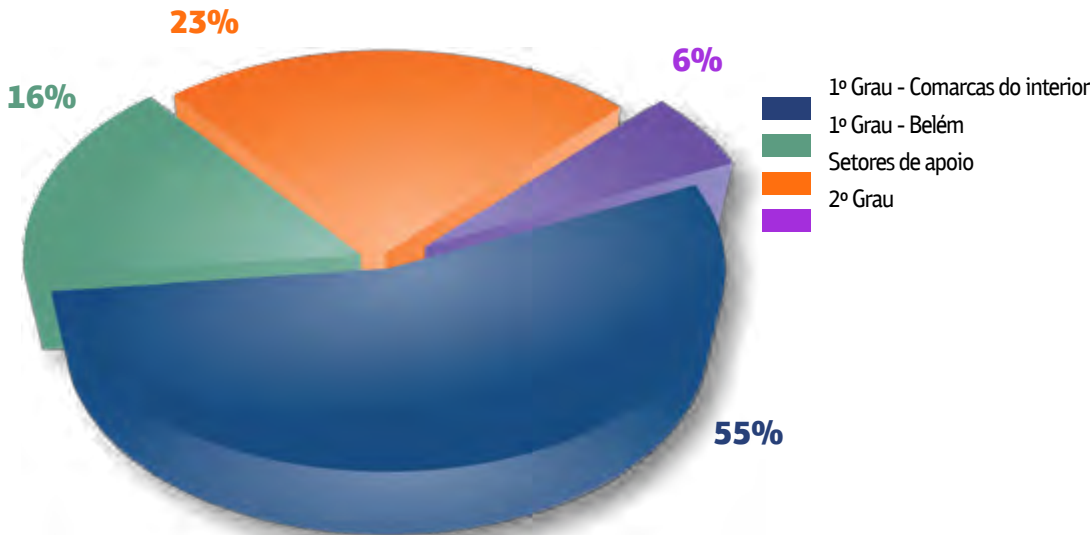
LEILÃO

Em 2018, o Leilão nº 001/TJPA/2018, realizado no Fórum Cível por meio eletrônico e presencial, alienou 57 veículos dos 60 levados à hasta pública, com uma arrecadação global de R\$ 512,8 mil (quinhentos e doze mil, oitocentos e vinte reais).

BENS MÓVEIS

O investimento em aquisição de bens permanentes, entre fevereiro de 2017 e agosto de 2018, foi de R\$ 3,5 milhões, excetuando desse cálculo as compras de veículos e de equipamentos de informática. Foram distribuídos no mesmo período às unidades administrativas e judiciárias do TJPA, o montante de R\$ 4,2 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DE BENS PERMANENTES - FEV/2017 A AGO/2018



FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Mais da metade - 55% - dos bens permanentes distribuídos no período foram para o 1º

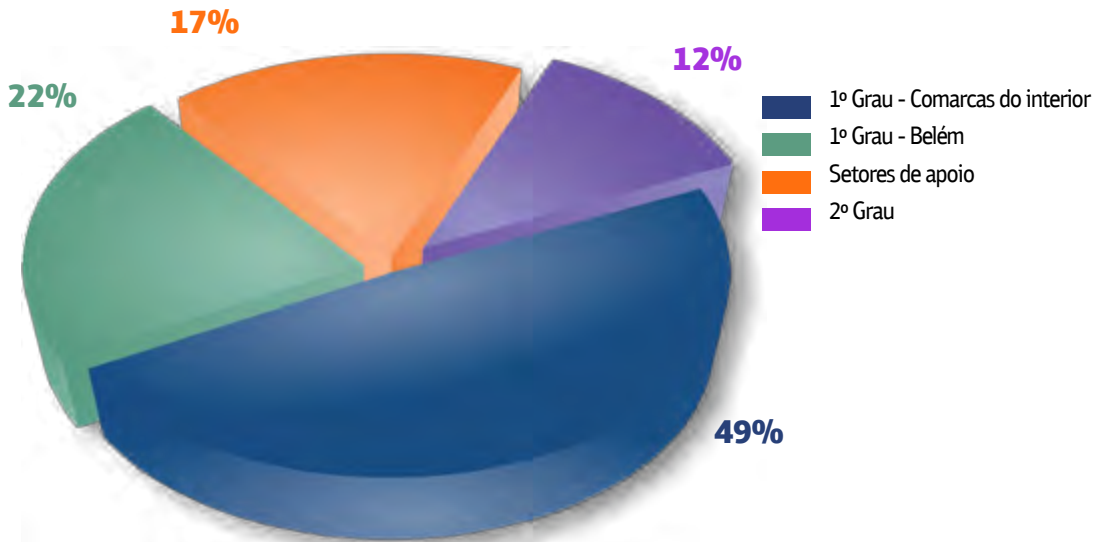
Grau, nas Comarcas do Interior, e 16% ao 1º Grau em Belém.

MATERIAIS

O investimento em materiais de consumo, entre fevereiro de 2017 e agosto de 2018, foi de R\$ 2,045 milhões, excetuando-se desse cálculo a aquisição de pneus e materiais

odontológicos ou médicos. Foram distribuídos no mesmo período às unidades administrativas e judiciárias o montante de R\$ 2.071 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO - FEV/2017 A AGO/2018



FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Vale salientar que 49% dos materiais de consumo distribuídos no período foram destina-

dos ao 1º Grau nas Comarcas do Interior e 22% ao 1º Grau em Belém.

Comissão faz desafetação de imóveis

Dois projetos de lei aprovados no âmbito da Comissão de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) trataram da desafetação sob forma de permuta entre o Judiciário e o Estado, per-

tinente à doação de imóvel em Altamira, destinado ao Centro de Perícias Renato Chaves, e à desafetação de uso e autorização para alienação de imóveis de patrimônio do TJPA, residências oficiais de Juízes.

Judiciário entrega obras em cinco fóruns e um novo Datacenter

Estrutura de atendimento ganha reforço em Ananindeua, Óbidos, Mosqueiro, Alenquer e Parauapebas



Tribunal de Justiça do Pará concluiu seis obras de construção durante o biênio 2017-2019: o Bloco I do Fórum de Ananindeua, o novo Datacenter, o Fórum da Comarca de Óbidos, a 2ª etapa do Fórum de Mosqueiro, o Fórum da Comarca de Alenquer e o anexo do Fórum de Parauapebas.

O Bloco I do Fórum de Ananindeua conclui a obra do complexo judiciário da Comarca. São 1,4 mil m² de área para construção e pavimento térreo com recuo para cinco vagas, área para motos e bicicletas, recepção, banco, salas para OAB, Defensoria e Ministério Público.

Há sanitários privativos e públicos adaptados a pessoas com deficiência, Unidade de Arrecadação Judiciária (UNA), laboratório de informática, circulação, elevador e escada, sala de equipamentos e acesso para o Bloco 2.

Cada pavimento tem dois conjuntos de varas, cada uma com gabinete de juiz e sanitários privativos, salas de assessoria e audiência e secretaria.



O BLOCO I DO FÓRUM DE ANANINDEUA CONCLUI A OBRA DO COMPLEXO JUDICIÁRIO NA COMARCA



Esforço coletivo de cinco gestões, em oito anos, resultou na conclusão do Bloco I do Fórum da Comarca de Ananindeua, em abril de 2018

ÉRIKA NUNES

Há também almoxarifado, sala para equipamentos, sanitários adaptados a pessoas com deficiência, circulação, elevador, escada e passarela de acesso ao Bloco 2.

DATACENTER

Constituído por dois blocos, um para entrada de energia elétrica, com subestação, grupos geradores e UPS; e outro para área técnica, com salas seguras, de comando e controle e qua-

rentena, de entrada e saída, copa, banheiro e depósito.

De alvenaria, em concreto armado, com laje de cobertura, os prédios são climatizados e contam com sistema de detecção e combate a incêndio, sistema de alarme e CFTV, instalações de lógica e elétrica com equipamentos específicos para as finalidades de cada ambiente. Obra relevante que moderniza o armazenamento de processos e informações digitais de forma adequada e segura no âmbito do Judiciário.



Comarca de Óbidos, no oeste do Pará, recebeu as novas instalações do Fórum

DIVULGAÇÃO

ÓBIDOS

O projeto arquitetônico modernizou o espaço físico da Vara Única, com atendimento ao público, infraestrutura completa de salão do júri, instituições parceiras e estrutura judiciária. São 662,80 m² de área construída e 174,11 m² é de área urbanizada.

MOSQUEIRO

São 982,54m² de área construída.

O Fórum Distrital de Mosqueiro ganhou novo bloco, com instalações funcionais e confortáveis para atendimento ao público

DIVULGAÇÃO



O Fórum de Alenquer, no oeste do Pará, passou por obras de ampliação da estrutura para melhor atendimento ao público

DIVULGAÇÃO

ALENQUER

Com 567m² de área construída em um terreno de 952m², o Fórum dispõe de Salão do Júri com sala da guarda, salas de testemunhas, sala secreta, cela masculina e feminina e custódia do menor.

Foram ampliadas áreas de recepção, protocolo e distribuição, sala oficial de justiça, secretaria judiciária, sala de informática, secretaria, Defensoria, Ministério Público, OAB, Gabinete do

DIVULGAÇÃO

Juiz com assessoria e sala de audiência, banheiros públicos, de funcionários e para pessoas com deficiência, depósito para bens apreendidos, sala de armas, copa e DML.

PARAUAPEBAS

Em convênio com a Vale, o anexo tem capacidade para quatro varas judiciais cíveis, com área construída de 665,60m².

Em convênio com a Vale, o novo bloco do Fórum de Parauapebas, no sudeste do estado, tem capacidade para mais quatro varas judiciais cíveis





Obras no Fórum de Viseu, no nordeste do Estado, estão em execução, com espaço para nova Vara e adaptado para pessoas com deficiência

DIVULGAÇÃO

EM EXECUÇÃO

Estão em execução as obras dos fóruns das Comarcas de Viseu, no nordeste do Pará, Altamira e Vitória do Xingu, no sudoeste. O Fórum de Viseu terá salão do júri com 34 lugares e estruturas de apoio. São 609,16m² de área construída em um terreno de 909,66m². O prédio prevê área para uma nova Vara e terá um pavimento integralmente adaptado a pessoas com deficiência.

O Fórum de Vitória do Xingu está previsto para o 1º semestre de 2019. A obra é feita em convênio com a Norte Energia. Será um prédio térreo para

duas varas judiciais, com áreas de trabalho, fluxo de pessoas e de processos bem definidas para resguardar a segurança de jurisdicionados, servidores e magistrados. Serão 861,45m² de área construída.

Também feito em convênio com a Norte Energia, o Fórum de Altamira terá 10 varas judiciais, salão do júri, instituições parceiras e áreas de apoio, num total de 4.615,31m².

Em uma segunda etapa, serão mais seis conjuntos de vara, num total de 1.874,69m². A previsão para conclusão da obra é o 1º semestre de 2020.

DIVULGAÇÃO



O Fórum de Altamira, também em parceria com a Norte Energia, está com as obras em andamento e terá capacidade para 10 varas



O Fórum de Vitória do Xingu, no sudoeste do estado, está com as obras em andamento, numa parceria com a Norte Energia

DIVULGAÇÃO

CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS)

ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
01	CEJUSC Procon	Instalado
02	CEJUSC Pedro Miranda	Instalado
03	CEJUSC Fabel	Instalado
04	CEJUSC Marabá	Projeto
05	CEJUSC Marituba	Projeto
06	CEJUSC Xingura	Projeto
07	Casa Da Justiça e Cidadania – 2º CEJUSC	Aguardando aprovação

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

RICARDO LIMA

Cerimônia de inauguração do Cejusc/Fabel, uma das obras de responsabilidade da Secretaria de Engenharia e Arquitetura



ADEQUAÇÕES

O 1º e 2º pavimentos do prédio alugado na Avenida Pedro Miranda foram adaptados para abrigar a 1ª e 2ª Varas do Juizado Especial Criminal da Capital, o Juizado Criminal do Meio Ambiente e demais varas de juizados criminais. O 3º pavimento foi adaptado para a Central de Atermação e Distribuição dos Juizados Especiais Cíveis da Capital e Central de Distribuição dos Juizados Especiais Criminais.

O resultado das obras nas unidades de Processamento Judicial (UPJ) no 2º Grau e da Fazenda Pública foi a unificação de espaços e criação de ambientes para atendimento, área para arquivos e salas amplas para o trabalho dos servidores. O sistema de refrigeração e as instalações elétricas foram ampliados e instalaram-se balcões e estantes de arquivo. Na UPJ do 2º Grau houve também reforço estrutural.

OUTROS PROJETOS DO PLANO DE OBRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
01	Projetos de construção do novo Fórum De Castanhal	Concluído, aguardando dotação orçamentária
02	Projeto de construção do Fórum da Comarca de Muaná	Em licitação
03	Projeto de construção de novo acesso de veículo ao Prédio Sede	Em licitação
04	Projeto de reforma e ampliação do Fórum de Tailândia	Em desenvolvimento
05	Projeto de construção do novo Fórum de Xinguara	Em desenvolvimento
06	Projeto de construção do novo Fórum de Santo Antônio do Tauá	Em desenvolvimento
07	Projeto de construção do novo Fórum de Marituba	Em desenvolvimento

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

RICARDO LIMA

Reforma da sede do Tribunal de Justiça do Pará eliminou infiltrações e revitalizou o prédio histórico

REFORMA

A Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJPA concluiu a reforma do Edifício Sede do Poder Judiciário, com revitalização, recuperação

das esquadrias de madeira danificadas e impermeabilização para aprimorar a manutenção do edifício.

OUTRAS REFORMAS

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Readequação de ambientes e instalações para implantação de projeto piloto de segurança no fórum de Tomé Açu
02	Reforço estrutural de São Miguel do Guamá
03	Reforço estrutural do prédio da Justiça Militar
04	Adequação da Rede Elétrica do Fórum de Santarém
05	Adequação da Rede Elétrica do Fórum de Itaituba
06	Adequação da Rede Elétrica do Fórum de Barcarena
07	Reforma da Escola Superior de Magistratura para Implantação de Elementos de Acessibilidade
08	Modernização de toda a iluminação do Prédio Sede, com a utilização de lâmpadas Led e a substituição de parte do Sistema de Refrigeração visando a eficiência energética

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EM ANDAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
01	Projeto de reforma do Fórum Cível	Em licitação
02	Projeto de reforma da fachada do Fórum de Castanhal	Em licitação
03	Projeto de reforma da Casa Amarela II	Em desenvolvimento
04	Projeto de recuperação do ed. Paulo Frota	Em desenvolvimento

Foram concluídos os ensaios, diagnósticos estruturais e estão sendo realizadas as tratativas junto a empresa responsável.

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Índice garante prioridade a obras de reforma

Para estabelecer uma ordem de prioridade às intervenções da SEA, as unidades judiciárias são avaliadas quanto à infraestrutura física e adequação à prestação jurisdicional. O objetivo é ampliar o conhecimento dessas edificações, identificar as carências e planejar ações. São avaliadas patologias na edificação, acabamentos, localização, cobertura, funcionalidade, ergonomia, circulações e acessibilidade, além das instalações elétricas, de telecomunicações, climatização, hidrossanitárias e de segurança. É avaliado também se a unidade se adequa às políticas estratégicas do TJPA e se é preciso ampliar a infraestrutura judiciária. Neste biênio houve visitas a 104 unidades judiciárias para levantar dados, o que possibilitou de imediato

um melhor atendimento, planejamento e alinhamento das ações da secretaria.

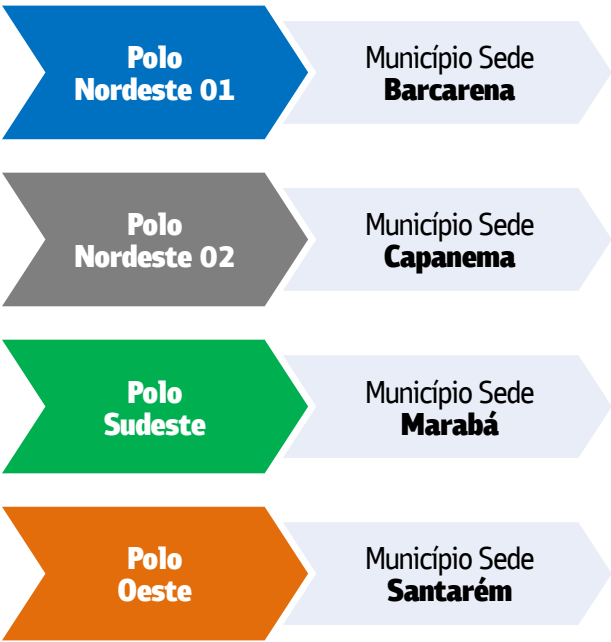
Os critérios relativos à infraestrutura física foram utilizados para definir a prioridade na manutenção predial corretiva e para elaborar um Plano de Manutenção, com base no diagnóstico das edificações.

INTERIOR

O IPO assegurou prioridade à melhoria nas edificações no interior, sobretudo nas instalações elétricas, impermeabilização e manutenção de coberturas. Para melhor gerenciar as demandas, o Pará foi dividido em polos de atuação, conforme figura a seguir:



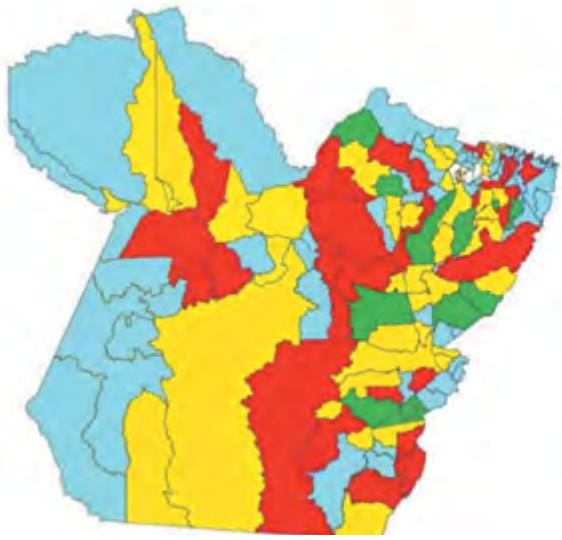
FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



Os resultados dessas intervenções podem ser observados graficamente no mapeamento a seguir. Ressalte-se que as necessidades são

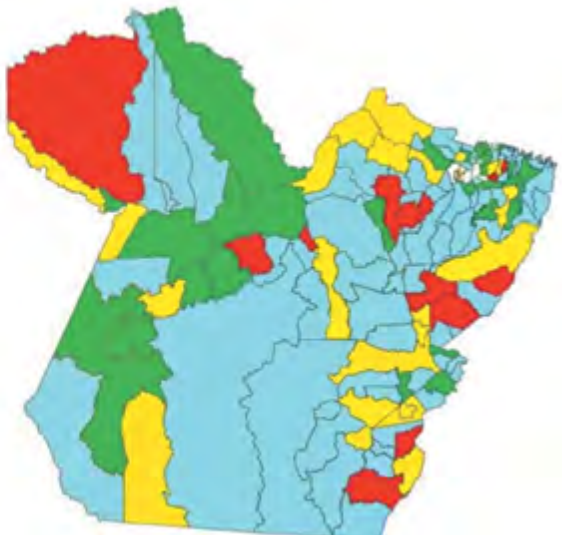
dinâmicas e a identificação das prioridades auxilia o planejamento das ações.

Mapeamento das intervenções; antes e depois (Fonte: Relatório SEA – atualização Set/2018)



ANTES DAS INTERVENÇÕES

Referência: jul/2017



DEPOIS DAS INTERVENÇÕES

Referência: set/2018

Prioridade alta **Prioridade média** **Prioridade baixa** **Prioridade nula**

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

REGIÃO METROPOLITANA

As edificações da Região Metropolitana são atendidas por meio de Ata de Registro de Preços. Belém recebeu a maior parte dos serviços, em virtude da grande quantidade de prédios na capital.

SGP

A Secretaria de Gestão de Pessoas será instalada na Cidade Velha, próximo aos Fóruns Cível e Criminal da Capital, no prédio do antigo Almo-xarifado Central.

A edificação receberá o almoxarifado seto-rial e a Secretaria de Gestão de Pessoas. A total de projeto é de de 1,9 mil m², garantin-do acesso independente a cada uma das unidades.

O projeto atenderá ao maior número de cri-térios de sustentabilidade ambiental possível e será o piloto para estudo e imple-mentação desses critérios em projetos futuros.



O prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, na Cidade Velha, é um projeto piloto de sustentabilidade ambiental

Tecnologia

DATACENTER

Judiciário do Pará dá salto qualitativo em
segurança de informação e comunicação **156**



DATACENTER

Judiciário do Pará dá salto qualitativo em segurança de informação e comunicação

Serviços mais rápidos e confiáveis ao cidadão são o resultado desse investimento tecnológico



Tribunal de Justiça do Pará inaugurou um novo Datacenter para custodiar as instalações físicas de tecnologia e monitorar serviços e equipamentos de processamento e armazenamento de informações do Judiciário paraense.

O Datacenter é um salto qualitativo e quantitativo em segurança da informação, ao assegurar serviços de TIC mais confiáveis e rápidos.

Formado por dois blocos, o complexo foi construído a partir das melhores práticas de mercado, exclusivamente para abrigar o Datacenter.

O bloco A garante energia elétrica contínua a todo o conjunto, abrigando modernos quadros, geradores e nobreaks, dualizados para a redundância, confiabilidade e alta disponibilidade dos serviços de TIC.

No caso de falta de energia, sua capacidade assegura funcionamento ininterrupto por três dias, suportados por tanques com capacidade total de 3,7 mil litros de Diesel.

O bloco B é destinado às instalações de Tecnologia da Informação e Comunicação, composto por sala de monitoramento e operação, dotada de

**EM CASO
DE FALTA
DE ENERGIA,
CAPACIDADE DE
ARMAZENAMENTO
GARANTE
FUNCIONAMENTO
ININTERRUPTO
DURANTE
TRÊS DIAS**

sistema integrado de painéis para visualização do status de serviço dos links de comunicação, aplicações corporativas, câmeras de CFTV, sensores e alarmes de incêndio, quadros elétricos, geradores, UPS e refrigeração de precisão.



FOTOS: RICARDO LIMA

Os dois blocos do novo Datacenter do TJPA, construído a partir das melhores práticas de sustentabilidade

O Datacenter só utiliza 30% da capacidade instalada de energia, o que permite o uso por dez anos, sem necessidade de expansão





QUARENTENA

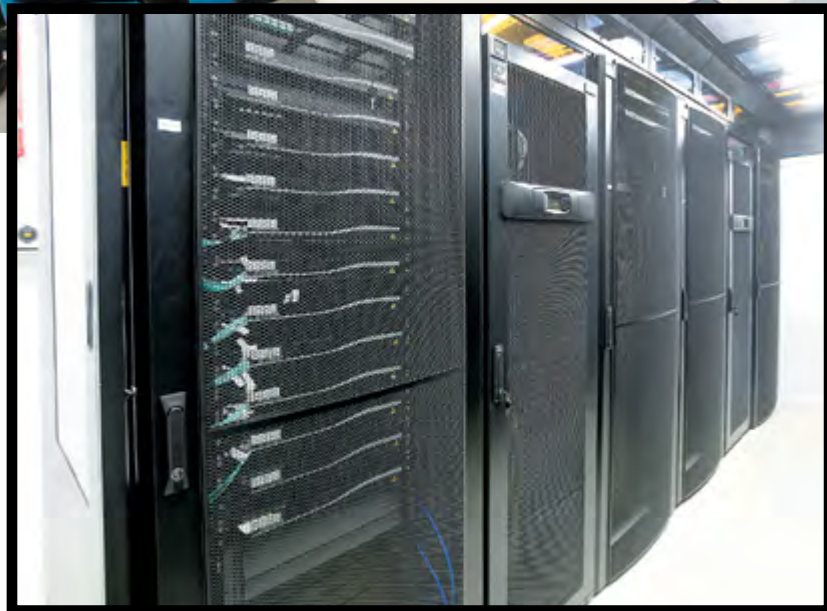
O complexo é formado por sala de quarentena, destinada à configuração, instalação e testes de equipamentos antes da instalação no ambiente da sala segura; área técnica, que abriga quadros e equipamentos de combate automático a incêndios; sala segura, que é um ambiente estanque, resistente a chamas e arrombamento, dotado de refrigeração de precisão do tipo in-row, de corredor frio e racks que concentram o cabeamento estruturado, os dispositivos de armazenamento de informações e os equipamentos servidores; e sala de entrada de serviços de telecomunicação, de interconexão dos links de dados e telefonia.

Construído em um terreno com de 1,5 mil m², possui 354m² de área construída e 474m² de área urbanizada.

Foi projetado para concentrar servidores, equipamentos de processamento e armazenamento de dados e sistemas de ativos de rede, cuja infraestrutura de cabeamento lógico é totalmente dualizado e redundante, propiciando confiabilidade e alta disponibilidade dos serviços de TIC.

O datacenter tem links de comunicação em fibra ópticas subterrâneas e dupla abordagem, que permite a entrada por diferentes caminhos, o que diminui consideravelmente o risco de indisponibilidade em caso de rompimento de fibras.

FOTOS: RICARDO LIMA



O novo Datacenter tem um sistema de monitoramento para garantir a segurança de todo o processo de informação e comunicação e dos servidores que atendem às unidades do TJPA

SEGURANÇA

Possui sofisticado sistema de detecção e combate a incêndios, controle biométrico em todos os ambientes dos blocos A e B, monitoramento dos ambientes por CFTV e sistemas eletrônicos integrados.

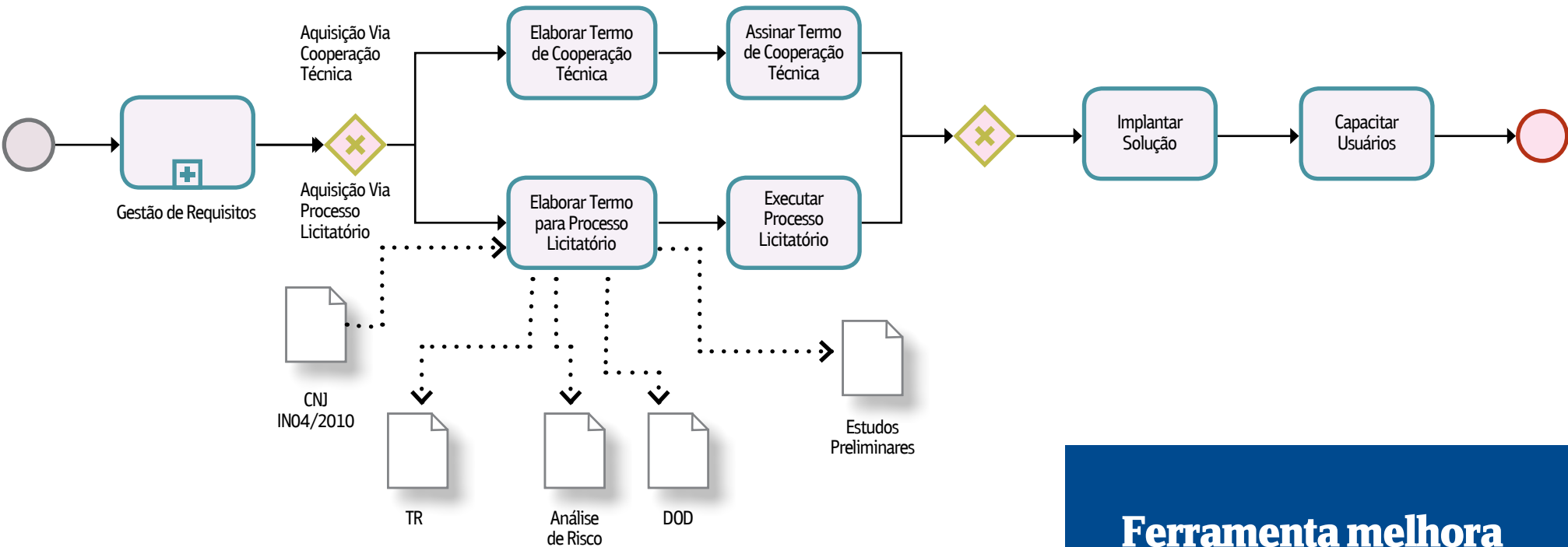
A célula segura é dotada com refrigeração de precisão, que garante eficiência energética no consumo de energia e utiliza só 30% da capacidade total instalada, permitindo seu uso pelo período mínimo de 10 anos, sem necessidade de expansão.

Foi projetado, contudo, com possibilidade de expansão de capacidade total em até 25%, sem necessidade de obras civis.

O projeto e execução da operação de moving dos equipamentos localizados no antigo datacenter foi feito exclusivamente por servidores do TJPA, sem qualquer falha ou intercorrência na operação, promovendo uma economia de aproximadamente R\$ 400 mil ao erário público.

Aos jurisdicionados, esses sistemas informatizados serão disponibilizados com maior garantia de estabilidade e disponibilidade, ou

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES



seja, maior capacidade para o armazenamento de dados e mais agilidade para acessá-los, representando assim celeridade e segurança na tramitação dos processos virtuais.

Ferramenta melhora a fiscalização da gestão de contratos

Gerência de configuração aumenta o controle de ativos

Controle mais efetivo sobre ativos físicos de rede e equipamentos de microinformática que compõem o parque computacional nos prédios do Judiciário do Pará, esse foi o resultado dos esforços das Coordenadorias de Atendimento ao Usuário e Suporte Técnico da Secretaria de Informática para implantar a gerência de configuração e adotar ferramenta de controle.

Antes, a Coordenadoria de Atendimento ao Usuário fez inventário físico de todos os equipamentos do Judiciário estadual, identificando sua localização precisa e seu efetivo uso.

O controle efetivo possibilitou uma visão gerencial do parque computacional e permitiu privilegiar a melhor distribuição dos equipamentos entre as unidades judiciárias e atender ao macroprocesso de serviços previsto na Resolução 211, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

RENOVAÇÃO

O parque computacional foi renovado em aproximadamente 993 equipamentos de tecnologia, entre notebooks, desktops, monitores, impressoras, nobreaks e scanners.

São, ao todo, 37,7 mil equipamentos de microinformática e 1.020 ativos de rede, distribuídos nos prédios do Judiciário paraense.

As renovações do parque computacional compõem a gerência de configuração, fazendo parte do controle do inventário de TIC.

A partir do inventário foi possível identificar e retirar do parque computacional aproximadamente 3,3 mil equipamentos de microinformática para alienação, cuja obsolescência inviabilizava o uso dos sistemas corporativos e atrapalhava a prestação do serviço público, em razão da incompatibilidade ou lentidão.

A Secretaria de Informática desenvolveu o sistema Gestão CA, que permite fiscalização mais efetiva da execução dos contratos que envolvem ordens de serviço com aprovação.

Isso permitiu identificar gargalos nas execuções contratuais, evitou desperdícios com demandas duplicadas, promoveu economia de gastos e produziu instrumentos de aplicação de penalidades, quando necessários, com maior efetividade.

O sistema obedece às diretrizes específicas para aquisição de equipamentos e contratação de serviços de TIC, estabelecidas na Resolução 182, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que descreve os artefatos que devem compor uma contratação na área de TIC. Atende também à Resolução 211, do CNJ, sobre o macroprocesso de governança e gestão de aquisições e contratação de soluções de TIC.

Escritório de projetos profissionaliza a área de tecnologia

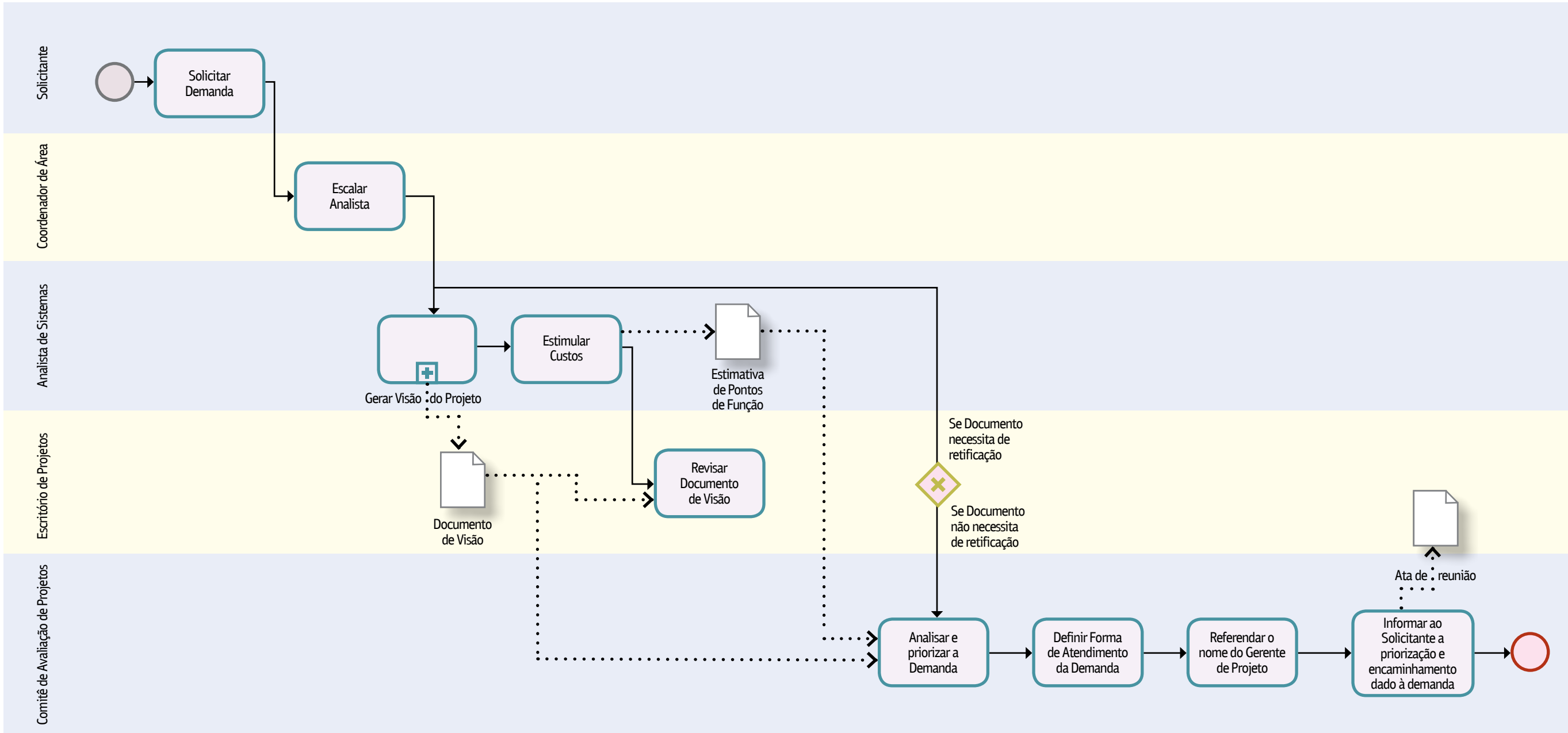
A institucionalização do escritório de projetos surgiu a partir da Resolução 211, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomendou a ação como boa prática de gestão de projetos

no macroprocesso de governança e gestão. A padronização de procedimentos e a adoção de processos de trabalho melhoraram a gestão dos projetos e garantiram a profissionalização

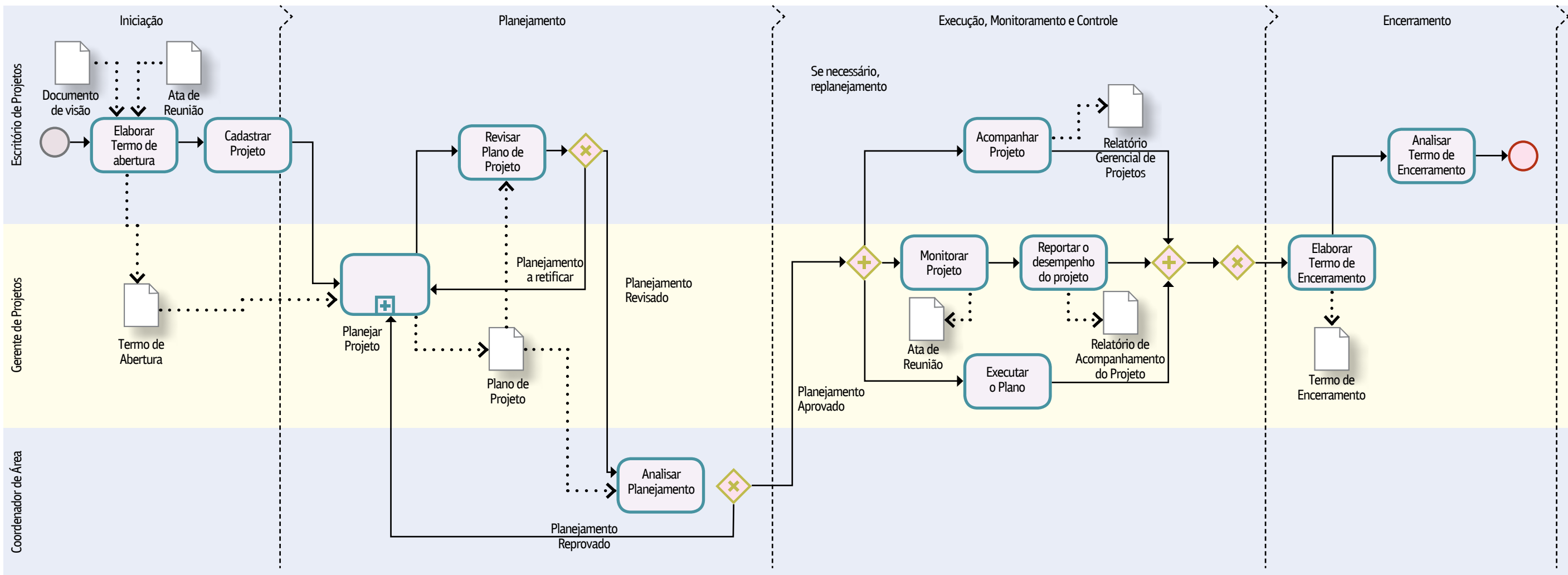
da área de tecnologia, com destaque ao desenvolvimento de aplicações. Todos os projetos de TIC são gerenciados pelo escritório de projetos, cujo portfólio tem 24

projetos em andamento. Seguem os principais desenhos de processos de gestão de projetos de TIC produzidos durante a implantação do escritório de projetos:

PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA



PROCESSO DE GESTÃO DE PROJETOS DE TI



Investimento na rede de fibra óptica é de R\$ 1,7 milhão

Há 60 prédios do Tribunal de Justiça do Pará interligados pela fibra óptica no Estado, dos quais 39 neste biênio. A ação é feita a partir de Termo de Cooperação Técnica 001/2015 com o Governo do Estado.

A interligação à rede de dados de alta velocidade melhora a utilização dos sistemas corporativos disponíveis aos usuários e aumenta a

produtividade de magistrados e servidores, ao assegurar maior disponibilidade, segurança e velocidade na transmissão dos dados.

Anteriormente, os circuitos de comunicação terrestres ou por satélite, com até 4 Mbps, dificultavam o uso dos sistemas corporativos.

A partir da implantação da tecnologia, as

comarcas da Região Metropolitana de Belém tragfegam em 1Gbps e as demais comarcas contam com links de até 20Mbps.

O investimento foi de R\$ 1,7 milhão, dos quais R\$ 800 mil foram realizados no biênio 2017-2019, nas seguintes unidades: Abaetetuba, Ananindeua, Anapu, Almoxarifado Geral,

Arquivo Geral da 16 de Novembro, Arquivo Geral da Bernal do Couto, Arquivo Geral da BR, Barcarena, Benevides, Brasil Novo, Cametá, Castanhal, Centro Integrado de Apoio ao Adolescente (CIAA), Datacenter Principal, Escola Superior da Magistratura, Juizado Especial da 1ª Vara Cível (Jurunas), Juizado Especial da 6ª



1ª Vara de Execução Fiscal migrou o acervo de 70 mil processos físicos para o meio eletrônico, com ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Informática

ÉRIKA NUNES

Vara Cível (Projudi), Juizado Especial de Acidentes de Trânsito, Juizado Especial do Cesupa, Juizado Especial da Cidade Nova 8, Juizado Especial da Fabel, Juizado Especial da Famaz, Juizado Especial do Meio Ambiente, Juizado Especial do

PAAR, Juizado Especial da Unama, Justiça Militar, Itaituba, Marituba, Medicilândia, Mosqueiro, Paragominas, Ponta de Pedras, Pro Paz, Redenção, Santa Izabel do Pará, São Miguel do Guamá, Senador José Porfírio, Tailândia e Tucuruí.

Judiciário amplia o uso de fibra óptica no interior

Um processo licitatório reduziu, de 90 para 24, o número de links ativos para comunicação de dados por satélite. O Poder Judiciário estadual tem 150 links ativos de comunicação de dados, dentre os quais 60 já utilizavam tecnologia de fibra óptica, restando 90 circuitos por satélite.

Para melhorar a rede de comunicação de dados em todas as unidades do Judiciário estadual, a Secretaria de Informática abriu processo licitatório subdividido em dois lotes. O objetivo era

reduzir a rede de satélite.

O Pregão habilitou duas operadoras de telecom, reduzindo os links por satélites de 90 para apenas 24 circuitos, atendendo às expectativas do Plano de Gestão para o biênio 2017-2019. Foi possível também reduzir 66% no valor anual dos contratos, de R\$ 5,09 milhões para R\$ 1,7 milhão em 12 meses. A nova rede está em fase de implantação, com prazo de 90 dias para ser finalizada.

DJe recebe processos de forma automatizada

Para aprimorar a gestão e integração dos Sistemas Judiciais e administrativos do Judiciário, a Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará participou das seguintes ações:

O Diário de Justiça Eletrônico está integrado aos sistemas PJe e LIBRA, o que permite citações, intimações, publicações de despacho e julgamentos a partir da movimentação dos processos nos sistemas judiciais, diariamente, a partir das 15h,

encaminhados ao DJe de forma automatizada.

A pesquisa e indexação do motor de busca do Google, empregados no DJe, integram em uma única busca conteúdos dos dois diários de justiça anteriores, IOEPA e DJe. O resultado retorna até 20 vezes mais rápido que o diário de justiça anterior.

A nova interface é muito mais intuitiva e simples, com recursos visuais modernos para facilitar a consulta ao usuário.

Biênio 2017-2019 registra a maior expansão do PJe

No biênio 2017-2019, o sistema PJe apresentou sua maior expansão, alcançando 79% das unidades judiciais. As 195 unidades judiciais cíveis que usam o sistema alavancaram a quantidade de processos eletrônicos na justiça estadual, atingindo o patamar de aproximadamente 430 mil processos distribuídos.

Em agosto de 2018 se iniciou o projeto piloto do fluxo criminal na Comarca de Igarapé-Açu, para todas as competências, exceto execução penal.

A Comarca já utilizava o PJe para as competências cíveis e em parceria com a Polícia Civil e a Secretaria de Informática, o magistrado titular da comarca homologou o fluxo criminal desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Destacam-se também as integrações com o sistema PJe, dentre as quais o E-carta para envio eletrônico de comunicações pelos Correios; novo Diário de Justiça Eletrônico para publicação de atos judiciais; sistema de arrecadação para

verificação do pagamento das custas judiciais; sistema de PJe Migração Integrado aos sistemas LIBRA e PROJUDI para migração de processos físicos e eletrônicos ao PJe. Já foram migrados no âmbito de 1º e 2º graus aproximadamente 80 mil processos para o sistema PJe.

Foi feita a integração do PJe com os sistemas da Secretaria Municipal de Finanças de Belém (Sefin) e Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa) para permitir a distribuição em lote de processos de execução fiscal, pois a Prefeitura de Belém e o Governo do Estado são grandes demandantes na competência de execução fiscal.

Diversas funcionalidades estão sendo desenvolvidas ou adaptadas à realidade do Judiciário paraense, tais como reclassificação da conclusão em lote; designação automática de audiências com prioridade, criação das centrais de mandados de deprecados, criação de movimento de envio ao MP no 2º grau, informando qual a jurisdição de 1º grau.

Integração do LIBRA ao BNMP 2.0 elimina retrabalho

O Conselho Nacional de Justiça institucionalizou o Banco Nacional de Mandados de Prisões (BNMP 2.0) para cadastrar movimentações de presos provisórios e apenados.

Com apoio do CNJ, a Secretaria de Informática integrou os sistemas LIBRA e BNMP2.0. Agora, a alimentação dos dados por parte das secretarias judiciais se dá apenas no sistema LIBRA, que envia os dados diariamente ao BNMP2.0.

Foram desenvolvidos também no sistema LIBRA o módulo de juntada de Certidão de

Notificação de Prisão, expedida pela Secretaria de Segurança Pública; vinculação de mandado a uma audiência futura, com a definição de prazo para cumprimento do mandado; desenvolvimento de *webservices* para integração com outros órgãos; implementação de funcionalidade para subsidiar os corretores na avaliação de unidades judiciárias; atualização do módulo no sistema LIBRA para o gerenciamento das demandas repetitivas, além de melhorias em diversos relatórios disponibilizados no sistema.

Sistema eletrônico de execução penal foi implantado em 15 Comarcas

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado foi institucionalizado pela Resolução 223/2016 do CNJ e implantado em 15 Comarcas. O foco de implantação do sistema são as varas de execução penal em que há unidade prisional.

CONSYLIUM

Projeto unifica as quatro consultas processuais existentes - LIBRA, PJe 1º Grau, PJe 2º Grau e PROJUDI, permitindo pesquisa transparente e evitando que o usuário seja obrigado a saber em qual sistema o processo tramita.

Selo digital reduz tempo de consulta e custos com geração

O projeto Selo Digital envolve soluções tecnológicas para dar suporte à comercialização e autenticação dos atos cartoriais. Ele identifica e reconhece o titular e sua correspondente validade jurídica por meio digital. Trata-se da evolução e aperfeiçoamento do atual selo autoadesivo (físico), pois reduz o tempo de consulta de autenticidade do documento e os custos com geração e entrega do selo. A solicitação pode ser feita a qualquer tempo e isso acaba com problemas de armazenagem e deterioração. Elimina também o risco de furtos e extravios, pois aprimora a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais.



E-CARTA

A integração do sistema E-carta dos Correios com o PJe possibilita o envio direto de documentos e comunicações aos Correios de forma eletrônica, aumentando a celeridade na entrega de cartas ao destinatário final.



CERTIDÕES JUDICIAIS

Várias melhorias foram realizadas no módulo de emissão de certidões negativas sem trânsito em julgado, tais como inserção de medidas socioeducativas aplicadas na certidão de menor infrator, consulta aos dados da Polícia Civil, retornando os números de procedimentos e foto do indiciado, emissão de Certidão para Advogados, abrangendo os processos criminais, entre outros.



ARRECADAÇÃO

O módulo de registro de boletos atende às exigências da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) para registro nacional de boletos que permita o pagamento em qualquer banco. Além de melhorias como atualização da tabela de custas e repasse retroativo.



PRECATÓRIOS (SIPREC)

O sistema emite Boletos Registrados de Guias de Requisição de Pequeno Valor (RPV), gerencia subcontas para depósitos mensais de precatórios dos municípios, para uso no módulo on-line de Regime Especial Mensal, cadastra pedido de saque/alvará de Precatórios dos Municípios - contempla os diversos tipos de alvarás: Principal (beneficiário), Descontos/Retenção: Previdência, Imposto de Renda, Outros e Custas, este último já integrado ao sistema de Arrecadação Judicial, gerando as custas correspondentes, e quitando-se no dia seguinte quando o alvará de custa é liquidado na Instituição Bancária, além de relatórios de precatórios pagos (planilha eletrônica), desenvolvido a partir de um acordo de cooperação com a Receita Federal



DEPÓSITOS JUDICIAIS

Desenvolvimento de novos relatórios, como o sintético de subcontas e saldos repassados aos tesouros Estadual e Municipal, sintético de créditos e débitos por Vara, cancelamento automático de pedidos de saque (alvarás) não liberados para pagamento em até 60 dias (para atender à Portaria 2082/2018-GP), emissão de boletos registrados de acordo com a nova recomendação da Febrabran.



PLENÁRIO VIRTUAL

Sistema desenvolvido para propiciar sessões virtuais no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará. Abrange apenas as classes processuais que não admitem sustentação oral por parte de advogados e que tratem de matéria sem discussão.

O Plenário Virtual será integrado ao sistema LIBRA, que permitirá o julgamento de autos físicos, sem que haja reunião entre os membros da sessão na qual o processo tramita.

Cada sessão terá duração determinada, durante a qual os desembargadores poderão, dentro do período de abertura, julgar as ações pautadas.



PORTARIA

Sistema desenvolvido para o controle de entrada de visitantes nos prédios do Poder Judiciário paraense, cujo projeto piloto está sendo executado no prédio da vara de Tomé-Açu. O sistema visa ao controle efetivo de visitantes, identificando os locais de acesso e o período de permanência nas dependências do Judiciário.



PONTO BIOMÉTRICO

Foi incorporado ao módulo de registro de ponto on-line a leitura biométrica da digital dos servidores. Foram adquiridos 20 leitores biométricos para o projeto piloto, que abrangeu todos os prédios das secretarias de Informática e Engenharia, Gabinete de dois Desembargadores, Comarcas de Castanhal e Vigia. A tecnologia se mostrou estável e evita a fraude no registro de frequência.



ASSENTAMENTO DIGITAL

Foi desenvolvida ferramenta que cria pastas funcionais a todos os servidores do Judiciário estadual, posteriormente migradas ao sistema de Gestão de Pessoas.

A pasta funcional virtual permitirá o arquivamento definitivo de documentos funcionais, garantindo eficiência ao trabalho da SGP, pois eliminará o tempo de busca das documentações em papel nos arquivos provisórios do setor, passando a constar toda documentação nos sistemas eletrônicos. Atende ao Plano de Gestão da Presidência, sob a coordenação da Gestão de Pessoas.



PESSOAL

Sistema contempla todas as informações funcionais de servidores e magistrados e permite uma consulta centralizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pelos gestores das unidades administrativas e judiciais.

Os gestores de unidades passaram a ter uma visão geral de todos os que estão lotados no setor, melhorando a gestão de aprovação de férias ou licenças e o controle mais efetivo da frequência de cada servidor.



Investimento em equipamentos garante a segurança da informação no âmbito do Judiciário

RICARDO LIMA

Judiciário investe em equipamentos e capacitação

Para fortalecer a segurança da informação, a Secretaria de Informática do TJPA adquiriu equipamentos, capacitou servidores e magistrados, implantou nova solução em backups, atualizou a versão de seus ambientes de virtualização e substituiu a ferramenta de análise e detecção de invasões.

Foram adquiridos equipamentos de segurança da informação para manter uma plataforma única e integrada da nova geração de firewall, com capacidade de obter a flexibilidade e garantias de detecção e prevenção contra ciberameaças conhecidas e não conhecidas, filtro de acesso à internet, identificação de aplicação e acesso à rede virtual privada (VPN). Esta ação está vinculada ao macroprocesso de TIC institucionalizado pela Resolução 211 de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

CAPACITAÇÃO

Foram ministrados cursos de Segurança da

Informação na Escola Superior de Magistratura aos servidores e magistrados, com foco nas boas práticas para o ambiente de trabalho no TJPA. A capacitação orientou usuários internos sobre recursos de tecnologia disponíveis, ressaltando a importância da informação e dos cuidados para mitigar riscos de invasões, fraudes, furtos e incidentes com recursos tecnológicos do TJPA.

BACKUP

Foi implantada nova solução para cópia de segurança (*backup*) a partir do novo equipamento de armazenamento de dados em massa (*storage*).

ATUALIZAÇÃO

A Secretaria de Informática está em constante atualização das versões de seus ambientes de virtualização, servidores de aplicação, ambientes de processamento e armazenamento de dados.

Essa estratégia previne ataques cibernéticos e de massa que provoquem indisponibilidade dos serviços ou furto de dados, tanto de usuários quanto dos sistemas corporativos.

Essa conduta é primordial para manter a integridade dos ambientes informatizados, que inclui a substituição de equipamentos de proteção defasados e substituição de soluções de análise e detecção de invasões por outras mais confiáveis.

ANTIVÍRUS

Em parceria com a Microsoft, a Secretaria de Informática implanta solução de antivírus para detectar invasões de forma mais efetiva e confiável, garantir a integridade dos serviços e tecnologia e mitigar a proliferação de vírus nos ambientes de rede do Judiciário paraense. A adoção da solução promoverá economia de R\$ 586 mil, em razão da substituição da atual solução de antivírus contratada.

Tecnologia Itinerante deu suporte a 49 comarcas

O projeto Tecnologia de Informação Itinerante surgiu na gestão anterior e teve grande atuação na atual gestão, quando visitou 49 comarcas. A equipe multidisciplinar da Secretaria de Informática era composta por servidores e técnicos da empresa contratada para a revisão da infraestrutura de rede interna e de comunicação de dados, revisão, atualização e adequação dos computadores à política de segurança da informação, substituição de equipamentos obsoletos e treinamentos para uso dos serviços de TIC disponíveis aos usuários.

É importante destacar os resultados positivos para as iniciativas estratégicas de fortalecimento da governança na área de TIC, aprimoramento da segurança da informação, gestão de sistemas de informação e modernização da infraestrutura de TIC.

O projeto incide diretamente sobre o gerenciamento de configuração, atualização dos ambientes tecnológicos dos usuários para garantir a segurança da informação, capacitação no uso adequado dos recursos de tecnologia e sistemas corporativos e melhoria da infraestrutura da unidade judiciária. Toda a infraestrutura de rede é revisada, com substituição ou lançamento de novos cabos, reconfiguração de ativos e equipamentos de microinformática. A equipe multidisciplinar da TI Itinerante visitou todas as Comarcas da Região Metropolitana de Belém e do Interior, fechando o biênio de 2017-2019 com a reestruturação da Comarca de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, que desde a sua instalação não havia recebido visita da área de tecnologia, conforme relato do diretor de secretaria.

Protocolo digital reduz custos e melhora eficiência

O sistema Protocolo Judicial Digital Integrado ao LIBRA aumentou o número de protocolizações no Serviço de Protocolo Judicial durante o exercício de 2017, por ser mais ágil, seguro e eficiente. A relação custo-benefício aos jurisdicionados melhorou com a substituição

da tramitação de petições em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional. O sistema para a transmissão de petições digitalmente foi institucionalizado pela Portaria Conjunta nº 02/2014-GP.

Filtros ajudam a definir políticas da Justiça de Infância e Juventude

O desenvolvimento de filtros específicos para a coleta de dados relativos à infância e juventude dos sistemas informatizados do TJPA é uma das ações da CEIJ, em parceria com a Secretaria de Informática, para padronizar medidas que assegurem celeridade e efetividade de procedimentos relacionados à infância e juventude, uma das ações do Plano de Gestão do biênio 2017-2019. A ferramenta Business Intelligence (BI) já definiu filtros para extrair dados re-

lacionados à adoção em todo o Pará.

Esses filtros são fundamentais para que se saiba, por exemplo, a quantidade de processos de adoção em tramitação no Estado ou a quantidade de processos sobre prática de ato infracional. Tais informações são úteis para ratificar ou alterar políticas da Justiça da Infância e Juventude, como a fixação de novas competências de varas ou alteração de procedimentos na área.

ÉRIKA NUNES

Filtros nos sistemas de busca on line garantem informações sobre os processos de adoção



Integração com o CNJ acelera juízo amplo de admissibilidade

A integração do sistema de acompanhamento processual do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) ao Webservice do Conselho Nacional de Justiça foi uma das metas do plano de gestão alcançadas no biênio 2017-2019. O objetivo foi padronizar os procedimentos relacionados ao juízo amplo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais. Para isso, a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais do Tribunal de Justiça do Pará atuou com a Secretaria de Informática para atualizar o módulo no sistema LIBRA e controlar por meio de recursos da informática as demandas repetitivas, possibilitando também ao juízo do 1º grau gerenciar essas demandas.

Na mesma perspectiva há também o painel virtual, no sítio eletrônico oficial, que acompanha, gerencia e dá ampla divulgação ao Incidente de Demandas Repetitivas (IRDR) no âmbito do Judiciário paraense.

Os sistemas de acompanhamento processual do TJPA foram integrados, em sua plenitude, ao webservice do CNJ, permitindo assim o intercâmbio de informações, em tempo real, pertinentes aos precedentes judiciais.



O Des. Presidente do TJPA, Ricardo Ferreira Nunes, assina com a presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, acordo de cooperação para a gestão de precedentes

DIVULGAÇÃO

Institucional

CONEXÃO

Comunicação faz a ponte
entre Judiciário e sociedade **178**

INFÂNCIA

CEIJ investe em formação para garantir
direitos às crianças e aos adolescentes **184**

MULHERES

Capacitação qualifica o combate
à violência doméstica e familiar **190**

EGRESSOS

Programa garante oportunidade
para quem quer começar de novo **194**

PROTEÇÃO

Tomé-Açu recebe projeto
piloto de segurança institucional **198**

FALE CONOSCO

Ouvidoria dá voz ao cidadão
no âmbito do Poder Judiciário **202**

DESCARTE CONSCIENTE

Escola do Tenoné participa
de ação socioambiental do TJPA **204**

CURSOS

Escola da Magistratura capacitou
3,8 mil alunos no biênio 2017-2019 **210**

GESTÃO DOCUMENTAL

Judiciário dá solução a 70%
dos processos arquivados no Pará **218**

PRESIDÊNCIA

Gabinete geriu 3,5 mil
documentos no biênio **222**



RELATÓRIO DE
Gestão
BIÊNIO 2017-2019

CONEXÃO

Comunicação faz a ponte entre Judiciário e sociedade

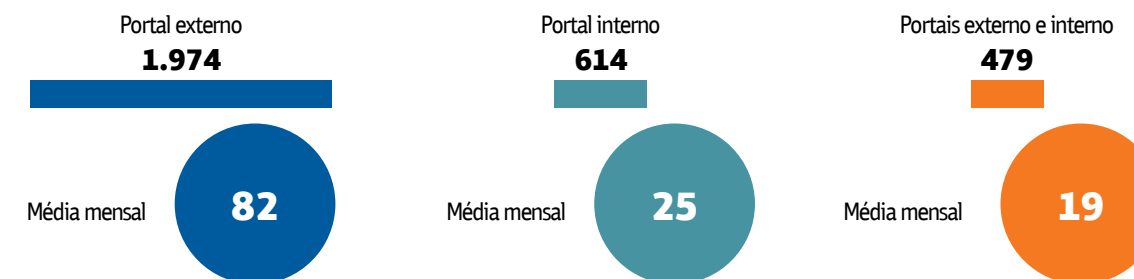
Notícias, intercâmbio
de informações e imagem institucional
são as áreas de atuação

Unidade vinculada ao Departamento de Comunicação, a Coordenadoria de Imprensa atua na comunicação organizacional do TJPA, monitorando a divulgação e a veiculação de notícias sobre o Poder Judiciário. Promove também o intercâmbio de informações entre a comunidade jurídica e a sociedade. A gestão da informação jornalística tem o objetivo de construir, manter e aprimorar a imagem institucional pelos meios de comunicação adequados.

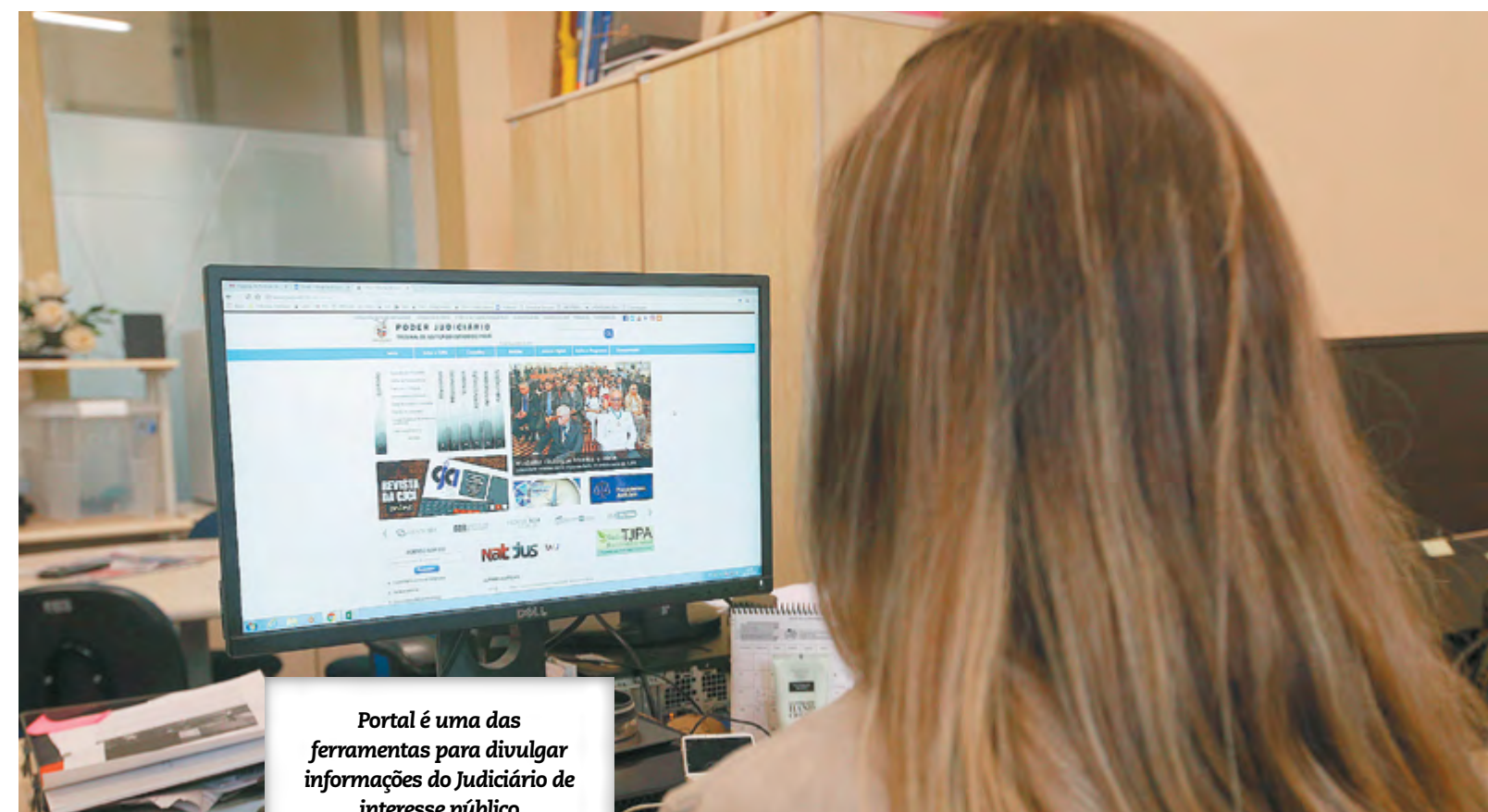
A Coordenadoria de Imprensa faz assessoria de imprensa, cuida do relacionamento com a mídia e da gestão da comunicação interna e externa, por meio de ferramentas, como portais interno e externo TJPA, boletim informativo (newsletter), mídia indoor, mídias sociais, Web Rádio Jus, jornais, rádios e televisões locais e nacionais, além de portais de notícias.

A GESTÃO DA
INFORMAÇÃO
JORNALÍSTICA
TEM O OBJETIVO
DE CONSTRUIR,
MANTER E
APRIMORAR
A IMAGEM
INSTITUCIONAL
PELOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO
ADEQUADOS

PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS DURANTE O BIÊNIO



FONTE: SECRETARIA DE IMPRENSA



RICARDO LIMA

JORNAIS, RÁDIOS, TELEVISÕES E PORTAIS DE NOTÍCIAS



FONTE: SECRETARIA DE IMPRENSA



RICARDO LIMA

Conteúdo jornalístico da Web Rádio teve 348,4 mil aproveitamentos em rádios comerciais, comunitárias e educativas

WEB RÁDIO JUS

Reportagens e notas produzidas

2.400

Média mensal

100

Acessos e aproveitamentos por outras rádios comerciais, comunitárias e educativas

348.473

MÍDIAS SOCIAIS

FACEBOOK

Seguidores **12.964**

Seguidoras Seguidores

Postagens **769**

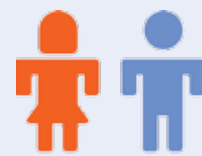


Curtidas, comentários e reações **155 mil**

Crescimento de seguidores no biênio



29,52%



60% 40%

Faixa etária **25 a 34 anos**



Alcance de pessoas **172 mil**

INSTAGRAM

Seguidores

5.746

Seguidoras

60%

Seguidores

40%

Faixa etária

25 a 34 anos



60% 40%

Curtidas, comentários e reações

25.153



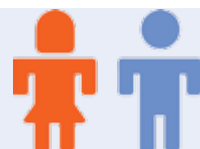
Curtidas nos posts

22.882

TWITTER

Seguidores **916**

Seguidoras **35%**



Seguidores **65%**

Visualizações dos tweets **156 mil**

FONTE: SECRETARIA DE IMPRENSA

MÍDIA INDOOR

Total de vídeos produzidos

192

JUSTIÇA Informa

83

Agenda de CURSOS

52

Abra a MENTE

7

ACESSE já

4

Além dos AUTOS

5

É bom LEMBRAR

7

JUDICIÁRIO em números

1

Justiça CIDADÃ

4

Vivendo a HISTÓRIA

6

Liga da JUSTIÇA

3

RECICLE seus hábitos

3

SAÚDE em dia

3

SE ligue

11

Especiais

3

FONTE: SECRETARIA DE IMPRENSA



A mídia in door produziu 192 vídeos sobre temas relacionados aos serviços do Judiciário



O Cerimonial é responsável por organizar e realizar os eventos institucionais do Judiciário

RICARDO LIMA

CERIMONIAL

A Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará é responsável por eventos institucionais do Poder Judiciário, emissão de telegramas e e-mails a magistrados, servidores e congratulações a autoridades, emissão de convites para eventos e produções gráficas.

No biênio 2017-2019, além da recepção de autoridades nacionais e internacionais em visita ao Judiciário, houve a organização de eventos institucionais, produção de materiais gráficos desses eventos e para divulgação do TJPA. Como destaques, as cerimônias de Outorga do Mérito Judiciário do Pará, a maior comenda concedida a personalidades e instituições pelo TJPA. As cerimônias ocorrem nos meses de agosto e dezembro, alusivas ao dia da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, em 11 de agosto, e ao Dia da Justiça, 8 de dezembro.

Também houve a inauguração de Fóruns e instalação de Varas em vários municípios do Estado. Outro destaque foram as várias cerimônias de posse de novos servidores do TJPA.

O cerimonial também garantiu o suporte institucional do TJPA a eventos de caráter nacional, como o 77º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), e o II Fórum Nacional de Execução Penal (FONAVEP), realizados em Belém, em março e em agosto de 2018, respectivamente.

CEIJ investe em formação para garantir direitos às crianças e aos adolescentes

Conscientização e capacitação são os dois eixos que reforçam o sistema de proteção



Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará (CEIJ) promoveu cinco cursos para fortalecer ações de divulgação, conscientização e capacitação voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme o estabelecido no Plano de Gestão para o biênio 2017-2019.

A DISTÂNCIA

Pela plataforma de ensino a distância, a CEIJ promoveu a formação de 92 pessoas para equipes multidisciplinares que atuam no curso de pretendentes à adoção, com carga horária de 60 horas. Realizado de 16 de outubro a 15 de dezembro de 2017, o curso envolveu sessenta pessoas. Em 2018, a capacitação teve a presença de mais 32 pessoas.

A iniciativa teve a parceria da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Participaram integrantes de equipes interprofissionais, vinculados às varas da Infância e da Juventude do TJPA, área protetiva e de

CEIJ PROMOVEU CINCO CURSOS VOLTADOS À GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, bem como outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos.



Cursos para pretendentes ao apadrinhamento e à adoção fazem parte da rotina de trabalho da CEIJ

RICARDO LIMA

O curso debateu pontos fundamentais que permeiam a formação básica dos postulantes a pais e mães por adoção, entre os quais o exercício da maternidade e da paternidade responsável, motivações e expectativas em relação à adoção, representações sociais de família, questões legais etc.

APADRINHAMENTO

Vinte e quatro pessoas concluíram, em 2017, o curso básico de formação para pretendentes ao apadrinhamento afetivo. Também promovida em parceria com a SGP, a formação foi

feita na modalidade semipresencial e teve carga horária de 40 horas. Voltado a interessados em se tornar madrinhas e padrinhos de crianças e adolescentes acolhidos, o curso é uma das ações do Programa Conta Comigo, institucionalizado pela Presidência do TJPA.

A distância ou em oficinas presenciais, os participantes foram estimulados a refletir sobre o papel da madrinha e do padrinho na vida de crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento. Os cursos foram realizados entre 18 de fevereiro e 1º de abril; e de 12 de agosto a 30 de setembro.



DIVULGAÇÃO

Conta Comigo fez treze apadrinhamentos em 2017

Treze apadrinhamentos afetivos foram celebrados pelo programa Conta Comigo, em 21 de outubro de 2017, em um evento com 38 pessoas, na Universidade da Amazônia (Unama). Participaram crianças e adolescentes acolhidos, profissionais dos serviços de acolhimento e do TJPA, estudantes e professores da Unama, dentre outros. O evento formalizou o apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes, após as fases de capacitação e de aproximação entre acolhidos e pretendentes.

DIÁLOGO

Houve 14 rodas de conversa e reuniões com parceiros do Conta Comigo, para planejar e fortalecer atividades, com a participação de sete profissionais, em média, integrantes de equipes interprofissionais das instituições envolvidas.

Foram promovidas mais 19 rodas de diálogos com padrinhos e madrinhas afetivas de crianças e adolescentes acolhidos e atendidos pelo Conta Comigo. O objetivo foi dar apoio, orientar, trocar experiências e fortalecer os vínculos afetivos com afilhados e afilhadas.

A ação contou com a parceria dos serviços de acolhimento de Ananindeua, Belém e Marituba e teve apoio da Unama e das Varas de Infância e Juventude ligadas ao programa.

ÍNDICE

DEPOIMENTO ESPECIAL

Quarenta servidores concluíram, em 2018, o Curso Básico em Técnicas de Entrevista Investigativa, com o objetivo de dar formação inicial sobre técnicas para minimizar o sofrimento durante o depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências. O foco é preparar o entrevistador que atua nas salas de depoimento especial, atendendo à Lei nº 13.431/2017. Houve quatro turmas com 10 participantes em cada.

CÍRCULOS DE PAZ

Em junho de 2018, setenta pessoas, dentre magistrados, servidores e outros membros do sistema de garantia de direitos, participaram do curso de formação de facilitadores em Círculos de Construção de Paz, com Kay Pranis, referência internacional na matéria. O curso destacou a importância do envolvimento da comunidade e de se trabalhar a causa subjacente ao crime, além de dialogar, de forma aprofundada, com os cursistas, sobre os valores, parâmetros e formas de atuações possibilitadas pela Justiça Restaurativa.

ADOÇÃO

Nos dias 21 e 22 de agosto de 2018, no Conselho da Justiça Federal, em Brasília, houve o curso de formação sobre o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes e o curso básico para multiplicadores, com carga horária de 16 horas. Foram verificadas, na prática, as ferramentas tecnológicas inovadoras e debatidas as questões que permearam a concepção do novo sistema, em fase de ampliação para todo o Brasil.

ÍNDICE

PREPARAÇÃO

Cerca de 60 crianças e adolescentes vinculadas ao Conta Comigo participaram de quatro oficinas, em 2017, promovidas pela Unama, com o apoio da CEIJ. O objetivo foi prepará-los ao apadrinhamento afetivo.

Atividades lúdicas estimularam crianças e adolescentes a compreenderem questões específicas sobre o apadrinhamento afetivo. Elas também foram orientadas a gerenciar a ansiedade no período de espera pela construção do vínculo afetivo como afilhado.

Cada turma teve quatro oficinas, com carga horária de 4 horas, totalizando 16 horas por turma.

Participaram dessas oficinas em média 15 crianças e adolescentes acolhidos, nos períodos de fevereiro a abril, e agosto a setembro de 2017.

Grupo de Arte e Cultura Talentos da Fasepa apresenta músicas de Waldemar Henrique em seminário de socioeducação



RICARDO LIMA

Seminários debatem entrega voluntária, trabalho em rede e direito à convivência

Cerca de 200 pessoas, dentre as quais magistrados do TJPA, integrantes do Ministério Público do Pará, da Defensoria Pública, dos Conselhos Tutelares, além de profissionais das áreas da saúde e de assistência social, participaram do seminário “A entrega voluntária de crianças para adoção e o trabalho em rede”,

em 24 de março de 2017, no auditório Desembargador Agnano Monteiro Lopes, no Fórum Cível da Capital.

Aspectos jurídicos, motivações e sentimentos que envolvem a entrega voluntária de crianças para adoção por suas mães e famílias biológicas foram os principais temas tratados.

CONVIVÊNCIA

Mais 150 magistrados, servidores, representantes do sistema de garantia de direitos e estudantes universitários participaram, em 3 de outubro de 2017, do Seminário sobre “O direito à convivência familiar de crianças e adolescentes: construindo vínculos socioafetivos”, promovido em parceria entre a CEIJ e o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

O evento foi alusivo ao Dia das Crianças, em 12 de outubro, e tratou de aspectos jurídicos da adoção, filiação socioafetiva, novos vínculos familiares e o apadrinhamento de crianças e de adolescentes institucionalmente acolhidos.

ENTREGA

Em 2018 houve dois seminários: o primeiro em Icoaraci, em 16 de março, com a participação de 125 pessoas; e o segundo em 24 de maio, quando foi lançado oficialmente o Programa de Entrega Voluntária, com a participação de 99 pessoas.

Dentre os temas discutidos nos seminários, destacaram-se: apresentação do Programa de Entrega Voluntária – aspectos processuais e o fluxo básico de atendimento; a importância do trabalho em rede para a efetivação dos direitos das crianças e das mulheres, além do esclarecimento de dúvidas e questionamentos sobre o programa.

MULHERES

Capacitação qualifica o combate à violência doméstica e familiar

Formação envolveu policiais militares, servidores públicos e magistrados



Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Pará (Cevid) investiu firme, durante o biênio 2017-2019, em formação e capacitação para cumprir a ação do plano de gestão que determina esforço concentrado para o julgamento de processos de violência contra a mulher.

A capacitação de policiais militares envolveu contingentes da capital e do interior, num total de 68 efetivos, 40 dos quais em Belém, no dia 8 de março de 2017, no Batalhão de Polícia Ambiental, e 28 em Marabá, em outubro de 2017, quando 11 guardas municipais que atuam diretamente no atendimento às vítimas de violência doméstica naquele município também receberam treinamento.

Durante a 8ª etapa do programa Justiça pela Paz em Casa houve também a requalificação dos policiais militares da Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (Ciepas), sobre o tema Violência de Gênero e a Lei Maria da Penha. Foram usadas técnicas dos círculos de construção de paz no acolhimento



EM MARÇO DE 2018, A CEVID CAPACITOU 70 PROFESSORES E DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE CICLO E FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



desses policiais militares, para estimulá-los à reflexão sobre como contribuir para erradicar todo tipo de violência na sociedade.

A capacitação para a instalação da justiça



A capacitação de policiais militares que atuam na linha de frente do combate à violência contra a mulher foi uma das prioridades

ÉRIKA NUNES

restaurativa e o uso das técnicas dos círculos de construção da paz teve dois momentos em 2017: em 7 de agosto, para servidores das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; e em outubro, quando a Cevid capacitou bombeiros, policiais militares, policiais civis e servidores das secretarias municipais de Saúde e de Educação de Redenção, Cumaru e Pau D'Arco, no sudeste do Pará, além de colaboradores de hospitais locais e de profissionais que atuam no ramo da assistência social nesses municípios.

GÊNERO

A violência doméstica de gênero foi tema de capacitação, curso e workshop promovidos em 2018. No dia 5 de março, a Cevid capacitou aproximadamente 70 professores e diretores de escolas públicas estaduais sobre o ciclo e as

formas de violência doméstica.

Nos dias 24 e 25 de maio foram abordados os temas “Os direitos das crianças e adolescentes e a questão da liberdade de gênero”, durante o Módulo Nacional do Curso de Formação Inicial de novos juízes do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), ministrado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. A Dra. Reijane Ferreira de Oliveira, juíza auxiliar da Cevid, ministrou a disciplina “Questões de Gênero”.

Em setembro, 20 oficiais de Justiça da Vara de Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Santarém, no oeste do Estado, participaram de workshop sobre violência de gênero, promovido pela Cevid para esclarecer as formas de violência de gênero, debater as dificuldades enfrentadas pelos oficiais e aprimorar o fluxo de trabalho na unidade judiciária, sobretudo da rede de proteção.

Parcerias institucionais ampliam as ações educativas

As parcerias institucionais firmadas pelo TJPA durante o biênio 2017-2019 foram fundamentais para integrar o combate à violência doméstica contra a mulher ao trabalho já realizado por outras instituições.

No dia 9 de março de 2017, em parceria com o curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Cevid proferiu a palestra “Formando pessoas conscientes da igualdade de gênero como meio eficaz para exterminar a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Participaram 100 alunos do ensino médio, da Escola de Aplicação da UFPA.

Nesse mesmo dia, a Cevid também esteve na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa), uma parceria no âmbito do Projeto Sala de Espera.

No dia 19 de junho de 2017, no plenário do TJPA, a Cevid se reuniu com representantes da Polícia Militar para tratar da elaboração de material didático a ser disponibilizado no site da instituição para um ciclo de palestras nas 12 regiões da PM no Pará: Santarém, Marabá, Castanhal, Tucuruí, Redenção, Capanema, Paragominas, Altamira, Abaetetuba, Itaituba, Soure e Breves.

COOPERAÇÃO

Acordo de cooperação técnica com o Estado do Pará, a Fundação Pro Paz e a Associação Paraense dos Supermercados (Aspas) viabilizou palestras sobre “violência doméstica e familiar” aos trabalhadores de supermercados da Região Metropolitana de Belém. Em 11 de junho de 2018 houve a palestra inaugural, com a presença da



RICARDO LIMA

desembargadora Diracy Nunes Alves, coordenadora da Cevid, que ressaltou a importância da cultura de paz e da convivência pacífica e solidária entre homens e mulheres. A equipe fez uma reflexão sobre machismo e comportamento de

**A pedagoga Aline dos Santos
conversa com trabalhadores
de supermercados
sobre violência doméstica
contra as mulheres e Lei
Maria da Penha**

homens e mulheres na condução de conflitos. O projeto já envolveu mais de 700 trabalhadores das redes de supermercados da Região Metropolitana de Belém e foi estendido à Comarca de Santarém, em setembro.

EGRESSOS

Programa garante oportunidade para quem quer começar de novo

Iniciativa se baseia em capacitação, inclusão e proteção social para quem sai da cadeia

Garantir ações afirmativas à reinserção social de pessoas condenadas pela justiça, que cumprem pena restritiva de liberdade, custodiadas ou por medida de segurança, bem como egressos do sistema penal, essa é a tarefa do programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 96/2009) e instituído no Pará pela Portaria nº 2702/2009 – GP.

Capacitação profissional, inclusão produtiva e proteção social, para a garantia de direitos, são os eixos do programa, cujo objetivo é reduzir a reincidência criminal e a criminalidade no Pará.

No biênio 2017-2019, uma das conquistas do programa Começar de Novo foi a transferência para o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) da gestão dos recursos referentes ao convênio de digitalização, firmado com a Superintendência do Sistema Penal (Susipe). Termo aditivo ao convênio também estendeu o prazo de permanência de bolsistas por dois anos e incluiu apenas em regime de condicional entre os beneficiários do acordo. Dois bolsistas do convênio de digitalização obtiveram microcrédito pelo Fundo Ver-o-Sol,

RECURSOS DO CONVÊNIO DE DIGITALIZAÇÃO COM A SUSIPE PASSARAM A SER GERIDOS PELO TJPA E PRAZO PARA PERMANÊNCIA DE BOLSISTAS AUMENTOU PARA DOIS ANOS

da Prefeitura de Belém, para iniciarem os próprios empreendimentos.

Em 2017, o projeto Começar de Novo iniciou as conversações com as secretarias Municipal de



Campanha do projeto Começar de Novo, em parceria com o Conjove, arrecadou mais de cinco mil livros às bibliotecas do sistema penal, para o projeto de remição de pena pela leitura

RICARDO LIMA

Saneamento (Sesan) e Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) para a doação de veículo à Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Resíduos Sólidos da Amazônia (COOPCRESAN), formada pelo público do Começar de Novo. As tratativas se estenderam em reuniões ao longo de todo o ano de 2018.

ENSINO

Foi feito também o encaminhamento de reeducandos à rede pública do ensino básico, para que prossigam os estudos e ampliem as chances de inserção no mercado de trabalho.

O Começar de Novo ganhou logomarca e material impresso (folder e banner), além de um vídeo institucional para sensibilizar empresários e sociedade a abrirem vagas a apenas egressos no mercado de trabalho.

Houve doação de 1,5 mil exemplares de livros à Campanha Leitura para a Liberdade, do Começar de Novo, coletados pelo Conselho de

Jovens Empresários (Conjove) da Associação Comercial

do Pará (ACP).

O programa promoveu o “I Seminário de Políticas de Saúde Para Pessoas com Transtorno Mental em Conflito Com a Lei”, no Fórum Cível da Capital, em parceria com a Secretaria do Estado de Saúde Pública (Sespa).

Coordenador do programa, o juiz Cláudio Rendeiro falou sobre “Políticas Públicas e o Direito das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social”, em workshop promovido pelo Centro de Atenção Psicossocial – Adictos (CAPS AD/SESPA).

Houve doação de cinco mil obras (didáticas, científicas, jornalísticas e literárias) às bibliotecas do Centro de Recuperação Feminino (CRF/Coqueiro), Centro de Progressão Penitenciário II, Centro Penitenciário Agrícola de Santa Izabel e Polo de Marituba.

A Câmara Municipal de Belém outorgou a Medalha de Direitos Humanos “Jaime Teixeira” ao coordenador do projeto, juiz Cláudio Rendeiro, por meio de decreto legislativo municipal.

Convênio de digitalização amplia o número de vagas

RICARDO LIMA

O programa Começar de Novo tem 807 beneficiários, segundo a atualização do cadastro de candidatos, mediante contatos telefônicos e exclusão de inscritos com mais de cinco anos. Foi feita a organização de pastas, arquivos, documentos e materiais diversos, além da atualização das rotinas de trabalho, com implantação de novos fluxos.

Após audiência com a presidência do TJPA, para divulgar ações, discutir a ampliação de vagas do convênio de digitalização e implantar ações para dar maior visibilidade ao programa, houve renovação de contrato de 16 bolsistas do convênio de digitalização do TJPA e ampliação de mais 15, pendente apenas a aquisição de equipamentos. Foram selecionados 15 candidatos para o convênio de digitalização com o TJPA e mais sete para o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA). A seleção ocorreu após assinatura do Acordo de Cooperação Técnica TRE/TJPA para disponibilidade de vagas naquele órgão (Convênio nº 47/2018) e reunião para discutir o perfil profissiográfico dos candidatos.

O programa também reuniu-se com a equipe do Serviço Nacional do Comércio (Senac-PA) para firmar parcerias que garantam vagas em cursos profissionalizantes.

Acompanhou o programa de medidas terapêuticas às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei e, a convite, participou de eventos, como o da Turma de Curso de Mestrado, na Ilha do Combu, e do Dias dos Pais, no Ministério Público de Contas do Estado, com a apresentação do personagem Epaminondas Gustavo. Coordenador e equipe participaram da “Semana do Encarcerado”, promovida pela Pastoral Carcerária, bem como do Fórum Nacional das Varas de Execução Penal e em evento no Banco da Amazônia.



RICARDO LIMA

Vagas para reeducandos no âmbito do convênio de digitalização foram ampliadas e mais sete vagas foram abertas no TRE

PROTEÇÃO

Tomé-Açu recebe projeto piloto de segurança institucional

Objetivo é assegurar a integridade de magistrados, servidores, jurisdicionados e do patrimônio público



Comarca de Tomé-Açu recebeu em 2018 projeto piloto para garantir a segurança institucional de magistrados, servidores, operadores de direito e jurisdicionados nos Fóruns. A implantação do projeto é uma das metas do Plano de Gestão 2017-2019, conforme as resoluções do CNJ. O projeto para aumentar o nível de segurança inclui circuitos internos de monitoramento de vídeo, alarmes e vigilância privada à noite e nos finais de semana. O objetivo é avaliar a eficiência do projeto para replicá-lo em outras comarcas do Estado.

A implantação do projeto piloto de segurança institucional é uma das metas de aperfeiçoamento da Política de Segurança Institucional do Judiciário estadual, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJPA (CPSI). A outra ação é a elaboração do Programa Integrado de Segurança do Judiciário do Pará.

**A CPSI É RESPONSÁVEL
PELA META DE
APERFEIÇOAMENTO
DA POLÍTICA DE
SEGURANÇA
INSTITUCIONAL DO
PODER JUDICIÁRIO
ESTADUAL**



Comarca de Tomé-Açu recebe a experiência piloto da política de segurança institucional do Judiciário paraense

ANTÔNIO NETO

Um Grupo de Trabalho foi instituído e, após ampla pesquisa em tribunais de médio porte, traça o escopo definitivo do Programa de Segurança do Judiciário, considerando peculiaridades do Estado, prioridades e viabilidade de implantação.

O cumprimento dessas metas assegura ao Judiciário paraense um Programa Integrado de Segurança, com padrão único em todas as Comarcas do Pará. O plano está em fase de aprovação e uma resolução definirá cronograma de aplicação em todas as comarcas.

Curso formou 387 brigadistas contra incêndios

A CPSI, em conjunto com a Coordenadoria Militar do TJPA, promoveu o Curso de Brigada de Incêndio, treinamento Intermediário que proporciona a magistrados, servidores e colaboradores do Judiciário do Pará condições mínimas à formação e treinamento de Brigada de Incêndio. O curso fornece conhecimentos básicos em prevenção e combate a

incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando à proteção da vida e do patrimônio, bem como à redução das consequências sociais dos sinistros e dos danos ao meio ambiente. Destaca-se que houve formação de 387 brigadistas dentre magistrados, servidores e colaboradores de todas as comarcas do Judiciário do Pará.

Militares conduzem ações de inteligência e prevenção

Escolta e acompanhamento pessoal de magistrados, apoio aos juizados itinerantes e outras atividades jurisdicionais, ações de inteligência, prevenção contra incêndios e outros acidentes, assessoria em processos licitatórios e contratos de serviços de segurança e formação de brigadistas de combate a incêndios. Essas foram as atribuições da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Pará, durante o biênio 2017-2019.

As escoltas de magistrados são ações de segurança em situações de vulnerabilidade no exercício da atividade jurisdicional. A coleta de armas nas unidades judiciárias da Região Metropolitana de Belém e do interior é outra das atribuições da coordenadoria, bem como a garantia de segurança nas ações da Justiça Itinerante, ações sociais, eventos de conciliação e plantões judiciários. São

produzidos também relatórios de inteligência sobre ameaças a magistrados e servidores, após apuração no local.

Associações e instituições filantrópicas que se candidatam a doações do Tribunal de Justiça do Pará também são averiguadas para garantir o correto destino das doações.

Boletins informativos diários são enviados à Presidência do TJPA e às Comarcas da Capital e do Interior, com informações relevantes, tais como a quantidade de homicídios, cumprimentos de mandados de prisão, fugas e capturas de presos, notícias publicadas em fontes abertas e fechadas relativas ao Judiciário e previsão de manifestações sociais.

Monitoramento direto do patrimônio público sob a guarda do Judiciário na capital e interior do Estado em casos de manifestações.

DIVULGAÇÃO



Servidores e magistrados fazem treinamento básico de combate a incêndio e controle de pânico

DIVULGAÇÃO

Prevenção a acidentes e incêndios

> Elaboração de programa de manutenção dos equipamentos preventivos para as ações de combate a incêndio e controle de pânico.

> Assessoramento à Secretaria de Engenharia e Arquitetura ao cadastramento de informações em banco de dados para acompanhar e desenvolver ações preventivas em todas as edificações do Judiciário no Estado.

> Assessoramento técnico dos Projetos contra Incêndio e Pânico das edificações do Judiciário, junto à Secretaria de Engenharia e Arquitetura, e regularização em conformidade com a Legislação Estadual de Prevenção Contra Incêndio e Pânico, entre os quais destacam-se assessoramento para a aprovação do Fórum de Castanhal; assessoramento no dimensionamento dos equipamentos de prevenção de incêndio e controle de pânico nas comarcas de Rurópolis, Santarém Novo, Pacajá, Jacundá, Conceição do Araguaia, Cametá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Curionópolis, Cachoeira do Arari,

Curuçá, São Caetano de Odivelas, Rondon do Pará, Capitão Poço, Rio Maria, Mocajuba, Itaituba e Tucuruí; assessoramento na concessão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros dos Juizados Especiais da Roberto Camelier, Pedro Miranda e Icoaraci, além dos Fóruns de Icoaraci, Ananindeua e Prédio Sede.

Processos licitatórios

A assessoria em processos licitatórios e contratos de serviços de segurança envolveu registro de preço para eventual aquisição de equipamentos de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico – Esguichos, mangueiras, luminárias etc, e para o serviço de recarga e manutenção dos extintores de incêndio, bem como a reposição de peças danificadas. Houve também aquisição de equipamentos de poda e corte de árvores em risco iminente de queda e para trabalhos no plano vertical.

Formação de brigadistas

A Coordenadoria Militar promoveu curso de Brigada de Incêndio em Altamira, Comarca Sede da 14ª Região Judiciária, na região do Xingu, e formou 73 brigadistas, entre magistrados, servidores e colaboradores.



Formação de brigadas de incêndio no interior e na capital é uma das atribuições da Coordenadoria Militar

ÍNDICE

ÍNDICE

Ouvidoria dá voz ao cidadão no âmbito do Poder Judiciário

Mais de 1,2 mil pessoas recorreram ao Judiciário em
busca de informação e celeridade



Canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário, a Ouvidoria é o meio pelo qual cidadãos reclamam, criticam, elogiam, exigem informações e dão sugestões para assegurar a transparência da prestação jurisdicional. O contato é pelo portal Fale Conosco do TJPA, e-mail da Ouvidoria

– ouvidoria.judiciaria@tjpa.jus.br ou pessoalmente.

No biênio 2017-2019, a Ouvidoria fez 1,2 mil atendimentos, dos quais 1,1 mil por e-mail e 112 pessoalmente. Desse total, 670 se referiam à morosidade e 616 eram de informações sobre andamento, diligências ou concursos públicos do TJPA.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTOS 2017-2019

ANO	TOTAL DE ATENDIMENTOS	MODALIDADE		TIPOS DE SOLICITAÇÃO		% DE SOLUÇÃO
		E-MAIL	PESSOALMENTE	MOROSIDADE	INFORMAÇÕES	
2017	617	575	42	242	375	100
2018	669	599	70	428	241	88,5
TOTAL	1.268	1.174	112	670	616	94,15

FONTE: OUVIDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

Encaminhamentos

Manifestações sobre andamento processual são enviadas ao Ouvidor Judiciário para despa-

cho ao Juiz do feito ou à Corregedoria competente. Quando se trata de processo de Juizado Especial, o caso é levado ao conhecimento do Desembargador Coordenador dos Juizados Especiais. Em



AIRTON NASCIMENTO

OUVIDORIA
RECEBE
RECLAMAÇÕES,
CRÍTICAS,
ELOGIOS E
SUGESTÕES
E TAMBÉM
ATENDE A
PEDIDOS DE
INFORMAÇÕES

ambos os casos, o cidadão é mantido informado sobre o direcionamento à demanda.

Assuntos relacionados à administração do TJPA são enviados ao setor competente, por e-mail, com a solicitação de que respondam diretamente ao manifestante, com cópia à Ouvidoria.

A Ouvidoria, por sua vez, informa o cidadão sobre o encaminhamento para que aguarde a resposta. Somente após o recebimento da cópia solicitada, o expediente é arquivado, mantendo-se assim o controle sobre o atendimento.

A ausência de resposta à solicitação da Ouvidoria Judiciária por setores administrativos ou judiciais é levada ao conhecimento da Presidência do Tribunal ou ao Órgão Correcional, conforme o caso, para as providências cabíveis.

DESCARTE CONSCIENTE

Escola do Tenoné participa de ação socioambiental do TJPA

*Coleta de material de difícil reciclagem
envolveu a conscientização
de 298 famílias da comunidade*



projeto Descarte Consciente é uma iniciativa do Núcleo Socioambiental para promover o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Judiciário do Pará, conforme os padrões de sustentabilidade previstos no Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Pará para o biênio 2017-2019.

A Coleta Seletiva de Resíduos de Dificil Reciclagem, em parceria com a empresa Terracycle, envolveu a Escola Professora Rita Nery, no Tenoné. Em 2017 e 2018, a comunidade escolar enviou ao TJPA 1.469 itens de higiene bucal usados, 303 esponjas de uso doméstico usadas e 1.617 instrumentos de escrita em desuso. A ação colaborou com a conscientização de 298 famílias da comunidade, que receberam em contrapartida a quantia de R\$ 228,48 diretamente na conta da Escola. Desde outubro de 2017, os professores trabalharam atividades educacionais relacionadas à responsabilidade socioambiental, formando pequenos multiplicadores de boas práticas.

**PROFESSORES
TRABALHARAM
COM OS ALUNOS
ATIVIDADES
EDUCACIONAIS
RELACIONADAS À
RESPONSABILIDADE
AMBIENTAL**



**Material de difícil
reciclagem coletado
no TJPA é recolhido
por uma empresa,
que faz trocas
solidárias**

RICARDO LIMA

A interiorização do projeto alcançou 10 fóruns: Abaetetuba; Ananindeua; Barcarena; Bragança; Icoaraci; Mosqueiro; Santa Izabel; Dom Eliseu, Marituba e Garrafão do Norte.

Participam na capital 22 prédios: Fórum Cível, Criminal; Juizado do Meio Ambiente; Juizado Especial Cível da 2ª, 9ª, 10ª e Acidente de

Trânsito; Juizado Especial Criminal da 2ª e 3ª; 1ª e 4ª Varas da Infância; Casa da Cidadania e Justiça; Escola da Magistratura; Edifício Sede; Secretaria de Gestão de Pessoas; Arquivo BR; Almojarifado Central; Almojarifado Cidade Velha; Arquivo 16, Arquivo Bernal do Couto; Casa Amarela II; Serviço Médico.

Reciclagem melhora a renda de cooperativas de catadores

O Tribunal de Justiça do Pará descartou de forma correta mais de 61 toneladas (61,3 mil quilos) de resíduos sólidos, que deixaram de se transformar em lixo e material poluidor do meio ambiente para serem reaproveitados, a partir do trabalho de reciclagem feito com cooperativas de catadores. A iniciativa gera renda para os cooperados e alivia o impacto sobre o aterro sanitário de Marituba.

Gerenciados conforme Resolução nº249, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e pela classificação de resíduos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 10004/2014), os resíduos foram classificados em perigosos e não perigosos.

Os perigosos foram encaminhados a empresas que fazem logística reversa ou a programas de reutilização e transformação do material em novos produtos, sem contaminação ao meio ambiente.

Parceria com cooperativa de catadores garante destino aos resíduos produzidos pelo TJPA e aumenta a renda dos trabalhadores



> **258,02** kg de eletrônicos foram para o Projeto Descarte Legal, programa socioambiental de coleta seletiva e reciclagem de resíduos eletroeletrônicos do Instituto GEA, que encaminha a cooperativas de catadores capacitadas pelo Laboratório de Sustentabilidade da Universidade de São Paulo (USP).

> **7.183,60** kg de suprimentos de impressão e 379,09 kg de pilhas e baterias devolvidas ao ciclo produtivo por logística reversa com os fabricantes e a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica.

> **207** litros de óleo vegetal usado coletados no TJPA deixaram de poluir 207 milhões de litros de água de nossas bacias hidrográficas e beneficiaram o Projeto de Extensão da Faculdade Estácio, que desenvolve o sabão ecológico e distribui à comunidade.

> **140** pneus substituídos da frota beneficiaram a Ação Social Terra Viva, da Fundação Assistencial e Educacional do Pará (Fasepa), que profissionaliza socioeducandos em oficinas de fabricação de móveis com pneus, garantindo 20% da venda a seus familiares.

> **791,47** kg de resíduos de saúde foram enviados à empresa vencedora do certame para tratamento térmico.

> **1.535** envelopes de resma de papel A4 foram destinadas à Unidade de Referência Especializada em pacientes ostomizados do Pará, em Belém, para substituir sacolas plásticas usadas na distribuição dos kits de higienização.

NÃO PERIGOSOS

ÉRIKA NUNES

Os resíduos não perigosos somaram 52 toneladas e foram encaminhados a seis cooperativas de materiais recicláveis, dentre as quais a cooperativa de egressos do projeto Começar de Novo, beneficiando diretamente 220 famílias. No total foram:

43.406,00 kg de papel	7.067,87 kg de plástico	2.066,05 kg de metal
---------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------

A coleta seletiva é um indicador previsto no Balanço em Números Socioambientais, do Conselho Nacional de Justiça, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (Portaria nº1324/2016).

Eventos promovem qualidade de vida e sustentabilidade

A melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, a partir de uma cultura de sustentabilidade, foi o foco dos eventos que promoveram sensibilização, socialização, quebra da rotina e sensação de pertencimento e orgulho pela instituição, entre os quais destacaram-se:

> **II Corrida do TJPA** – Em 8 de dezembro de 2017, o evento organizado pela Coordenadoria de Saúde, com o Núcleo Socioambiental e a Coordenadoria Militar, reuniu 300 atletas, dentre magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e outros interessados. A iniciativa

é um estímulo à prática de atividades físicas regulares do Judiciário paraense, para promover hábitos saudáveis e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Medalhas e troféus distribuídos aos atletas participantes e aos três primeiros colocados em cada categoria foram feitos de cartões de crédito e crachás e pintados com tinta digital, que não polui o meio ambiente. O material usado demora até 450 anos para se decompor ao serem descartados no meio ambiente, contribuindo para o aquecimento global. A reutilização de material usado agrega valor à premiação, por não poluir

o meio ambiente e pelo descarte correto de resíduos, tornando-os 100% retornáveis ao ciclo produtivo.

> **Feira de Agricultura Familiar** – Houve 37 feiras durante o biênio 2017-2019, 13 das quais em 2017 e 24 em 2018. Um dos pontos altos foi a feira na Comarca de Santa Izabel do Pará, primeira experiência de interiorização, que atraiu cerca de 120 pessoas, entre o corpo funcional e pessoas da comunidade. O diretor do Fórum, juiz Elano Ximenes, solicitou o projeto para proporcionar qualidade de vida aos servidores da Comarca. A coordenação da feira aproveitou para visitar os locais de produção dos hortifrutigranjeiros e plantas comercializadas, para garantir que todos os produtos oferecidos são livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos. O Núcleo Socioambiental fez registros fotográficos e um vídeo do processo produtivo dos agricultores daquele município.

ÉRIKA NUNES



No dia 9 de fevereiro de 2018 houve uma feira na Vara Distrital de Icoaraci, com opiniões extremamente positivas e entusiasmadas sobre os produtos e a organização do evento. A aprovação da iniciativa pode ser mensurada pelas várias solicitações de feiras periódicas mensais.

> **Cesta Solidária** – Durante as feiras, os participantes são estimulados a doar parte dos produtos que compram a uma instituição previamente determinada pela direção do prédio onde a feira ocorre. A cesta solidária já beneficiou casas que fazem acolhimento social de pessoas idosas, carentes, menores com câncer, entre as quais o Abrigo João de Deus e Casa do Menino Jesus.

> **Dia do Meio Ambiente** – Em 2017, o Núcleo Socioambiental promoveu oficina de horta em pequenos espaços, lançou o projeto Feira de Trocas Solidárias e a Feira de Produtos Agroecológicos. Em 2018, a Embrapa Amazônia Oriental doou 150 mudas de espécies arbóreas, tais como açaí anão, cupuaçu, bacabi, ipê roxo, mogno, cedro, guaraná, araquá, andiroba, cumaru, pupunha e tomate cereja para serem distribuídas no Prédio Sede e Fóruns de Ananindeua, Criminal e Cível de Belém. No dia 8 de junho, durante a Feira de Agricultura Familiar no Fórum Criminal, houve a doação de mudas ao público.

> **Compostagem** – A partir de agosto de 2017, resíduos dos cafés servidos no prédio-sede, Fórum Cível, Fórum Criminal e Fórum de Ananindeua e os restos de poda de jardins do tribunal são recolhidos e destinados à compostagem orgânica, no estacionamento da sede. O adubo resultante é utilizado nos jardins e na horta do edifício-sede.

> **Capacitações** – Em atendimento ao PLS-PJPA foram desenvolvidas ações de sensibilização à nova cultura institucional, ambientação de novos servidores e magistrados e, ainda, a participação em eventos externos para divulgação das boas práticas em governança sustentável.

CURSOS

Escola da Magistratura capacitou 3,8 mil alunos no biênio 2017-2019

A formação foi feita em cursos regulares e eventos promovidos com outras instituições da sociedade civil



Escola Superior da Magistratura do Pará capacitou, no biênio 2017-2019, 3,8 mil alunos em cursos regulares e eventos de extensão.

Foram concluídos 77 cursos regulares sobre o novo Código de Processo Civil, direitos humanos, direito ambiental, direito agrário, direito registral e notarial, direito de família, direito tributário, judicialização da saúde e conciliação, num total de 2,7 mil horas/aula e 2,1 mil alunos certificados, dos quais 441 magistrados, 1,4 mil servidores e 204 outros participantes.

Os eventos de extensão incluem Conferência Magna de abertura do ano letivo, exibição de filmes e documentários seguidos de debates, semana jurídica, simpósios e demais eventos em parceria com a Coordenadoria dos Recursos Extraordinários e Especiais do TJPA, Associação dos Magistrados do Pará, Associação dos Notários e Registradores do Pará, Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Escola Paulista de Magistratura.

**EM 2017 E 2018,
18 NOVOS
MAGISTRADOS
DO TJPA
PARTICIPARAM
DO CURSO
DE FORMAÇÃO
INICIAL PARA O
VITALICIAMENTO**

Nesses eventos, 1,6 mil participantes foram certificados, totalizando 383 horas/aula.

Em 2017 e 2018, 18 novos magistrados do TJPA participaram do curso de formação inicial



Escola da Magistratura capacitou 3,8 mil magistrados e servidores em cursos regulares e eventos de extensão

RICARDO LIMA

INTERIORIZAÇÃO

para o vitaliciamento, de acordo com exigência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Foram 1.055 horas/aula, envolvendo questões teóricas e práticas sobre a magistratura.

Foi realizado, nos anos de 2017 e 2018, o Curso de Direito Agrário, Ambiental, Minerário e Registral, requisito parcial para a titularização de Vara Agrária, com 220 vagas disponíveis a magistrados e servidores. O curso atende ao Macrodesafio Melhoria da Gestão de Pessoas, na iniciativa estratégica de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários, urbanos, rurais, ambientais e minerários.

A interiorização de cursos presenciais envolveu as comarcas de Marabá, Santarém, Redenção e Tucuruí. No Ensino a distância foram oferecidos cursos a partir de conteúdos compartilhados pela Enfam, o que permitiu qualificação de todo o Estado com menor dispêndio de recursos.

A ESM iniciou intenso e diversificado processo de formação de seu quadro de magistrados e servidores professores, além de qualificação da equipe interna para garantir o assessoramento pedagógico preconizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), totalizando 194 capacitações.



RICARDO LIMA

Magistrados fazem o curso de formação de juizes substitutos na Escola Superior de Magistratura

Workshops resultam em política de gestão de riscos para o TJPA

A Secretaria de Controle Interno (SCI) do Tribunal de Justiça do Pará promoveu e participou de uma série de eventos de capacitação em governança, auditoria e gestão de riscos para melhorar a gestão e a eficiência das unidades judiciárias.

GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCO

Seis workshops, em agosto de 2017, capacitaram gestores e servidores de unidades administrativas na temática Governança Pública e Gestão de Riscos. Eles aprenderam sobre conceitos de governança corporativa aplicáveis a órgãos públicos, controle interno, auditoria interna e gestão de riscos.

O resultado foi a elaboração da Política de Gestão de Riscos do TJPA, para melhorar as decisões da alta gestão, a médio e longo prazos, e viabilizar o acesso a dados que minimizem fatos desfavoráveis à execução das ações estratégicas da instituição. O curso foi

feito em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA.

BIZAGI

Servidores da SCI fizeram curso com metodologia interativa nas áreas de Auditoria Governamental e Modelagem de Processo de Trabalho, utilizando o software livre BIZAGI. A metodologia interativa, desenvolvida internamente, é uma boa prática, pois atualiza a equipe da SCI e reduz os custos com capacitação.

AUDITORIA BASEADA EM RISCOS

Em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE), o curso Auditoria Baseada na Avaliação de Riscos no Setor Público disseminou a importância de mecanismos de controle no âmbito da gestão operacional e capacitou a equipe em práticas modernas de auditoria.

AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA

A SCI colocou à disposição de todos os servidores do TJPA a capacitação em Auditoria-Teoria e Prática, para agregar eficiência ao desempenho das atividades nas unidades administrativas. A capacitação considera as mudanças para modernizar a gestão e buscar resultados, eficiência e descentralização das atividades do Judiciário brasileiro. Essa atitude

preventiva oferece a transparência exigida pela sociedade.

BOAS PRÁTICAS

A SCI representou o TJPA por duas vezes no evento anual que dissemina boas práticas de gestão, processos de controle interno e auditoria nos tribunais, com fundamento nas recentes normas sobre a matéria, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Parceria quer melhorar capacitação de servidores

O Desembargador Ricardo Ferreira Nunes assinou, em 2018, protocolo de intenções com a Escola de Governo do Pará para cooperação mútua à capacitação de servidores públicos. O acordo criou o Comitê de Trabalho das Escolas de Governo (Cotegep), cuja parceria foi ratificada por outras treze instituições, com a intervenção da Escola Superior da Magistratura. O acordo incentiva a cooperação recíproca para o desenvolvimento de competências profissionais relacionadas ao aperfeiçoamento e capacitação de servidores do Pará, para a melhor prestação do serviço público, com atividades conjuntas de educação corporativa presencial ou a distância - cursos, seminários, encontros e outros eventos.

INTERNACIONAL

Em 2017, parceria internacional firmada com a Universidade Infante D. Henrique, na cidade do Porto, Portugal, abriu a possibilidade de intercâmbio acadêmico, científico e cultural. O termo de colaboração técnica foi formalizado com a intervenção da Escola Superior da Magistratura e possibilitará a mobilidade de

professores e pesquisadores, estudos e pesquisas, além de publicações, cursos, seminários e conferências entre o Pará e o Estado Português.

PÓS-GRADUAÇÃO

Foram iniciados Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública, credenciados pela Escola de Governo do Pará, com quatro ênfases: Direito Civil e Direito Processual Civil e Direito Penal; Direito Processual Penal e Direitos Humanos; Desenvolvimento de Pessoas; e Políticas Públicas e Governança.

DEMANDAS REPETITIVAS

A capacitação de força de trabalho para o tratamento das demandas repetitivas é uma das tarefas da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) no Plano de Gestão para o biênio 2017-2019. A gestão preparou servidores e magistrados, do 1º e 2º graus, para o processamento adequado dos processos repetitivos, com rodas de conversas, palestras com apoio direto do Superior Tribunal de Justiça e orientações online.

SISTEMA AUDI

A SCI promoveu treinamento a auditores do Tribunal de Contas do Pará e do Tribunal de Justiça do Acre para que eles utilizem o Sistema AUDI, ferramenta informatizada criada no âmbito do TJPA para auxiliar na elaboração das auditorias internas, com a produção de relatórios padronizados.

EIXO: PARCERIAS

A Secretaria de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Pará mantém parcerias com instituições congêneres em iniciativas de capacitação e intercâmbio de informações, entre os quais se destacam:

Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) – Parceria firmada em torno do “Projeto Capacitação”, da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas dos Municípios, ao qual esta Corte aderiu por ato da Presidência, designando a secretária de Controle Interno como facilitadora no curso “A Nova Contabilidade Pública para o Controle Interno”, nos municípios de Salinópolis, Santarém e Marabá.

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA), o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), promove o intercâmbio de informações, fomenta ações e minimiza custos com futuras contratações, aquisições e serviços no Poder Judiciário. Nessa perspectiva, a SCI promoveu o “Workshop de Práticas em Gestão de Riscos”, ministrado por servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sobre avaliação, análise e tratamento de riscos e casos práticos de gerenciamento de riscos daquele Tribunal.



DIVULGAÇÃO

COOPERAÇÃO

Acordo de cooperação técnica firmado entre os tribunais de Justiça do Pará, Regional Eleitoral, Regional do Trabalho da 8ª Região e Regional Federal da 1ª Região promove intercâmbio de informações e ações de governança nas áreas administrativas. A meta é otimizar e minimizar custos com contratações, aquisições e serviços e compartilhar ações e boas práticas de gestão de pessoas, capacitação,

A secretária de Controle Interno do TJPA, Débora Gomes, participa em Santarém do evento Capacitação, promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios

saúde, tecnologia da informação, engenharia, logística sustentável, dentre outros. Em 2018, a Divisão de Suprimentos do TJPA participou, pela primeira vez, da compra compartilhada de papel A4, conduzida pelo Tribunal Regional da 1ª Região. A aquisição compartilhada de material entre órgãos da administração pública direta e indireta racionaliza recursos financeiros e padroniza o processo de aquisição de bens e contratação de serviços.

Formação e capacitação envolveram 4,2 mil magistrados e servidores do TJPA

Mais de 4,2 mil pessoas, entre magistrados e servidores, concluíram as capacitações oferecidas durante o biênio 2017-2019 pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Pará. Foram oferecidas mais de 5,5 mil vagas, em cursos presenciais e a distância, num total de mais de 1,9 mil horas/aula. Os esforços no intuito de proporcionar um programa de educação permanente aos magistrados e servidores do TJPA envolveram um total de 1,2 mil horas/aula e 606 concluintes na educação a distância. Nos cursos

presenciais houve 1,3 mil horas/aula e 3,6 mil concluintes. Em atenção à política nacional de formação e aperfeiçoamento dos servidores do Judiciário, a SGP ofereceu também Especialização em Direito Processual, na modalidade EAD, na qual 50 servidores, da capital e interior do Estado, cursam o segundo módulo do curso. Abrir oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional é essencial ao cumprimento da missão institucional do Judiciário.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NO BIÊNIO

MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS OFERTADAS	SERVIDORES CAPACITADOS
Presencial – In Company	1.347 h	4.347	3.663
Online - EAD	560 h	1.242	606
TOTAL	1.907 h	5.589	4.269

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSESSORIA

A Secretaria de Gestão de Pessoas manteve equipe de Assessoria Jurídica e Administrativa, responsável pela análise e manifestação nos processos administrativos, internos e

externos, bem como fornecer apoio técnico e promover estudos acerca de matérias já existentes e novas regulamentações, em especial nos casos a seguir”:



DIVULGAÇÃO

Alunos do curso de “Gerenciamento e Liderança Estratégica”, com o Des. Ricardo Ferreira Nunes, a secretária Patrícia Bacellar, Jean Karlo Quintela de Souza e o consultor Flávio Costa

MATÉRIA	FASE ATUAL
Revisão a licença para estudo	Tramitado à Comissão de Organização Judiciária
Revisão da Resolução do Estágio Probatório	Em fase de execução
Revisão da Resolução de Estágio	Resolução 018/2018, publicada em 08/11/2018
Regulamentação da indenização e gozo de férias e licença prêmio	Em fase de execução
Revisão da resolução de Plantão	Em fase de execução
Regulamentação do Teletrabalho	Minuta pendente de análise e publicação
Revisão do Contrato de Plano de Saúde	Inicializado o processo de contratação
Alteração da Resolução de Licença para Tratamento de Saúde	Tramitado à Comissão de Organização Judiciária

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Judiciário dá solução a 70% dos processos arquivados no Pará

*Regiões de Belém, Ananindeua,
Castanhal e Santarém concentram
a maior parte dos documentos*



política de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Pará já desencadeou a primeira etapa da solução para os arquivos das comarcas do Estado. Belém e as Regiões Judiciárias de Ananindeua, Castanhal e Santarém concentram 70% do total de processos arquivados no Estado. Com a inauguração do Arquivo Regional de Belém, o Estado conta com duas estruturas de arquivos regionais:

Arquivo Regional 1- Concentra o acervo de Belém e das Regiões Judiciárias de Ananindeua e Castanhal.

Arquivo Regional 2 - Concentra o acervo da Região Judiciária de Santarém.



**BELÉM E
AS REGIÕES
JUDICIÁRIAS DE
ANANINDEUA,
CASTANHAL
E SANTARÉM
CONCENTRAM
70% DO TOTAL
DE PROCESSOS
ARQUIVADOS
NO ESTADO**



**Arquivo Regional
de Belém receberá o
acervo da capital e de
mais 50 Comarcas,
totalizando 2,7
milhões de processos**

RICARDO LIMA

A regionalização reúne os acervos de várias comarcas em polos, denominados Arquivos Regionais. Antes concentrada unicamente nos fóruns, a responsabilidade é compartilhada de forma solidária com a equipe dos polos.

A Portaria nº4386/2018-GP regulamenta a

criação e funcionamento dos Arquivos Regionais. Houve também visitas de servidores às 33 Comarcas do Estado que comporão o Arquivo Regional de Santarém e de Belém, para divulgar os novos procedimentos da gestão de documentos e orientar a organização e controle do acervo físico arquivado nas Comarcas, para a futura transferência aos Arquivos Regionais.



A Divisão de Arquivo digitalizou mais de mil livros de acórdãos do período entre 1982 e 2006

ÉRIKA NUNES

DIGITALIZAÇÃO

A Divisão de Arquivo disponibilizou às Secretarias de Varas e ao público o acesso aos acórdãos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), de 1982 a 2006. A digitalização dos acórdãos garante acesso rápido e celeridade aos procedimentos judiciais, no contexto de modernização da gestão documental.

Foram digitalizados 1.075 livros de acórdãos, o equivalente a 265 mil páginas e 55 mil acórdãos, cujo gerenciamento será feito pelo sistema Sharepoint. Cada setor receberá um link com sua documentação disponível em PDF e poderá recuperar e compartilhar o documento antes arquivado fisicamente no Setor de Arquivo. Até o momento já foram digitalizados 701 documentos da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém, a primeira do projeto piloto.

MEMÓRIA

Projeto disponibilizará no site do TJPA, de forma organizada e didática, a relação cronológica das composições do Tribunal agrupadas com base nos períodos da História do Brasil.

Coleta e análise de dados do Diário Oficial localizaram informações referentes à composição do Tribunal em três períodos distintos.

O levantamento de dados feito pelo Serviço de Museu e Documentação Histórica embasará a página eletrônica no site oficial do Tribunal, desenvolvida pela Secretaria de Informática, para organizar e disponibilizar esses dados de forma clara e objetiva ao público no portal do TJPA.

AUDIOGUIA

O Tribunal de Justiça do Pará lançou o Projeto Audioguia para visitantes do edifício-sede do Poder Judiciário estadual. Trata-se de um projeto da Secretaria de Administração e do Departamento de Documentação e Informação, para facilitar o acesso da sociedade às informações de natureza histórica do Prédio Lauro Sodré.

O Audioguia fica disponível nas guaritas de entrada do prédio sede do Judiciário. Catálogo e mapa de informações mostram os setores disponibilizados e seus históricos, bem como informações em QR Codes. Para acessá-los no celular ou tablet, basta o usuário fazer o download de aplicativo QR Reader e se conectar à internet durante a visita. Na abertura do mapa há um QR Code inicial explicativo com detalhes sobre como fazer a visita guiada. O usuário pode percorrer os pontos indicados e ouvir pelo seu próprio celular as informações históricas.

PARCERIAS

Entre as parcerias feitas no biênio, destacam-se os seguintes acordos e convênios de cooperação técnica.

> Com o Arquivo Público do Pará, para treinamento e certificação de 160 horas aos soldados do Exército Brasileiro selecionados no projeto Soldado Cidadão. Eles trabalharão no projeto de Gestão Documental do TJPA, na organização, preservação e controle de documentação arquivística, visando à garantia do conhecimento especializado para o tratamento, preservação e disponibilização à consulta da documentação arquivística intermediária e histórica do TJPA. (Acordo de Cooperação Técnica nº 043/2017)

> Com a Universidade Federal do Pará (Campus de Bragança), para disponibilizar documentação que compõe o Acervo Histórico de documentos judiciais do TJPA, na Comarca de Bragança, anterior ao ano de 1970, para tratamento, catalogação,

controle e preservação, garantindo o acesso e manutenção da memória social às gerações futuras, além de pesquisas científicas sobre a história das relações sociais e culturais da Amazônia. (Convênio de Cooperação nº 021/2017)

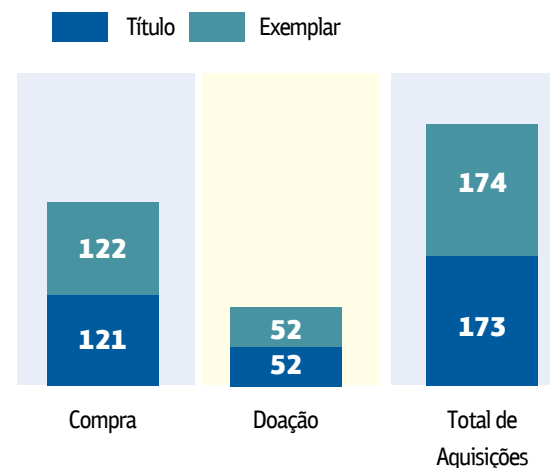
> Com a União, representada pelo Comando do Exército, por intermédio do Comando Militar do Norte, para disponibilizar servidores por parte do Exército para colaborar com o projeto de Gestão Documental do Pará, que consiste no tratamento do acervo do TJPA. (Acordo de Cooperação nº 12/2018)

> Com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), para disponibilizar o acervo histórico de documentos judiciais do TJPA, na Comarca de Marabá, anterior ao ano de 1970, para tratamento, catalogação, controle e preservação, garantindo o acesso e a manutenção da memória social às gerações futuras e pesquisas científicas sobre a história das relações sociais e culturais da Amazônia. (Convênio de Cooperação nº 14/2018)

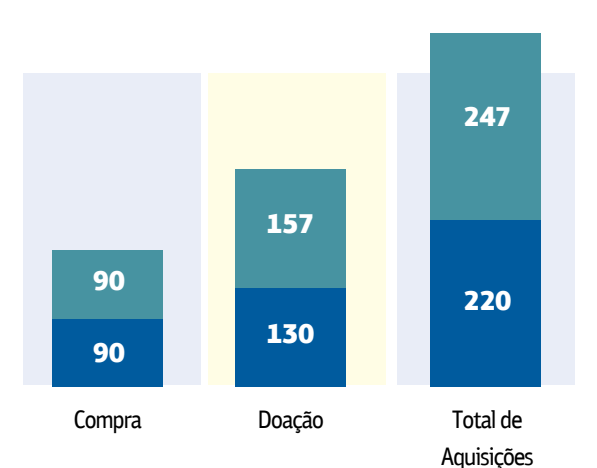
AQUISIÇÃO DE LIVROS

Quantitativo de livros adquiridos no biênio 2017-2019

LIVROS ADQUIRIDOS - 2017



LIVROS ADQUIRIDOS - 2018



FONTE: DIVISÃO DE BIBLIOTECA

Gabinete geriu
3,5 mil documentos
no biênio

Foram 1,6 mil
documentos em 2017
e 1,9 mil em 2018



Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Pará recebeu e despachou um total de 3,5 mil documentos no biênio 2017-2019, entre memorandos, processos, despachos, declarações, requerimentos,

ofícios e expedientes. Foram 1.608 documentos em 2017 e 1.907 em 2018, distribuídos da seguinte forma: 520 memorandos, 1 processo, 38 requerimentos, 64 ofícios, duas declarações, sete processos e 2.883 expedientes.



RICARDO LIMA

TIPO DE DOCUMENTO

	2017	2018
Memorando	229	291
Processo	1	0
Requerimento	22	16
Ofício	48	16
Declaração	0	2
Despacho		
- Processos	1	6
- Expedientes	1307	1576

FONTE: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EXPEDIENTE

Coordenação e supervisão editorial

Departamento de Comunicação

Linomar Bahia - diretor

Coordenadoria de Imprensa

João Vital - coordenador

Marinalda Ribeiro - sub-coordenadora

Edição e texto final

Edir Gaya

Edição de arte

Airton Nascimento

Revisão

Lais Zumero

Coordenação técnica

Secretaria de Planejamento,

Coordenação e Finanças

Sueli Lima Ramos Azevedo, secretária

Maria de Nazaré Saleme, secretária adjunta

Departamento de Planejamento,

Gestão e Estatística

Karla Loren Gonçalves, diretora

Raquelita Athias, assessora de planejamento

Jéssica de Bosi Araújo

Kalyna Matos Rocha

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Valéria Athayde Fontelles de Lima, coordenadora

Luciana Sá Fernandes

Luciana Vieira Caliari

